



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 033 - SÁBADO, 12 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar. (PSDB/DEM) - 15 Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Líder do DEM - 5 José Agripino (2)
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 24ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE MARÇO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Lembrança de que a primeira hora da sessão não deliberativa de segunda-feira, dia 14, será destinada a comemorar a *Batalha do Jenipapo*, de acordo com o Requerimento nº 75, de 2011, do Senador Wellington Dias e outros Senadores. 06532

Lembrança de que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 14, às 11 horas, destinada a comemorar o nonagésimo aniversário de fundação do jornal **Folha de S.Paulo**, nos termos do Requerimento nº 146, de 2011, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores. 06532

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 177, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004. 06532

Nº 178, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2003. 06534

Nº 179, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, solicitando a continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2003. 06536

Nº 180, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, solicitando a continuidade da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003. 06538

Nº 181, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2004. 06540

Nº 182, de 2011, de autoria do Senador Raulo Rodrigues e outros Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2005. 06542

Nº 183, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, solicitando a conti-

nuidade de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 28, de 2003; 5, 29 e 30, de 2006; dos Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 1999, 374 e 461, de 2003; 141, 179, 224 e 364, de 2004; 3, 215 e 309, de 2005; e 266, de 2005-Complementar. 06544

Nº 184, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006. 06548

Nº 185, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003. 06551

Nº 186, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005. 06554

Nº 187, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005. 06557

Nº 188, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005. 06559

Nº 189, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2005. 06561

Nº 190, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004. 06562

Nº 191, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2005. 06563

Nº 192, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005. 06565

Nº 193, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a

continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006. 06567

Nº 194, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006. 06569

Nº 195, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2006. 06571

Nº 196, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2006. 06573

Nº 197, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006. 06575

Nº 198, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação dos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 310 e 459, de 2003; 121, de 2004; 417 e 419, de 2005; 59, 197 e 317, de 2006; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 63, 83 e 90, de 2003; e 29, de 2004; do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2004; e dos Projetos de Resolução nºs 36, de 2003; e 18, de 2005. 06577

Nº 199, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia e do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de solidariedade ao povo japonês e à comunidade japonesa no Brasil, em face do forte terremoto que atingiu hoje o nordeste do Japão, seguido de **tsunami**. 06581

Nº 200, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amelia, solicitando voto de pesar pelo falecimento das Sras. Elza Herrmann, Marlene Ludke Moraes, Zaíra Fonseca, Zilah Mary de Souza Martins, Glória Regina de Souza Martins e do Sr. Afonso Beiersdorf. 06582

Nº 201, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade ao povo japonês, em face do forte terremoto que atingiu nesta sexta-feira a costa nordeste do Japão. 06582

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 e 12.009, de 29 de julho de 2009, para disciplinar o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso de motocicleta*. 06583

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a cobrança de diária de hospedagem em hotéis, pousadas e similares*. 06590

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA ANA AMELIA – Solidariedade às vítimas e às autoridades japonesas pelo terremoto e **tsunami** que atingiram o Japão nesta sexta-feira; e outros assuntos. 06595

1.2.5 – Recurso

Nº 1, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2010. 06598

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Importância da formação profissional dos jovens brasileiros, destacando programas que subsidiam a educação; e outros assuntos. 06601

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Defesa da utilização de energia proveniente de fontes naturais e renováveis; e outro assunto. 06611

SENADOR ANIBAL DINIZ – Exposição de pauta de reivindicações dos Juizes Federais e, em reconhecimento à gravidade dos problemas enfrentados pela categoria, defesa de que o Senado Federal auxilie na busca de soluções; e outro assunto. 06614

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 21, apresentadas à Medida Provisória nº 526, de 2011 06631

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 2ª Sessão, Não Deliberativa, em 4 de fevereiro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 10**, do dia subsequente. 06655

Ata da 14ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de fevereiro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 22**, do dia subsequente. 06657

Ata da 17ª Sessão, Não Deliberativa, em 25 de fevereiro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 25**, do dia subsequente. 06658

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1 – Atos do Presidente

Nºs 30 a 34, e 39 a 54, de 2011 06659

4.2 – Portaria do Presidente

Nº 18, de 2011 06671

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

**Ata da 24ª Sessão, Não Deliberativa,
em 11 de março de 2011**

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim e da Srª Ana Amélia

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 33 minutos e encerra-se às 11 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa de segunda-feira, dia 14, será destinada a comemorar a *Batalha do Jenipapo*, de acordo com o **Requerimento nº 75, de 2011**, do Senador Wellington Dias e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida comemoração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 14, às 11 horas, destinada a comemorar o nonagésimo aniversário de fundação do jornal **Folha de S. Paulo**, nos termos do **Requerimento nº 146, de 2011**, dos Senadores Marcelo Crivella, Ricardo Ferraz e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMIENTO Nº 177, DE 2011

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requerem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 327, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões em,

Nome

Assinatura

MOZARILDO
 Angela Vortel
 Paulo
~~Paulo~~
 SON. PIRO LOGUORRA
 Yano Lallo
 JORJO TAVES
 BLAISE MAGGI
 André Diniz
 SON. MARIA DE LOURDES ALVES
 UIRAP
 Wilson Santiago
 + Ligeia
 Wilson Santiago
 Wilson Santiago

~~SECRET~~

San Antonio Carlos Valdez
Carlos Valdez
on 4-20-80 JAS

AIR

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 327/2004.

Ser. Pedro Simon
 Sen. AURELIO RODRIGUES
 Sen. PAULO LEE

Ser. Roberto Rosário

Ser. Paulo Paim

Ser. Álvaro Dias

Ser. Marcelo Criviano

Ser. Sérgio Guerra

Ser. Valdir Baccetti

Ser. João Paulo

Ser. Roberto Rosário
 Sen. Paulo Paim
 Sen. Álvaro Dias
 Sen. Marcelo Criviano
 Sen. Sérgio Guerra
 Sen. Valdir Baccetti
 Sen. João Paulo

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 385/2003.

Sen. Pedro Simon
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira

Sen. Roberto Mourão
Sen. Paulo Paim
Professor Nery

Sen. Roberto Mourão
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira

Sen. Roberto Mourão
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira

Sen. Pedro Simon

Sen. Roberto Mourão
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira


Sen. Roberto Mourão
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira

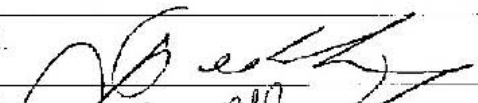
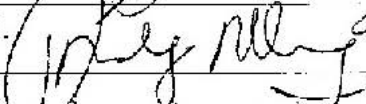
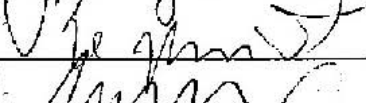
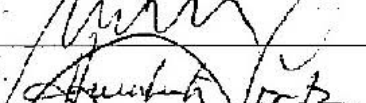
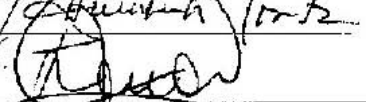
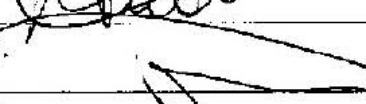
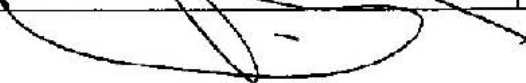
Sen. Roberto Mourão
Sen. Antônio Donato
Sen. Nogueira

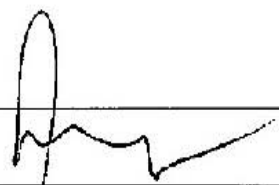
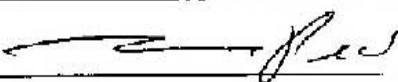
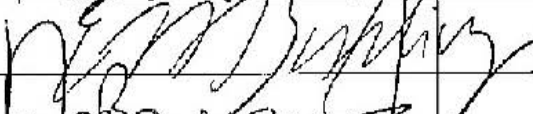
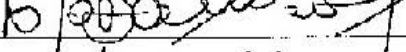
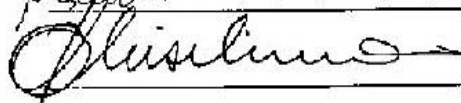

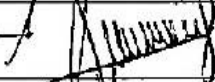
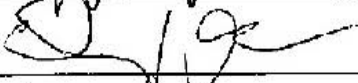
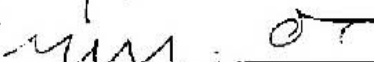
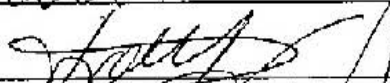
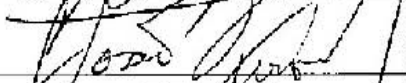


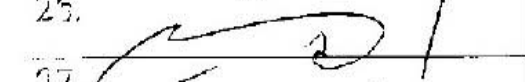

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2003, que *altera a redação do artigo 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.*

Sala das Sessões,


Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
LÍDER DO PSB

2.		Pedro Simon	2
3.		Rodrigo Dollenberg	3
4.		Roberto Reguillo	4
5.		Eunício Oliveira	5
6.		H. C. HUMBERTO COSTA	6
7.		E. A. EDUARDO AMORIM	7
8.		R. ROD TANDERLE RODRIGUES	8

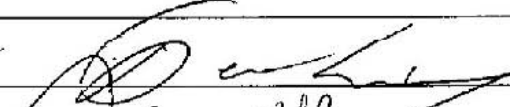
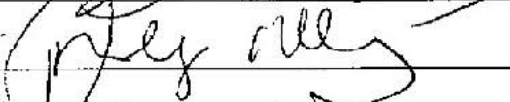
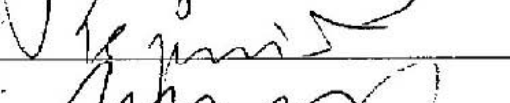
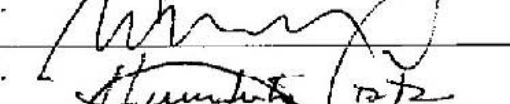
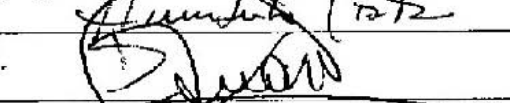


9.		MARCCENO CAVACA 9
10.	João Pedro	 João Pedro 10
11.		EDUARDO SUPICÝ 11
12.		JOSÉ RIMENTEL 12
13.	Amílcar Lima	AMÍCAR DIVIZ 13
14.	Índice da Mata	Índice da Mata 14
15.	marcelo an h	marcelo - MARINER BRITO 15
16.	Gleisi	 GLEISI 16
17.		INÁCIO ARRUDA ✓ 17
18.		NEIR GURGACZ ✓ 18
19.		LINDBERG FARIAS ✓ 19
20.	Jorge Viana	JORGE VIANA ✓ 20
21.		MARIA DO CARMO ✓ 21
22.		PAIM 22 ✓
23.		SÔBO DURAL 23 ✓
24.		CASILDO MALDANER 24 ✓
25.		ARMANDO MONTEIRO 25 ✓
26.		WELLINGTON LIMA ✓ 26
27.		LUÍZ HENRIQUE - 27

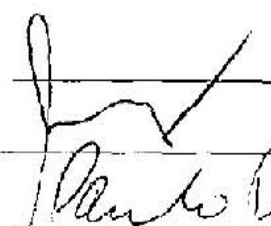
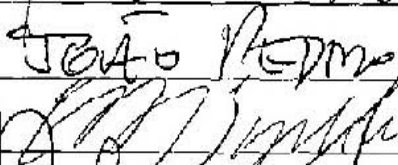
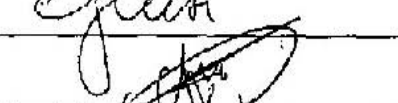
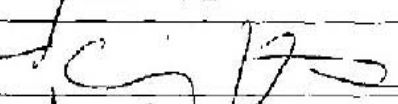

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003, que *institui o Mapa de Exclusão Social, estabelecendo metas e normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.*

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDER DO PSB

2.		PEDRO SIMON 2
3.		RODRIGO RELLEMBERG 3
4.		ROBERTO REQUIAO 4
5.		EUNÍCIO OLIVEIRA 5
6.		HUMBERTO COSTA 6
7.		EDUARDO AMORIM 7
8.		BRUNA LEFEBRE RODRIGUES 8


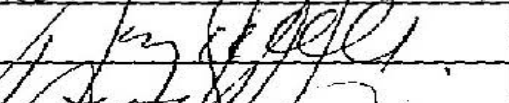
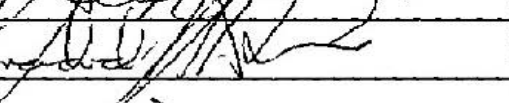



9.		MARCELO CRIVELLA 9
10.	Paulo Davim	PAULO DAVIM 10
11.	João Pedro	JOÃO PEDRO 11
12.		EDUARDO SUPICY 12
13.	Jose Pimentel	JOSE PIMENTEL 13
14.	Amílcar Lima	AMÍLCAR LIMA 14
15.	Lídice da Mata	LÍDICE DA MATA 15
16.	Aldayr do Coutinho	? 16
17.	Marta Suplicy	MARTA SUPICY ✓ 16
18.	Marinho Brito	MARINHO BRITO 17
19.	Gleisi	GLEISI 18
20.		CASSIO MADER 20
21.	Inácio Arruda	INÁCIO ARRUDA ✓ 20
22.		LINDBERG FARIAS ✓ 21
23.	Jorge Viana	JORGE VIANA ✓ 22
24.	Maria Carmo	MARIA CARMO ✓ 23
25.	Paim	PAIM ✓ 24
26.	João Durval	JOÃO DURVAL ✓ 25
27.	Aldayr do Coutinho	ALDAYR DO COUTINHO ✓ 26
28.		LUÍZ HENRIQUE 27

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 332, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero o desarquivamento do PEC nº 6, de 2004, que "Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 19 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos empregados públicos que menciona, legalmente cedidos, pelo período mínimo que estabelece, a órgãos e entidades da União."

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.

Senador	Assinatura
ALVARO SILVA	
Ygor Cocato	
Mozes Nunes	
FLEXS RIBEIRO	
JOSE VIANA	
PAULO BRUNO	

[illegible]

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2011

"institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista"

Senhor Presidente,


Requeremos, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o **desarquivamento e a conseqüente continuidade da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 73, de 2005**, que "Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista)".

JUSTIFICAÇÃO

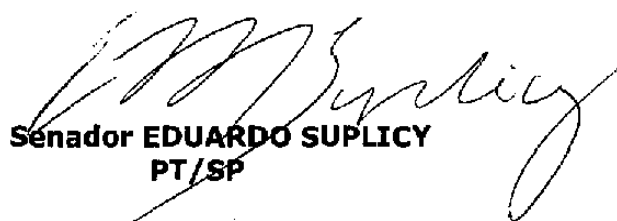
A PEC nº 73, de 2005, tem como objeto a introdução entre nós do instituto da revogação popular de mandatos eletivos, ou recall, como o denominam os norteamericanos, de forma a fortalecer na vida política a soberania do povo, dando-lhe novas razões para confiar nas instituições democráticas. É de se salientar, aliás, que algumas das nossas primeiras Constituições estaduais republicanas haviam criado a revogação popular de mandatos eletivos: a do Rio Grande do Sul, em seu art. 39, a do Estado de Goiás, em seu art. 56, e as Constituições de 1892 e 1895, em Santa Catarina. Assim, avaliamos que a matéria deve continuar sua tramitação, para garantir ao povo a iniciativa do referendo revogatório.

Sala das Sessões,

de 2011.



Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL/AP



Senador EDUARDO SUPLICY
PT/SP

SENADOR(A)	ASSINATURA (Desarquivamento do PEC 73/2005)
MARINOR BRITO SOL/PA	Musante MARINOR
LINDBERGH PIERO	LINDBERGH
Gláucia Hoffmann	Gláucia
Regina	Regina ANA AMÉLIA
Simone	Simone
WALTER PINHEIRO	WALTER PINHEIRO
PEDRO TAVARES	PEDRO TAVARES
Eduardo	Eduardo
Vinícius	Vinícius
Amílcar Dias	Amílcar Dias
Lidice da Mata e Sáez	Lidice
Cassio Leal	Cassio
Angela Portela	Angela Portela
CÉSIO	CÉSIO
Armando Monteiro	Armando Monteiro
Edoardo Braga	Edoardo Braga
Ivo Cassol	Ivo Cassol
ANA AMÉLIA	ANA AMÉLIA
AECIO NEVES	AECIO

JORGES VIANA	JORGES VIANA
ITAMAR FRANCO	ITAMAR
RODRIGO	RODRIGO
Marcelo	Marcelo
JARBAS VASCONCELOS	JARBAS VASCONCELOS
AECIO	AECIO
WELLINGTON DIAS	WELLINGTON DIAS

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2011

Nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a continuidade da tramitação das proposições a seguir listadas:

- Proposta de emenda à Constituição nº 5, de 2006
- Proposta de emenda à Constituição nº 30, de 2006
- Proposta de emenda à Constituição nº 29, de 2006
- Proposta de emenda à Constituição nº 28, de 2003
- Proposta de emenda à Constituição nº 14, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2005
- Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2005
- Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005 – Complementar
- Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2005

Sala das Sessões, em de de 2011



Senador ALVARO DIAS

Assinatura

Nome

1.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

2.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

3.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

4.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

5.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

6.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

7.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

8.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

9.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Demostevés Torres

Sérgio Pitecó

Marta do Carmo

Carvalho Ladeira

Juscelino

Aparecida Nunes

LOBÃO FILHO

Edmar M. Siqueira

10. Yuri (tato) (yppa)

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

11. T Donnell

Francisco Donello

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

12. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

I VO PASSOL

13. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

ANA AMELIA

14. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

AECIO NEVES

15. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Ademir Loureiro

16. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

CLAUDIO ANDRONE

17. [Signature]

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

FELIX RIBEIRO

18. Aurelio Costa

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

AURELIO COSTA

19. Mariano

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Mariano Sena

20.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Paulo Bauer

21.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Rozivaldo

22.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

F. NDOLFE

23.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Carlos Vazquez

24.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Daniel Campos

25.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

André Luiz

26.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

27.

Observação: Assino para todos os projetos do presente requerimento.

Blairo Maggi

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º, do artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 117/2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.

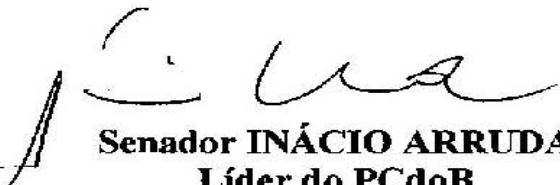
Justificativa

Por se tratar de matéria fundamental para o exercício da carreira profissional dos geofísicos, uma vez que, até o presente momento, não contam com qualquer norma específica acerca dos requisitos para seu exercício, convoco os demais pares desta Casa a ratificar o presente requerimento,

Esta iniciativa é oportuna e demonstra o interesse do Senado Federal em aproveitar todo o esforço despendido pela Câmara dos Deputados, quando da aprovação do respectivo projeto naquela Casa.

Sala das Sessões,

2011



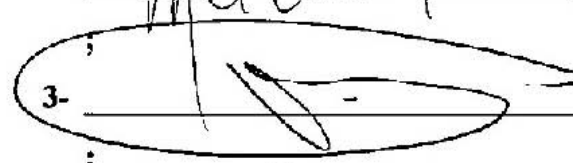
Senador INÁCIO ARRUDA
Líder do PCdoB

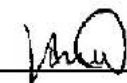
Desarquivamento do PLC 117/2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.

Autógrafos:

1-  CÍRO MIRANDA

2-  JOÃO VICENTE ESCOBAR

3-  NONOCE


4-  ANA RITA ESCARIO


5-  JORGE FIANA

6-  JOVINO CAMPOS

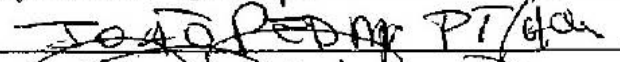
7-  MÁRCIO BRITO

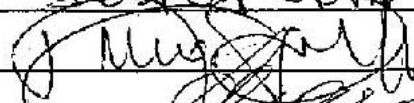
8-  RODRIGO ROLLEMBERG

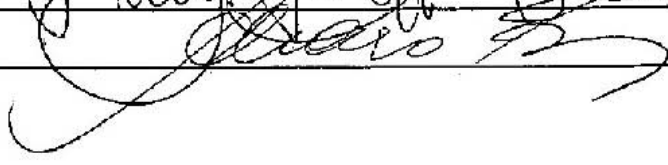
9-  CASILDO MALDANER

10-  VITAL DO RÊGO

11-  LUCIA VANIA

12-  JOÃO PEDRO PT/GO

13-  J. MIGUEL

14-  MARCELO DIAS

DOENENES

15- ~~Uziel~~ CRIVELLA ;

16- ~~Uziel~~ VANDERBEEK ;

17- ~~Uziel~~ LINDBERGH FARIAS ;

18- ~~Uziel~~ EDUARDO AMORIM ;

19- ~~Uziel~~ SUCA ;

20- ~~Uziel~~ JOÃO ARAÚJO ;

21- ~~Uziel~~ JOÃO PINHEIRO ;

22- ~~Uziel~~ RANDOLFE ;

23- ~~Uziel~~ COLLORE ;

24- ~~Uziel~~ DENYON ;

25- ~~Uziel~~ LUIZ OLIVEIRA ;

26- ~~Uziel~~ EDUARDO BARRA ;

27- ~~Uziel~~ VANESSA ;

28- ~~Uziel~~ SÉRGIO DUTRA ;

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º, do artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 059/2003, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

Justificativa

Por se tratar de matéria que visa preencher a lacuna constitucional relativa à falta de regulamentação do inciso III, do artigo 221 de nossa Carta Magna, convoco os demais pares desta Casa a ratificar o presente requerimento.

A respectiva proposição, aprovada pela Câmara dos Deputados, foi, no Senado Federal, distribuída para as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação. Consultado o Conselho de Comunicação Social, que se manifestou mediante o Parecer nº 1, de 2004 – CCS, em que recomenda a aprovação da matéria

Portanto, por uma questão de oportunidade, conto com a colaboração dos demais Senadores para aproveitarmos todo o esforço despendido pela Câmara dos Deputados, quando da aprovação do respectivo projeto naquela Casa.

Sala das Sessões,

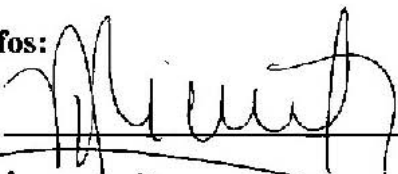
2011




Senador INÁCIO ARRUDA
Líder do PCdoB

Desarquivamento do PLC 059/2003, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.


Autógrafos:

1-  - JOÃO VICENTE CLAUDINO

2-  - JANDIRA FEHALI

3-  MARIA RITA ESQUIVEL

4-  JORGE VIANA


5-  JAIRTON GONÇALVES


6-  MAURÍCIO BRITO

7-  RODRIGO RALLAMBERG

8-  CASILDO MALDANER

9-  VITAL DO RÊGO

10-  LUCIO VIEIRA

11-  PAULO ROBERTO - Paulo Roberto PT/Am.

12-  J. MELO



13- *[Signature]* ;

14- *[Signature]* ;

15- *[Signature]* ;

16- *[Signature]* ROQUEIRO JOTA ;

17- *[Signature]* ;

18- *[Signature]* JOÃO ALVES ;

19- *[Signature]* JOSE PINHEIRO ;

REP X20- *[Signature]* RANDOLFO ;

VAGO X21- ;

22- *[Signature]* ;

23- *[Signature]* ;

24- *[Signature]* ;

25- *[Signature]* ;

26- *[Signature]* ;

27- *[Signature]* ;

28- *[Signature]* ;

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2011

Nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a continuidade da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005, que dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos.

Sala das Sessões, em de de 2011



Senador ALVARO DIAS

Assinatura

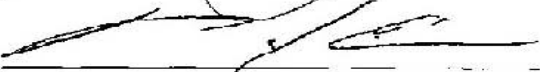
Nome

1.



ALVARO DIAS

2.



LUIZ HENRIQUE

3.



WALLACE REIS

4.



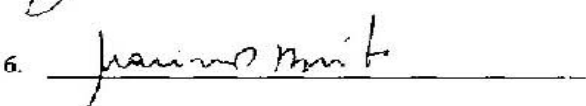
LUCAS VASCONCELOS

5.



IVO CASSOL

6.

JANINO MIT
MARINHO SANTO

7.



CARLOS MELCHIOR

8.



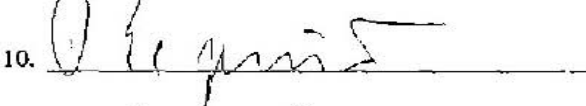
ANA RITA

9.



MOZIL DO CAVALCANTE

10.



REQUIÃO

11.

RITO
RILLO DAVIN

12.



MASAO

13.



LINDBERGH

14. Paulo Bauer
TINKERDO

30326-10244

15. ANA AMÉRICA

ANA AMÉRICA

16. GUSTAVO SCLIPCI

GUSTAVO SCLIPCI

17. Elcio Oliveira

Elcio Oliveira

18. Aldice dos Santos e Souza

Aldice dos Santos e Souza

19. Gleu

Gleu

20. Joes Denis

Joes Denis

21.

JOÃO CARLOS BOGUES

22. BLAÍRO MAGGI

BLAÍRO MAGGI

23. Vinte e Nove

Vinte e Nove

24. Ciro Moura

Ciro Moura

25. EDIO TAVES

EDIO TAVES

26. Rely Nelly

RODRIGO R.

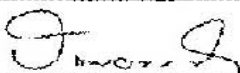
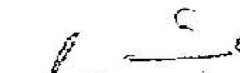
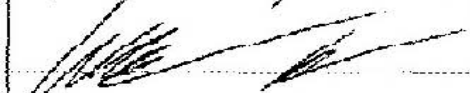
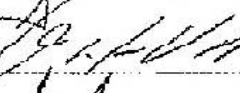



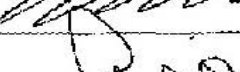



Paulo Paim

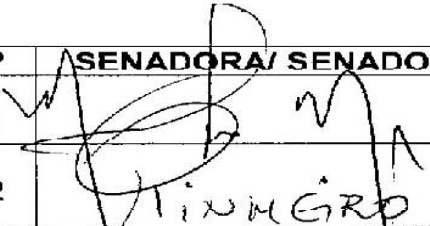

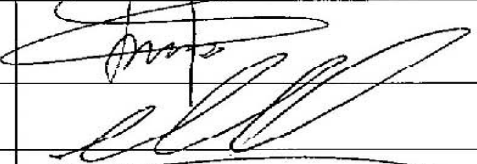

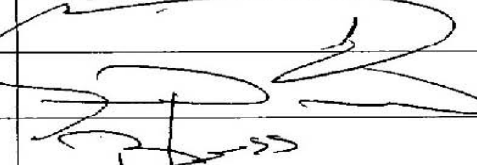
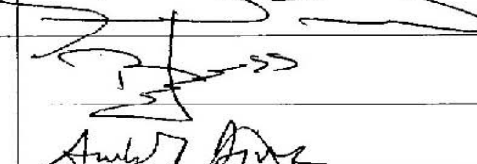


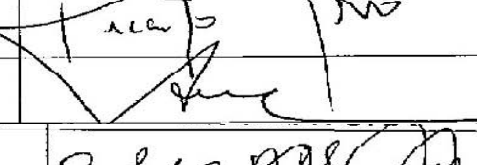
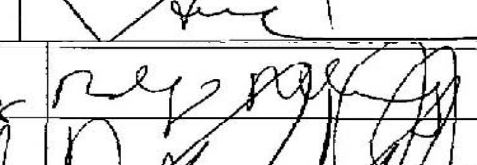
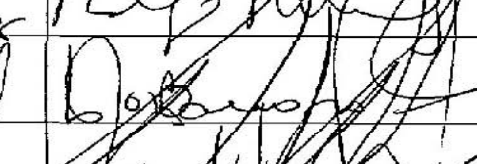
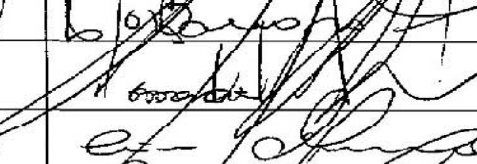
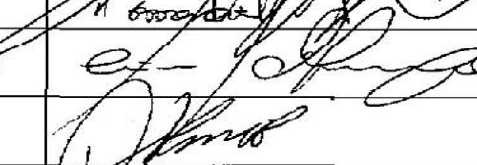
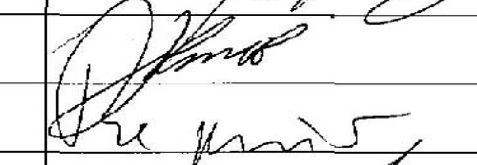
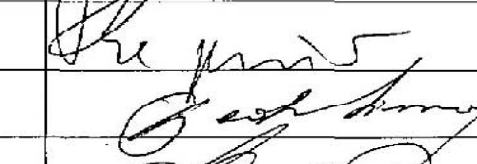
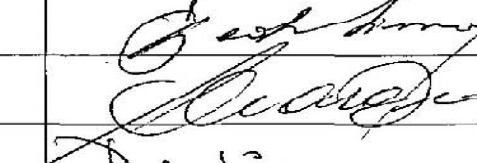
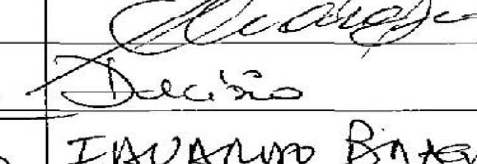
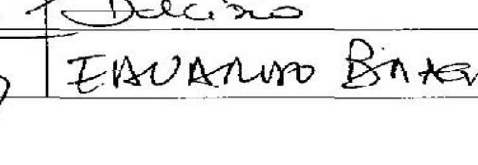
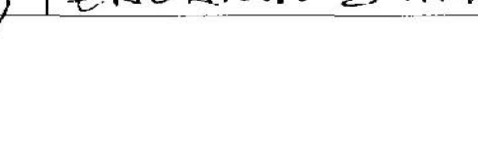


REQUERIMENTO Nº 187, DE 2011

Requeremos nos termos do art. 332, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 113 de 2005, que dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos, visando à continuidade da sua tramitação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2011.

Senadora Vanessa Grazziotin

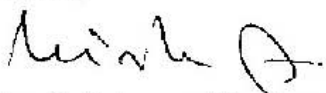
Nº	SENADORA/ SENADOR	ASSINATURA	
01	Domênico Gama		VANESSA
02	Thais de Barros		THAIS
03			GILVANE
04	Guilherme Angel		GUILHERME
05	Cleusa Andrade		CLEUSA ANDRADE
06	Ciro Nogueira		CIRO NOGUEIRA
07	Eunício Oliveira		EUNÍCIO
08	Sergio Petição		SERGIO
09	Benedicto F. Silva		BENEDITO
10	Paulo R. Paim		PAULO PAIM




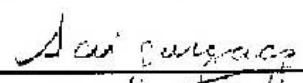

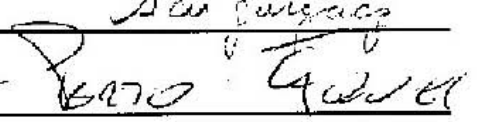
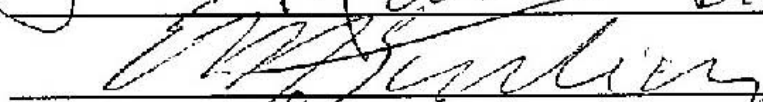
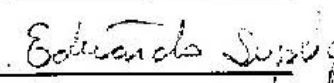
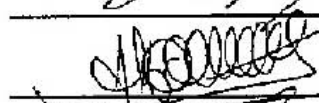
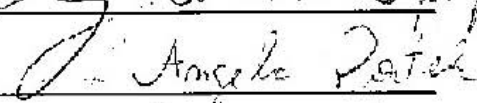

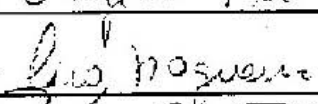
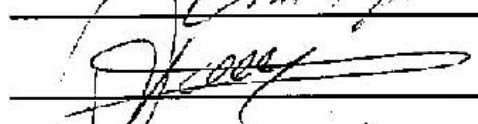
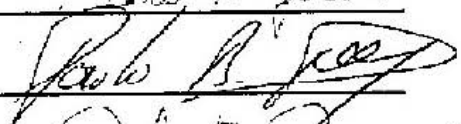
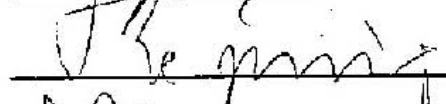
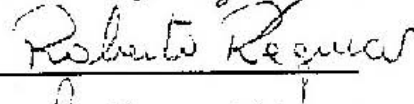

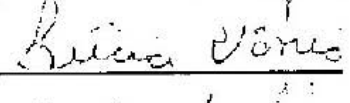
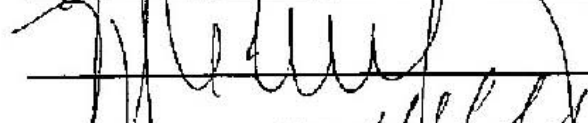
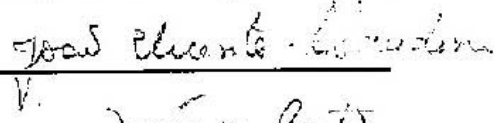
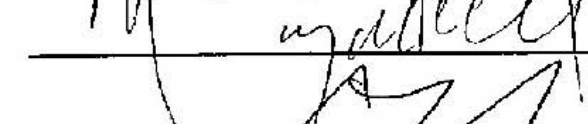
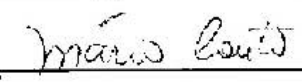
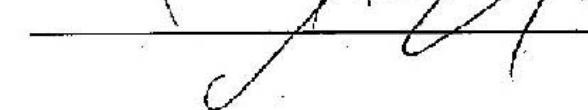
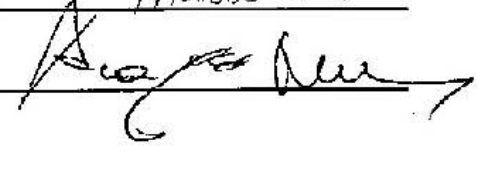
Nº	SENADORA/ SENADOR	ASSINATURA	
11			MARCELO MALTA
12	WILKINSON		WILKINSON
13	ALVARO MAGGI		ALVARO MAGGI
14	WILKINSON		WILKINSON
15	WILKINSON		WILKINSON
16	BLAISE		BLAISE
17	ANIL DINE		ANIL DINE
18	LUZIA VIANA		LUZIA VIANA
19	LICARDO FELIPE		LICARDO FELIPE
20	ALOYSE		ALOYSE
21	RODRIGO COLANIERI		RODRIGO
22	JOSE PINHEIRO		JOSE PINHEIRO
23	FELIX RIBEIRO		FELIX
24	CICERO LUCENA		CICERO
25	IVO CASSOL		IVO CASSOL
26	ROBERTO REQUIEN		REQUIEN
27	PEDRO SIMON		PEDRO SIMON
28	ALVARO DIAS		ALVARO DIAS
29	ALCIDIO		ALCIDIO
30	EDUARDO BLOSA		EDUARDO BLOSA

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 47/2005, que acrescenta o § 12 ao art. 14 e o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal, para restringir os sigilos bancário e fiscal, nas hipóteses mencionadas.

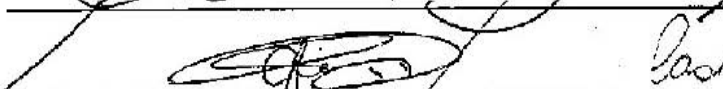
Sala das Sessões,



Senador Cristovam Buarque


	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	

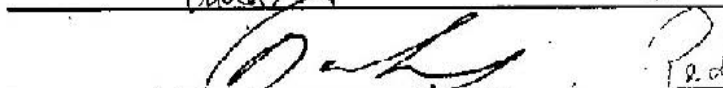
 Marcos

 João das

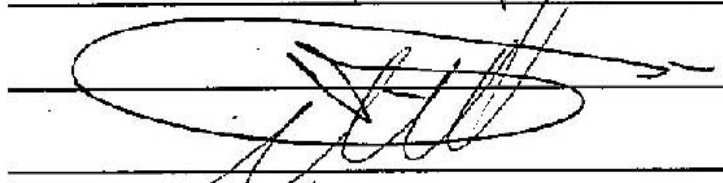
 Basílio Moldura

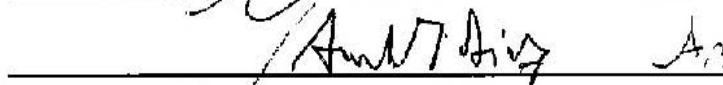
 Vanessa Grozinski


 João


 Pedro Simon

 João Pedro

 RANDOLFE

 Amílcar

 Gilvan

 Waldin

 Rodrigo

 Donat Francisco Donato


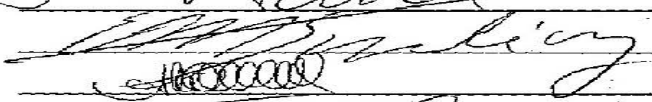
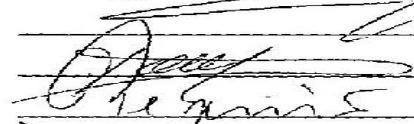
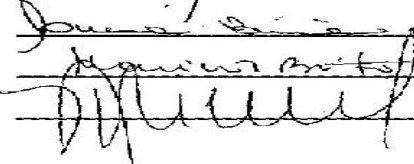

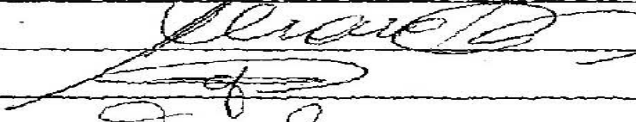
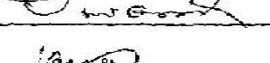
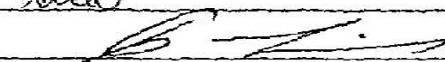


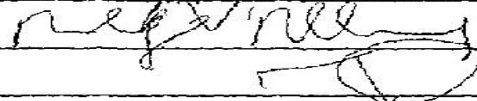
 Mariana

REQUERIMENTO Nº 189, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 52/2005, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, para acrescentar às hipóteses de expropriação de glebas rurais e exploração de trabalho escravo ou infantil.

Sala das Sessões,

Senador Cristovam Buarque

   	<p>Sra. Spraiada</p> <p>Sra. Gurgacz</p> <p>Edmundo Suply</p> <p>Angela Zetela</p> <p>Lio Moysa</p> <p>Roberto Rezende</p> <p>Luís Carlos</p> <p>Maurício Sato</p> <p>João Monte Claudio</p>
<p>myrtille</p>   	<p>Mário Luís</p> <p>Alcyon Kremer</p> <p>Mozart</p> <p>Alvaro Silva</p> <p>Basílio Malbica</p> <p>Vanessa Grazziotin</p>
<p>ANA RITA ESSETE</p>  <p>JOÃO PEDRO</p> 	<p>Pedro Simão</p> <p>PANDOLFE</p> <p>Adriano</p>
<p>Am. Ding</p>  	<p>Amel Ding</p> <p>Gilvam Briggs</p> <p>Valdir Rangel</p> <p>Rodryg Robinson</p> <p>Francisco de Paula</p>

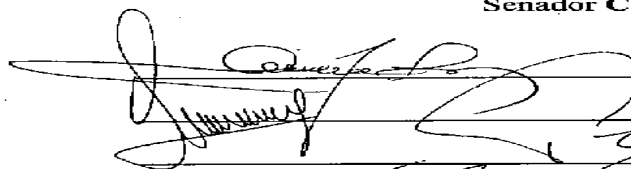
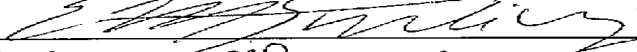

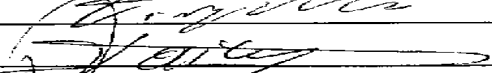
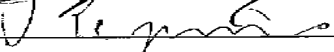
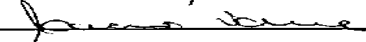



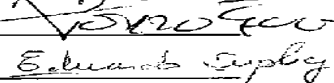
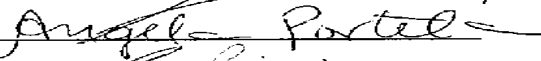
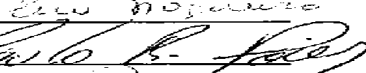
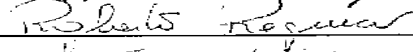
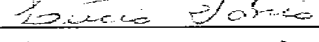

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2011

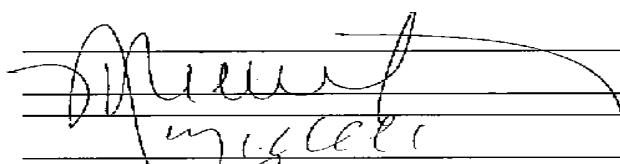
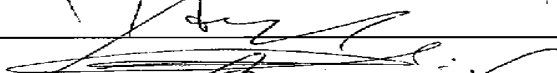
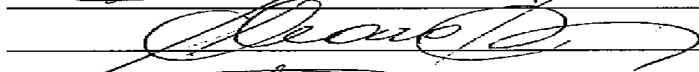
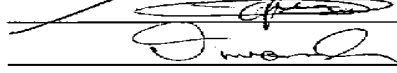
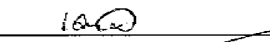
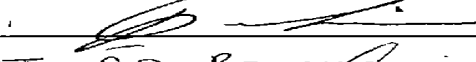

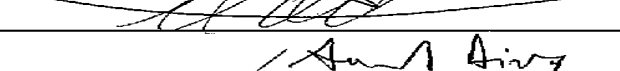
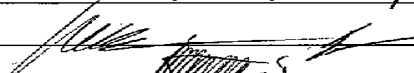
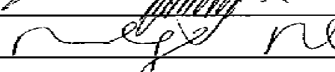
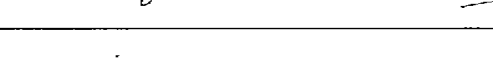
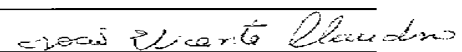
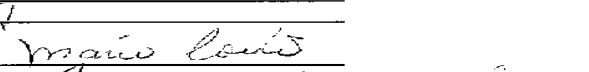
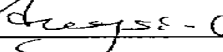
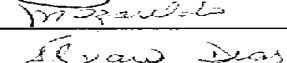
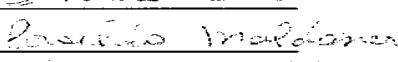
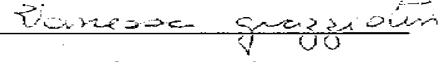
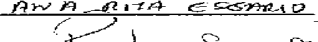
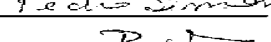
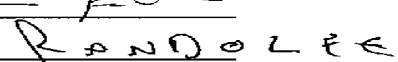
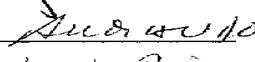
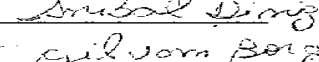
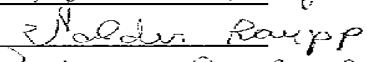
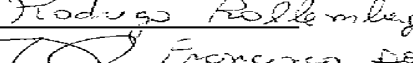
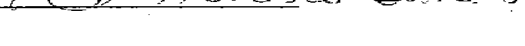
Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 04/2004, que, altera o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências para estabelecer, nos casos que especifica critérios para o pagamento de justa indenização.

Sala das Sessões,

Ninh A.

Senador Cristovam Buarque

      	       
---	---

          	             
---	--

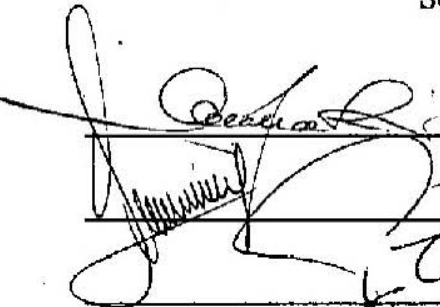
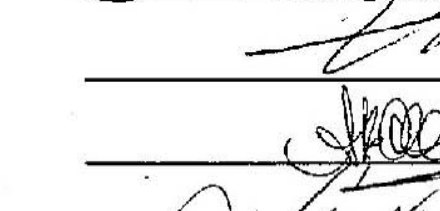
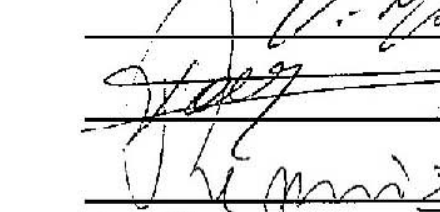
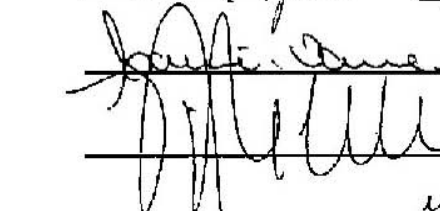
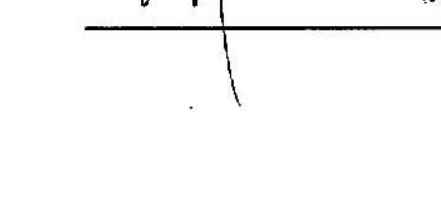

REQUERIMIENTO

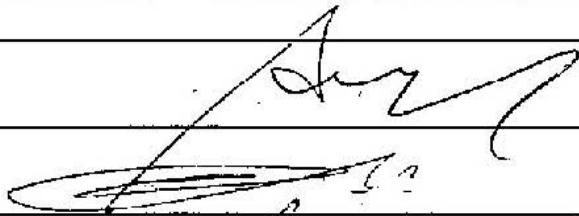
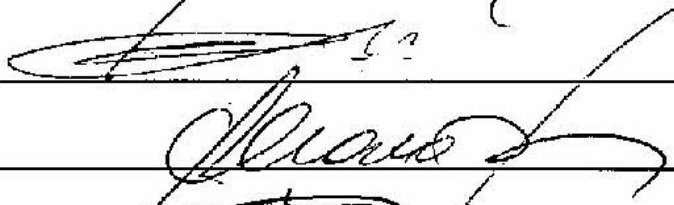
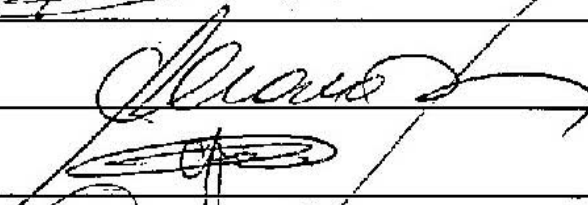
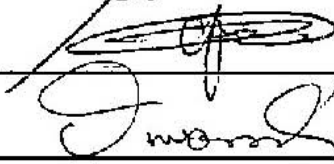
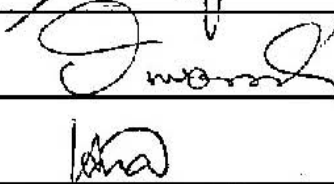
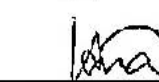
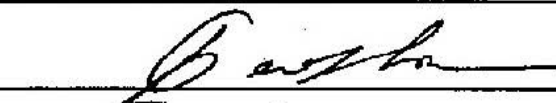

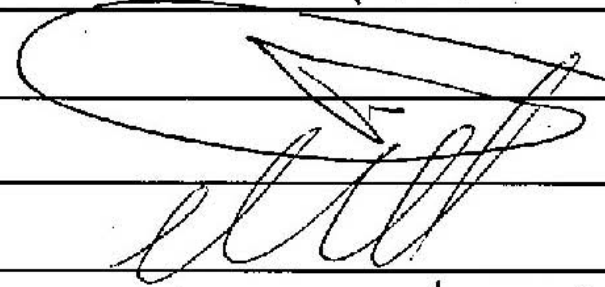



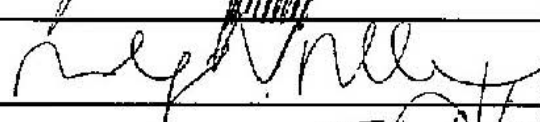


Nº 191, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 284/2005, que, altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para disciplinar o financiamento das eleições.

Sala das Sessões.


Senador Cristovam Buarque

Senador Cristovam Buarque	
	Sra. Américo
	San guayaz
	Pero
	Estuado Suply
	Archie Portale
	bro mameri
	Rob B. Jace
	Roberto Reinas
	Guia Floris
	gas Plume Zlandin
	Mano Lout

	Proprietário
	Mozaldo
	Alvaro da
	Laércio Moldes
	Vanessa Cruzatin
	João R. de
	João Simon
JOÃO ROCHA - 	
	LANDOLFE
	Audrey
	Amorim Diniz
	Gilvan Reis
	Valdeir Bemp
	Rodrigo Belém
	Fernando Diniz
Manoel	Marisa Severo

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2011

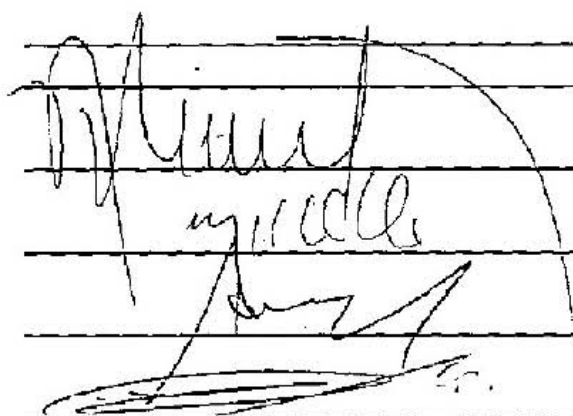
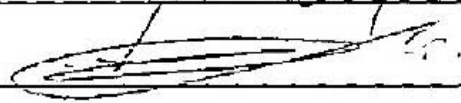
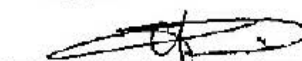

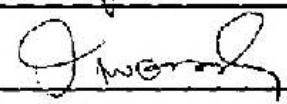
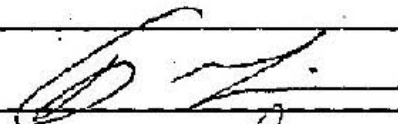

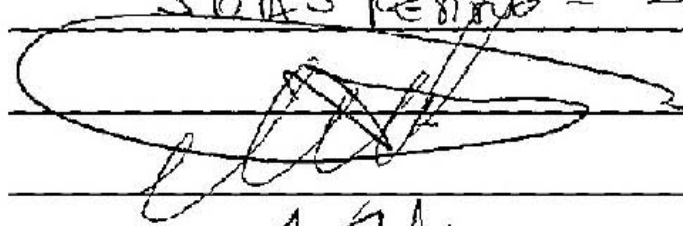


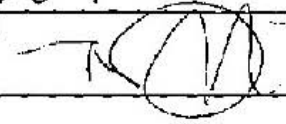
Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 145/2005, que determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação.

Sala das Sessões,

Cristovam Buarque

Senador Cristovam Buarque

<i>[Signature]</i>	<i>Anna Brúlia de Lencas</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Sair surgoz</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Pedro Tavares</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Eduardo Suplicy</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Ângela Portela</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Ciro Noroel</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Paulo P. Bay</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Alcides Amorim</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Rêgo</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Lucia Vânia</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Musauls</i>

 José Vicente Cavalcini
 Mário Amato
 Professor Luiz ^{Alcides}
 1 Numa
 Moisés de Lande
 Cacilda Maldaner
 Jamesia Gregório
 Iana
 ANA RITA ESCARDO
 Pedro Simon
 João Paulo -  P.
 J. ADOLTE
 SUTUPO
 Antônio
 Antônio Dória
 - SITUAR
 WALTER RAU
 ROLIMAR
 - Francisco
 Adriano

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 02/2006, que altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional.

Sala das Sessões,

Minha A.
Senador Cristovam Buarque

<i>[assinatura]</i>	<i>Smo Amêlio</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Acir Guingoz</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Roberto Freire</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Eduardo Suplicy</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Angela Portela</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Lincoln Nogueira</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Roberto R. Freire</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Roberto Regener</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Luiz Vitor</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>Mesquita</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>João Vicente Claudino</i>

22/1/19

Mãe Costa

Harper Lee Skypin

Vr. Augusto

Also see.

Labellia malabar

Donna Guppioni

100

Ans. A

Pedro Simon

1090 PENDING - - - - -

RANDOLFE

Account's Manager

Amending

Andal Dargah

Bryson

Light warm days

Valder Rump

Rodney S. Slemmon

Francis Donnelly

REQUERIMENTO Nº 194, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 07/2006, que insere alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores de educação e seus empregados.

Sala das Sessões,

Wah A.

Senador Cristovam Buarque

<i>[Signature]</i>	<i>Sria Amêli</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Sau Jurgens</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Piero Tuzar</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Edmar do Supl</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Amplê Cortes</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Cléo Nogueira</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Rob R. Parcy</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Roscar</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Lucas Gomes</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Mauro Gato</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Paulo Sérgio Lemos</i>

myllli. maio leito

~~Bo (31) Mue~~
Mozavildo

~~Ilvau Dias~~
basildo moldara

~~Donesso enaprotin~~
Ana Rita P 00

~~Pedro Simon~~

J O A O P E D R O - T E M

~~R A N D O - Z F E~~

~~S A D R U D O M O N T E I R O~~

~~Anibal Diniz~~

~~Gilvorn Saps~~

~~Valdi Raupp~~

~~Rodolfo Rollemberg~~

~~Francisco Donelli~~

REQUERIMENTO Nº 195, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 195/2006, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões,

Cristovam Buarque

Senador Cristovam Buarque

<i>[Signature]</i>	<i>Ana Amêlis</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Levi Lacerda</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Pedro Tavares</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Eduardo Suplicy</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Angela Rosete</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Luiz Marinho</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Rêgo</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Rêgo</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Luiz Vitor</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Marina Ruiz</i>
<i>[Signature]</i>	<i>João Vicente Vaz</i>

mylll

Mário Luís

Ary

Alexandre

Magnifico

Alvaro

Luis de Moldanova

Venceslau

Luis

Ana Rita

Tacho Simon

JOÃO GOMES - F

Landoze

Adriano de Montano

Aurora

Suzana Lima

Gilvane Borges

Valdir Rupp

Rodrigo Rolimberg

Florencio de Almeida

REQUERIMENTO Nº 196, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 253/2006, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts 312, 313-A, 313-B, 315, 317, *caput* e § 2º, e 333 do Código Penal.

Sala das Sessões,

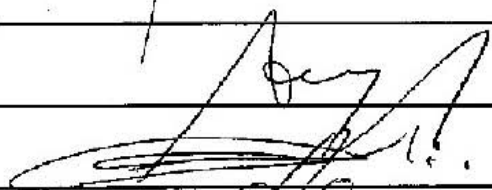
Mirh A.

Senador Cristovam Buarque

<i>[Signature]</i>	<i>Sma Amélia</i>
<i>[Signature]</i>	<i>San Sargap</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Pedro Tave</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Edmarco Suplay</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Angela Portella</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Amo Boqueiro</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Ruy</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Ruy</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Lucia Tania</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Manoel Buto</i>
<i>[Signature]</i>	<i>João Clinto Claudino</i>

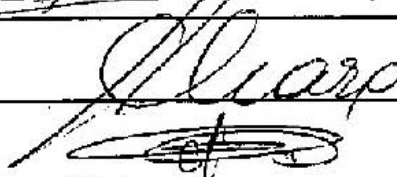
myllle.

Mário Couto



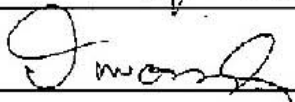
Ary A.

Miguel de Carvalho

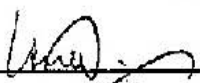


Ilvao de

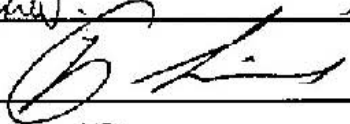
Miguel de Carvalho



Vanessa Guarnier



Ana Rita

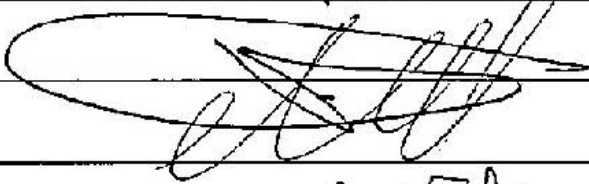


Pedro Simon

JOÃO PEDRO



R AND OLIE



Augusto Simões

André Diniz

André Diniz



Valdir Basso

Valdir Basso



Rodrigo Rollemberg

Francisco Diniz

REQUERIMENTO Nº 197, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 345/2006, que concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP – Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento de Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS – Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios.

Sala das Sessões,

Wink A.

Senador Cristovam Buarque

<i>[Signature]</i>	<i>Ana Amílho</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Seu Sargento</i>
<i>[Signature]</i>	<i>PEARO TAVEL</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Ednardo Siqueira</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Angela Portela</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Leo Menezes</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Rob. R. Reis</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Roberto Regener</i>
<i>[Signature]</i>	<i>Luiza Viana</i>

Magnus F

Magnus F

João Carlos Luciano
Mário Luis

Aguiar - Numa
Mozambique

Silvano Des
Leandro Maldonado

Venceslau Queiroz
Ana Vello

Pedro Simon

JOÃO PEDRO

João

JANDOLFE

Substância Montano

Israel Lima

Gilvan Siqueira

Valdi Rapp

Rodrigo Polanco

Francisco Dantas

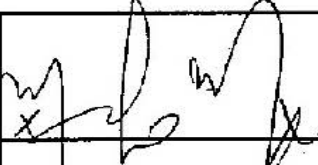
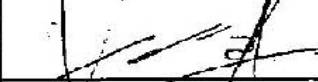



REQUERIMENTO Nº 198, DE 2011




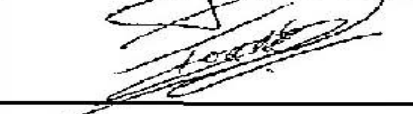



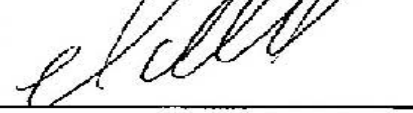
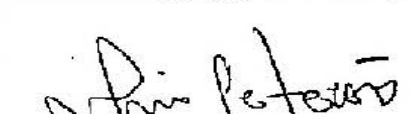
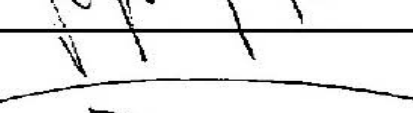
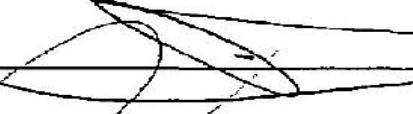

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno, a continuidade de tramitação das proposições legislativas de minha autoria, abaixo relacionadas, que encontram-se arquivadas por norma regimental, tendo para tal, o apoio necessário da composição de um terço do Senado Federal.



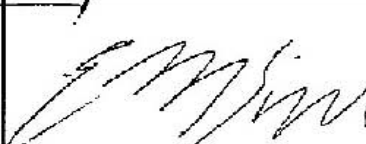

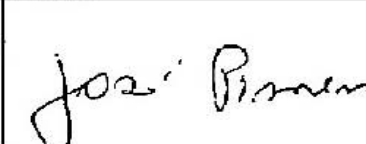
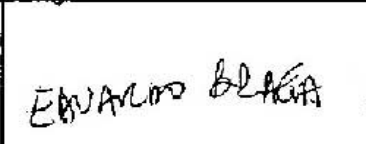
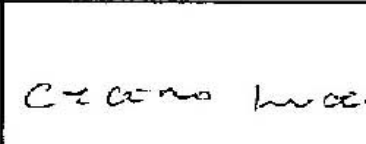
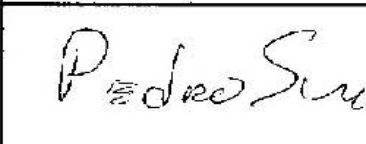
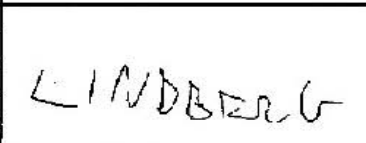
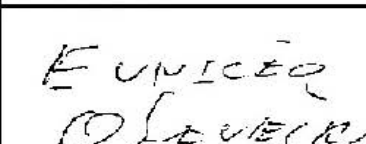
Proposição	Ementa
PLS 01/2003 /	<i>Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal.</i>
PLS 121/2004 /	<i>Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.</i>
PLS 197/2006 /	<i>Proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho de comunicação.</i>
PLS 310/2003 /	<i>Altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.</i>
PLS 317/2006 /	<i>Estabelece procedimento de comunicação, aos agentes interessados, dos recursos liberados, decorrentes de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências.</i>
PLS 417/2005 /	<i>Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.</i>
PLS 419/2005 /	<i>Acrescente § 5º ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 1997, para disciplinar a realização de pesquisas de intenção de voto.</i>
PLS 459/2003 /	<i>Obriga a presença do profissional fisioterapeuta em academias, nos clubes e agremiações desportivas.</i>
PLS 59/2006 /	<i>Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado e estabelecer que a progressão de regime somente pode ser obtida após o cumprimento de dois terços da pena no regime anterior.</i>
PEC 29/2004 /	<i>Altera a redação dos Artigos 105, I, "a" e 108, I, "c" e "d" da Constituição Federal, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público Estadual quando se tratar de prática de crimes comuns e de responsabilidade e para submeter aos Tribunais Regionais Federais o processo e julgamento de mandados de</i>

	<i>segurança e de "habeas corpus" impetrados por membro do Ministério Público Federal.</i>
PEC 63/2003 ✓	<i>Altera redação do artigo 105, inciso I, "a" da Constituição da República Federativa do Brasil, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público Estadual quando se trate de prática de crimes comuns e de responsabilidade.</i>
PEC 83/2003 ✓	<i>Veda o exercício da advocacia a magistrados aposentados que hajam exercido a magistratura em Tribunais.</i>
PEC 90/2003 ✓	<i>Inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.</i>
PDS 318/2004 ✓	<i>Sustenta os efeitos da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - que desconstituiu a aquisição da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil Ltda., publicada no Diário Oficial da União, Seção I, página 25, do dia 16 de fevereiro de 2004.</i>
PRS 18/2005 ✓	<i>Acréscima parágrafos 1º e 2º ao art. 224 e revoga o inciso II do art. 225 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que Senador possa sugerir a outro Poder a adoção de determinada providência ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva.</i>
PRS 36/2003 ✓	<i>Cria a Comissão Permanente de Segurança Pública do Senado Federal.</i>

Sala das Sessões, em de de 2011

1.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas.		Vagner Rocha
2.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas.		Carlos José
3.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas.		Cleoferson
4.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas.		André Luiz
5.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas.		Vicente

6.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		WELLINGTON DIAS
7.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		MARCELO CAVELLA
8.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		BRÁULIO MAGALHÃES
9.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		DEMÓSTENES
10.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		ANTÔNIO CARLOS VALADARES
11.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		LUÍZ HENRIQUE
12.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		RUBEN AMORIM
13.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		PIRES PETRELO
14.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		RUY DELFINO
15.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		ROBERTO TURCI
16.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		JORGE FÁRIA
17.	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		ÁLVARO DIAS

18	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
19	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
20	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
21	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
22	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
23	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
24	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
25	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
26	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro
27	Requeiro a continuidade de tramitação de todas as proposições legislativas acima discriminadas		Elycio Ribeiro

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

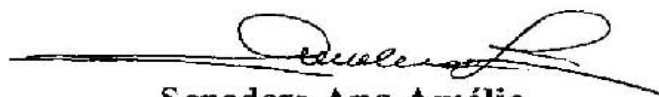
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

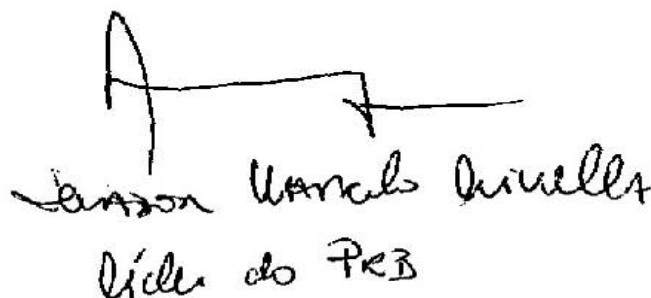
REQUERIMENTO Nº 199, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Solidariedade, em nome do Partido Progressista, ao povo japonês e a comunidade japonesa no Brasil, em face do forte terremoto (8.9 graus na escala Richter) que atingiu hoje o nordeste do Japão, seguido de tsunami.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2011.



Senadora Ana Amélia
Vice-Líder do PP



Aníson Carlos Amellet
Líder do PRB

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2011

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Pesar pelo falecimento de Elza Herrmann, Marlene Ludke Moraes, Zaira Fonseca, Zilah Mary de Souza Martins, Glória Regina de Souza Martins, Afonso Beiersdorf, em virtude das chuvas que atingem a cidade de São Lourenço do Sul/RS.

A Prefeitura de São Lourenço do Sul (191km de Porto Alegre) decretou estado de calamidade pública

nesta quinta-feira (10) devido às chuvas que atingem a cidade.

A enchente, que deixou debaixo d'água metade da zona urbana do município, obrigou 350 pessoas a se abrigar em um ginásio da cidade. Outras 2.000 estão hospedadas em casas de amigos e parentes.

Para tanto gostaríamos que esse Voto de Pesar fosse enviado para a Prefeitura de São Lourenço do Sul, no seguinte endereço: Rua Coronel Alfredo Born, 202 Centro – CEP 96170-000, São Lourenço do Sul/RS.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim** – Senadora **Ana Amélia**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2011

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de solidariedade ao povo do Japão, em virtude de um forte terremoto de magnitude 8,9, que atingiu nesta sexta-feira (11) a costa nordeste do Japão.

Para tanto gostaríamos que voto fosse encaminhado para Embaixada do Japão no Brasil, no seguinte endereço: Avenida das Nações, quadra 811, lote 39, Setor de Embaixadas Sul, Brasília-DF, CEP. 70.425-900.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –
O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado
a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 82, de 2011

Altera as Leis nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e 12.009, de 29 de julho de 2009, para disciplinar o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso de motocicleta.

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº. 12.009, de 29 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 2º.

.....

V – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

.....(NR)”

Art. 2º. O artigo 139-A da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual inciso IV para VI:

“

Art. 139-A.

.....

IV – uso de pneus adequados ao deslocamento em pista molhada;

.....(NR)”

.....

§ 2º. É proibido o transporte de qualquer mercadoria presa ao corpo do condutor, além de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car, nos termos de regulamentação do CONTRAN;

§ 3º. Ao transportador de que trata o caput deste artigo é vedado o transporte remunerado de passageiros;

.....(NR)”

Art. 3º. A Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo XIII-B:

CAPÍTULO XIII-B

DA CONDUÇÃO DE PASSAGEIROS

Art. 139-C. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de passageiros – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- a)** uso de veículo com motor de potência máxima de 200 cc (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos);
- b)** uso de proteção descartável para o capacete do passageiro;
- c)** uso de pneus adequados ao deslocamento em pista molhada;
- d)** cano de escape dotado de proteção contra queimaduras;

§ 1º. É vedado ao condutor do veículo, de que trata o caput deste artigo, quando transportando passageiro:

- a)** dar partida antes que o passageiro coloque o capacete de segurança e esteja devidamente acomodado no assento;

- b)** ultrapassar a velocidade de 60 km/h (sessenta quilômetros por hora), independentemente da velocidade máxima prevista para a via;
- c)** trafegar entre as faixas de trânsito, ainda que para ultrapassar veículos retidos por semáforos ou devido a congestionamentos;
- d)** realizar manobras bruscas passíveis de oferecer risco de acidentes ou que contrariem a vontade do passageiro.

§ 2º. Ao transportador, de que trata o caput deste artigo, é vedado o transporte remunerado de mercadorias;

.....(NR)”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, no que couber, o disposto no art. 8º da Lei nº. 12.009, de 29 de julho de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

São muitas as tentativas feitas no sentido de aperfeiçoar a regulamentação de uma das mais recentes atividades profissionais, amplamente conhecida e autodenominada como “motoboys” e “mototaxistas”. Aqui no Congresso Nacional, tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados, foram numerosos os projetos apresentados. A maior parte, no entanto, seja por falta de oportunidade, conveniência momentânea, por força regimental, foi arquivada. Embora algumas dessas proposições tivessem excelente conteúdo legislativo como, por exemplo, o Projeto de Lei do Senado nº. 108, de 2004, de minha autoria, que acabou arquivado por força de disposição regimental.

O presente projeto, como o que lhe antecedeu, teve “inspiração” no texto apresentado, em 1997, pelo eminente Senador Ronaldo Cunha Lima, cuja “Justificação”, passados catorze anos, continua plenamente atual, quando lembra que, “no âmbito da legislação federal, especificamente, é pertinente disciplinar aspectos básicos relacionados com a prestação (dos referidos) serviços, as características do veículo utilizado e a capacitação exigida do condutor, de modo a garantir um mínimo de segurança ao usuário.

Afinal, trata-se de um veículo muito mais vulnerável no trânsito que os tradicionalmente utilizados no transporte público de passageiros...”.

De fato, tivesse sido redigida nos dias de hoje, tal “Justificação” acrescentaria que, segundo estudo até então inédito, realizado em 2001 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, intitulado “*Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas*”, os **custos totais dos acidentes de trânsito ocorrido nas rodovias do país** alcançavam a astronômica cifra de **cinco bilhões e trezentos milhões de reais por ano**. Isso, reitere-se, sem levar em conta aqueles ocorridos em áreas não-urbanas, onde estão instalados os maiores trechos de nossas principais rodovias.

Desses acidentes, os que têm, proporcionalmente, custo mais elevado, são aqueles que envolvem motocicletas, já que neles o número **de vítimas** é muito maior. Estudiosos estimaram essa **proporção** em **90% para os acidentes de motocicleta** e similares e em **9% para os demais veículos** (CARROL, C.L. & WALLER, P.F. *Analysis of fatal and non-fatal motorcycle crashes and comparisons with passenger cars*. Chapel Hill, Highway Safety Research Center/University of North Carolina, 1980; 2 COOKRO, D.V. *Motorcycle safety: an epidemiologic view*. Ariz. Med., 36 605-7, 1979; 3 CRAIG, G.R. et al. *Lower limb injuries in motorcycle accidents*. Injury, 15: 163-6, 1983; 4 DODSON Jr., C.F. *Motorcycle injuries: problem without solutions*. J. Arkansas. Med. Soc., 73: 115-9, 1976.)

Essa estimativa já está confirmada na cidade de **São Paulo** (KOIZUMI, Maria Sumie. “*Aspectos epidemiológicos dos acidentes de motocicleta no Município de São Paulo*”, 1982. [Tese de Doutorado-Faculdade de Saúde Pública da USP.]

Números do **Corpo de Bombeiros Militar** paulista, Estado que tem a maior frota desses veículos, são estarrecedores: de 1998 a 2006 foram **279.140 atendimentos**, que geraram **291.882 vítimas**, das quais **2.149 fatais** (Dados fornecidos pelo Setor de Estatísticas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo).

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET – paulista, prevê que **31,5% dos motociclistas em serviço de entrega percorrem de cento e cinquenta a duzentos quilômetros POR DIA**. Pressionados de um lado pelas exigências do

empregador e do cliente e, de outro lado, pelo ganho com produtividade, os motociclistas, muitos dos quais jovens e inexperientes, lideram o *ranking* da imprevidência, com manobras ousadas e ultrapassagens perigosas, colocando em risco a própria vida e a dos demais.

Dados da Polícia Rodoviária Federal mostram que o número de acidentes envolvendo motos aumenta relativamente mais que a quantidade de veículos registrados nos órgãos oficiais. Enquanto a frota cresceu 23,48% entre 2002 e 2004, os acidentes rodoviários envolvendo motocicletas, no mesmo período, aumentaram 31,71% (9.584, em 2002; 11.039, em 2003; e 12.042, em 2004), indicando um envolvimento maior desses veículos em acidentes, e isso apenas nas rodovias federais, onde a sua presença é relativamente escassa. Desses acidentes resultaram 13.301 feridos e 927 mortos. Mais do que o reflexo de um período, esses números podem ser indicadores de uma tendência.

Também não se pode perder de vista a gravidade das lesões decorrentes desses acidentes. Estudo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo mostrou que 68,7% das vítimas de acidentes ocorridos durante a condução desses veículos permanecem internadas, em média, por 15,8 dias. Desses pacientes, 31,1% sofreram lesões na pelve e membros inferiores e 21,3% na cabeça, com óbitos de 17,6% no primeiro caso e de 23,5% no segundo.

Diante de um quadro tão dramático, impõe-se reconhecer a necessidade de se criar mecanismos para reduzir essas funestas estatísticas, as quais, na quase totalidade, referem-se a jovens e autônomos.

Em vista da gravidade do problema, solicitamos a colaboração dos nobres parlamentares para a rápida aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEI Nº 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009.

Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, dispõe sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.

Art. 2º Para o exercício das atividades previstas no art. 1º, é necessário:

I – ter completado 21 (vinte e um) anos;

II – possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria;

III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran;

IV – estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos da regulamentação do Contran.

Parágrafo único. Do profissional de serviço comunitário de rua serão exigidos ainda os seguintes documentos:

I – carteira de identidade;

II – título de eleitor;

III – cédula de identificação do contribuinte – CIC;

IV – atestado de residência;

V – certidões negativas das varas criminais;

VI – identificação da motocicleta utilizada em serviço.

Art. 8º Os condutores que atuam na prestação do serviço de moto-frete, assim como os veículos empregados nessa atividade, deverão estar adequados às exigências previstas nesta Lei no prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da regulamentação pelo Contran dos dispositivos previstos no [art. 139-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#), e no art. 2º desta Lei.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997*Institui o Código de Trânsito Brasileiro.***CAPÍTULO XIII-A
DA CONDUÇÃO DE MOTO-FRETE****(Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)**

Art. 139-A. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto: (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

I – registro como veículo da categoria de aluguel; (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

II – instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – Contran; (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

III – instalação de aparador de linha antena corta-pipas, nos termos de regulamentação do Contran; (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

IV – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

§ 1º A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do Contran. [\(Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009\)](#)

§ 2º É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de **side-car**, nos termos de regulamentação do Contran. (Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009)

.....”

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, Cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 83, DE 2010

Dispõe sobre a cobrança de diária de hospedagem em hotéis, pousadas e similares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os empreendimentos ou estabelecimentos considerados como meios de hospedagens, nos termos do art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, deverão cobrar pela diária de hospedagem em suas acomodações de acordo com as seguintes regras tarifárias:

I – Tarifa Dia: horário de início da diária a partir das oito horas, e término até às oito horas do dia seguinte;

II – Tarifa Meio-Dia: horário de início da diária a partir das doze horas, e término até às doze horas do dia seguinte;

III – Tarifa Noite: horário de início da diária a partir das dezoito horas, e término até às dezoito horas do dia seguinte.

Parágrafo único. Nos períodos de alta estação, os horários fixados para saída de hóspedes poderão ser antecipados em até duas horas, desde que sejam previamente estabelecidos em contrato.

Art. 2º Os empreendimentos ou estabelecimentos de que trata o *caput* do art. 1º poderão cobrar por horas excedentes até o período limite de seis horas, findo o qual passará ser contado como uma nova diária.

Art. 3º Os empreendimentos ou estabelecimentos compreendidos no *caput* do art. 1º terão prazo máximo de cento e vinte dias para se adequarem aos termos da presente Lei, a partir de sua vigência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, define como diária, em hotéis, pousadas e similares, o preço de hospedagem correspondente ao período de 24 horas, compreendido entre a entrada e a saída do hóspede. Na prática, os hotéis e pousadas fixam, cada um, horários próprios e únicos para início (*check-in*) e fim (*check-out*) de seus serviços. Essa é a regra geral, adotada inclusive em outros países.

Obviamente que essa situação não condiz mais com a realidade econômica e turística do Brasil. Ademais, não há qualquer correlação, mínima que seja, entre os horários de vôos ou do transporte rodoviário, tanto na chegada quanto na partida, com os de entrada e saída dos hotéis. Os clientes acabam sendo prejudicados com isso. Quem viaja e chega nas primeiras horas da manhã no local de hospedagem tem que esperar a hora fixada para o *check-in*, que normalmente é partir das 12 horas ou das 14 horas. Quem tem partida programada para o período da tarde ou da noite, é obrigado a desocupar o quarto até à hora estabelecida para ao *check-out*, sob pena de ter que pagar por uma nova diária. Essas situações lesam ou causam desconforto aos clientes da rede hoteleira, afinal não é nada confortável ter que deixar malas em saguões dos hotéis à espera do horário da viagem de volta.

O projeto não afeta as receitas dos hotéis; pelo contrário, abre novas opções de hospedagem, para as quais as empresas poderão estabelecer valores diferenciados para cada categoria tarifária. Os clientes terão mais liberdade de escolha, podendo programar melhor suas viagens sem a preocupação com o horário de chegada nos locais para onde estejam se deslocando.

Os hotéis não serão proibidos de cobrar o valor de diária quando o cliente, por decisão própria, permanecer menos de 24 horas hospedado. Também não se está estabelecendo valor de diária e nem criando regras relativamente à política de reservas, inclusive em relação à sua cobrança antecipada ou multa por não comparecimento. Cada unidade de hospedagem continuará seguindo conduta própria, inclusive em relação à cobrança de hora excedente. Apenas terão que ofertar as três opções de hospedagem, que poderão ter ou não preços diferenciados conforme a política de cada hotel ou pousada. Caberá ao cliente, dentro do rol de opções oferecidas, escolher o melhor para si.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Seção III

Art. 21. Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

- I - meios de hospedagem;
- II - agências de turismo;
- III - transportadoras turísticas;
- IV - organizadoras de eventos;
- V - parques temáticos; e
- VI - acampamentos turísticos.

Dos Meios de Hospedagem

Art. 23. Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

§ 1º Os empreendimentos ou estabelecimentos de hospedagem que explorem ou administrem, em condomínios residenciais, a prestação de serviços de hospedagem em unidades mobiliadas e equipadas, bem como outros serviços oferecidos a hóspedes, estão sujeitos ao cadastro de que trata esta Lei e ao seu regulamento.

§ 2º Considera-se prestação de serviços de hospedagem em tempo compartilhado a administração de intercâmbio, entendida como organização e permuta de períodos de ocupação entre cessionários de unidades habitacionais de distintos meios de hospedagem.

§ 3º Não descaracteriza a prestação de serviços de hospedagem a divisão do empreendimento em unidades hoteleiras, assim entendida a atribuição de natureza jurídica autônoma às unidades habitacionais que o compõem, sob titularidade de diversas pessoas, desde que sua destinação funcional seja apenas e exclusivamente a de meio de hospedagem.

§ 4º Entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes.

Art. 24. Os meios de hospedagem, para obter o cadastramento, devem preencher pelo menos um dos seguintes requisitos:

I - possuir licença de funcionamento, expedida pela autoridade competente, para prestar serviços de hospedagem, podendo tal licença objetivar somente partes da edificação; e

II - no caso dos empreendimentos ou estabelecimentos conhecidos como condomínio hoteleiro, flat, flat-hotel, hotel-residence, loft, apart-hotel, apart-service condominial, condohotel e similares, possuir licença edilícia de construção ou certificado de conclusão de construção, expedidos pela autoridade competente, acompanhados dos seguintes documentos:

a) convenção de condomínio ou memorial de incorporação ou, ainda, instrumento de instituição condominial, com previsão de prestação de serviços hoteleiros aos seus usuários, condôminos ou não, com oferta de alojamento temporário para hóspedes mediante contrato de hospedagem no sistema associativo, também conhecido como pool de locação;

b) documento ou contrato de formalização de constituição do pool de locação, como sociedade em conta de participação, ou outra forma legal de constituição, com a adesão dos proprietários de pelo menos 60% (sessenta por cento) das unidades habitacionais à exploração hoteleira do empreendimento;

c) contrato em que esteja formalizada a administração ou exploração, em regime solidário, do empreendimento imobiliário como meio de hospedagem de responsabilidade de prestador de serviço hoteleiro cadastrado no Ministério do Turismo;

d) certidão de cumprimento às regras de segurança contra riscos aplicáveis aos estabelecimentos comerciais; e

e) documento comprobatório de enquadramento sindical da categoria na atividade de hotéis, exigível a contar da data de eficácia do segundo dissídio coletivo celebrado na vigência desta Lei.

§ 1º Para a obtenção do cadastro no Ministério do Turismo, os empreendimentos de que trata o inciso II do caput deste artigo, caso a licença edilícia de construção tenha sido emitida após a vigência desta Lei, deverão apresentar, necessariamente, a licença de funcionamento.

§ 2º O disposto nesta Lei não se aplica aos empreendimentos imobiliários, organizados sob forma de condomínio, que contem com instalações e serviços de hotelaria à disposição dos moradores, cujos proprietários disponibilizem suas unidades exclusivamente para uso residencial ou para serem utilizadas por terceiros, com esta finalidade, por períodos superiores a 90 (noventa) dias, conforme legislação específica.

Art. 25. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento:

I - as definições dos tipos e categorias de classificação e qualificação de empreendimentos e estabelecimentos de hospedagem, que poderão ser revistos a qualquer tempo;

II - os padrões, critérios de qualidade, segurança, conforto e serviços previstos para cada tipo de categoria definido; e

III - os requisitos mínimos relativos a serviços, aspectos construtivos, equipamentos e instalações indispensáveis ao deferimento do cadastro dos meios de hospedagem.

Parágrafo único. A obtenção da classificação conferirá ao empreendimento chancela oficial representada por selos, certificados, placas e demais símbolos, o que será objeto de publicidade específica em página eletrônica do Ministério do Turismo, disponibilizada na rede mundial de computadores.

Art. 26. Os meios de hospedagem deverão fornecer ao Ministério do Turismo, em periodicidade por ele determinada, as seguintes informações:

I - perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo-os por nacionalidade; e

II - registro quantitativo de hóspedes, taxas de ocupação, permanência média e número de hóspedes por unidade habitacional.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os meios de hospedagem utilizarão as informações previstas nos impressos Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, na forma em que dispuser o regulamento.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Pelo período de 20 minutos, com a tolerância natural da Mesa, principalmente nas segundas e sextas-feiras, convidamos para fazer uso da palavra a nobre Senadora Ana Amelia, do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, que preside os trabalhos na sessão não deliberativa desta manhã de sexta-feira.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, o mundo, em particular o Brasil e a colônia japonesa em nosso País, amanheceu sobressaltado hoje com as imagens dramáticas, sinistras de algum modo, que provocaram uma forte comoção em nosso País, que tem a segunda maior população de origem japonesa fora do Japão.

Neste momento, o que o Senado e nós, brasileiros, podemos fazer é manifestar uma grande solidariedade às vítimas e às autoridades japonesas, que, certamente, estão fazendo o empenho possível para evitar que o número de vítimas – até este momento, oficialmente, 32 vítimas fatais – não aumente, como aconteceu em outros fenômenos semelhantes a esse terremoto, que foi de uma escala de 8,9 na Escala Richter, seguido de um **tsunami**, cujas imagens também assustam.

Nenhum jornal brasileiro ou do Hemisfério Sul pode noticiar, porque o que aconteceu foi nesta sexta-feira, com 12 horas de diferença no fuso horário do Japão, 14 horas e 45 minutos, horário de Tóquio, na madrugada desta sexta-feira aqui no Brasil.

As imagens da televisão nesta manhã e as informações que recebemos pela mídia eletrônica são realmente assustadoras. Isso leva o nosso País a uma lição, para que tenhamos, como o Japão, uma prevenção bastante profissional, bastante técnica para evitar que as calamidades continuem matando milhares e milhares de pessoas ao redor do mundo.

O que mais preocupa, Senador Paim, além da nossa solidariedade neste momento a essas vítimas, é que, pela forma como ocorrem esses fenômenos, eles possam resultar em consequências também aqui na nossa região, atingindo países como o Peru, a Colômbia, o Caribe e o Chile, que estão na área do alcance do Pacífico.

Então, nós estamos também solidários e, com esse alerta, preocupados com o que possa acontecer.

Nesse aspecto, eu gostaria que o Senado da República, Sr. Presidente Paulo Paim, encaminhasse um voto de solidariedade às vítimas e também às autoridades japonesas neste momento de dor que o mundo também está enfrentando diante desta tragédia, mais uma.

Mas não é só lá no Japão, no Oriente, que as cenas dramáticas acontecem. Ontem, eu manifestei, como V. Ex^a, Senador Paulo Paim, a nossa tristeza pelas cenas também dramáticas que apareceram na televisão mostrando os estragos e as consequências que as enchentes provocaram na bela cidade de São Lourenço do Sul, também atingindo a cidade de Turuçu e a cidade portuária de Rio Grande, um dos mais importantes portos marítimos do nosso País.

O Prefeito José Sidney Nunes de Almeida, com quem meu assessor Marco Aurélio Ferreira, a meu pedido, conversou ontem, fez um relato dramático sobre a situação daquele Município. O nível da chuva, 500 mm em 3 horas, fez o rio São Lourenço, que corta a Cidade, subir 3 metros em apenas 3 horas. Além disso, 15 mil residências foram afetadas.

A BR-116, principal área de acesso a toda a região Sul, está interditada. A RS-265 também está interditada em Vila Boa Vista. São 2 mil desalojados, 350 alojados em abrigos organizados pela Prefeitura Municipal. Até agora, Senador Paulo Paim, na contabilidade, oito mortos, seis dos quais já identificados, sendo que a maioria deles é daquela legião de pessoas que nós temos a obrigação de cuidar, os idosos, Senador Paulo Paim, que não conseguiram sair das suas casas durante a enxurrada, e aí, sem as condições físicas da fuga, acabaram morrendo. São 22 pontes danificadas nessa região, que vão provocar uma situação difícil de reparo e muito empenho e também recursos da Prefeitura Municipal.

Infelizmente, Senador Paim, esta é a sétima enchente na cidade de São Lourenço do Sul desde o ano de 2001.

Em Rio Grande, o Prefeito Fábio Branco, que também foi contatado pelo meu assessor Marco Aurélio, informou que o nível de chuva foi de 220 mm em apenas 3 horas. Foram alagados o centro da cidade e bairros, danificando hospitais, casas, lojas e o telhado do principal posto de saúde da cidade, o Posto 4, caiu.

Os atendimentos estão suspensos nessa unidade hospitalar. A Fundação Universidade de Rio Grande e as escolas estão também com as aulas suspensas. São 48 mil atingidos em Rio Grande.

Outras cidades também foram atingidas: Venâncio Aires; Santa Cruz do Sul, com alagamentos; Turuçu também foi atingida nessa enchente que atingiu São

Lourenço do Sul e Rio Grande – Turuçu é a capital nacional da pimenta; em Novo Hamburgo também houve problemas com o excesso de chuvas; e em Montenegro, da mesma forma.

Queria informar ao Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, que apresentei uma emenda à Medida Provisória nº 523, que estende os benefícios de subvenção econômica do BNDES a todos os Municípios atingidos por calamidades. Esta medida provisória, Senador Paim, foi editada para atender especificamente as vítimas da região serrana do Rio de Janeiro, que sofreu uma gravíssima calamidade no início deste ano.

Então, com essa emenda, penso atender também o caso desses Municípios gaúchos e alguns de Mato Grosso onde houve iguais acidentes climáticos.

O Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, foi apresentado com objetivo de permitir que Estados e Distrito Federal fizessem convênios com a União para fins de prevenção e atuação na área da defesa civil.

Tomei a iniciativa também de apresentar a este projeto do Senador Lindbergh Farias uma emenda, estendendo a possibilidade dos convênios, Senador Paim, também aos Municípios, que são os entes federativos menos assistidos e os mais impactados no momento em que ocorrem essas calamidades. Penso que essas duas iniciativas possam amenizar a tragédia provocada pelas calamidades, pelo menos do ponto de vista financeiro.

Então, este registro que faço nesta manhã é com muita tristeza, porque, por mais longe que estejamos, por mais distantes que sejam as relações com a comunidade japonesa, vendo as imagens, não há como não se emocionar e não se comover com aquela tragédia.

Por isso, reafirmo a solidariedade, minha, pessoal, do meu Partido, o Partido Progressista, da minha Bancada e – espero – também desta Casa, à comunidade japonesa no Brasil e ao Governo japonês.

Eu queria, por outro lado, Senador Paim, aproveitar esta oportunidade. Estou chegando aqui agora e enfrento uma incerteza e uma dúvida. O que fazer como Senadora: estar aqui falando sobre os problemas nacionais e explicando nossas iniciativas ou ficar na base, que reclama nossa presença? O senhor tem uma experiência de oito anos no Senado, muito mais na Câmara Federal e agora volta ao Senado ungido pelas urnas, Senador Paim. Então, tenho a dificuldade e o dilema: o que fazer? Que dilema é esse? Como resolvemos dessa forma?

Quanto à minha presença, estarei no domingo e na segunda-feira em Carazinho, Não-Me-Toque e Santa Maria, para participar de eventos importantíssimos. Em Santa Maria, haverá um evento organizado pela OAB Mulher, que vai celebrar, com uma semana do acontecimento, o Dia Internacional da Mulher. Em Não-Me-Toque, estarei presente na noite de segunda-feira para a abertura da Expodireto, um dos eventos mais importantes para toda a produção agrícola do nosso País.

E, na terça-feira, farei uma palestra no Fórum Nacional da Soja, para mostrar os horizontes que se oferecem aos agricultores.

Mas, também na próxima terça-feira, aqui no Senado, haverá sessão deliberativa e reunião da Comissão Especial da Reforma Eleitoral e meus dilemas aumentam, Senador Paim. Por isso, já pedi à minha assessoria que não marque com os demandantes desses eventos no Sul nenhum compromisso entre terças-feiras e quintas-feiras, quando ocorrem as sessões deliberativas.

Faço este desabafo para que aqueles telespectadores que estão nos assistindo no Senado entendam um pouco dos dilemas que nós temos. É a famosa “escolha de Sofia”: o que devemos fazer? Temos de cumprir, porque precisamos atender também, porque nos espera, a nossa comunidade, aquela que nos trouxe para cá e que pede nossa presença em eventos importantes.

Então, é dessa forma que eu queria compartilhar com o senhor este dilema que tenho hoje, no início deste meu mandato, que quero fazer de maneira produtiva, responsável e muito transparente.

Eu queria aproveitar esta oportunidade, na antevisão da abertura da Expodireto Cotrijal, que se dará em 15 de março, na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, num momento particularmente significativo, Senador Paim, para o cenário agropecuário brasileiro. Ontem, a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, anunciou a previsão de safra para 2010/2011: 154,2 milhões de toneladas de grãos. É comida para exportar e abastecer o mercado interno, o que garante a estabilidade da produção. E são apenas três culturas, Senador, aquelas diretamente vinculadas à alimentação. O arroz – a que fiz referência aqui ontem –, o milho e a soja, que correspondem a mais de 80% desses 154 milhões de toneladas. O milho, transformado em proteína animal, é a principal fonte de ração para aves e suínos; o arroz dispensa comentários e a soja, da mesma forma, porque, além de ser um produto de alta

utilização na diversidade da produção de alimentos e também na medicina e também em cosméticos, a soja, hoje, está como principal produto da nossa pauta de exportações. Então, todos esses significados seriam motivo para celebrações.

O Presidente da Cotrijal, Nei Mânica, um dos mais importantes líderes do cooperativismo do setor produtivo do nosso Estado, diz que um dos objetivos dessa feira, que começa no dia 15 oficialmente, é bater os recordes dos números de 2010: 512 milhões comercializados, 168 mil visitantes – vou repetir, naquela pequena cidade, 168 mil visitantes! –, 328 expositores. O dado mais significativo, Senador Paim: 50 países estarão lá representados. Não é pouca coisa. Isso significa o esforço dos dirigentes, das cooperativas e de seus associados, os quais eu cumprimento, toda a diretoria, pela realização de mais esse evento.

Ela se consolidou como uma das feiras de negócios na área da produção agrícola das mais importantes, porque está preocupada também com a aplicação de tecnologia de precisão, naquela região toda – Carazinho, Não-Me-Toque, em toda a região ali, Passo Fundo –, com a agricultura de precisão. E isso é tecnologia aplicada ao campo para aumentar a produtividade; na mesma área ou em área menor, aumentar a produção de comida. Isso é muito importante, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade de que tanto falamos aqui. Por isso, a necessidade urgente de aprovarmos o Código Florestal.

Hoje, a média de produção de soja, no Rio Grande do Sul, é de 42 sacos por hectare, mas, na área de atuação da Cotrijal, na área de alta precisão agrícola ou de agricultura de precisão, a produtividade chega a 55 sacos por hectare. Do milho, no Rio Grande do Sul, a média é de 81 sacos por hectare, mas, na área de ação dessa cooperativa, chega a 172 sacos por hectare. A diferença é essa de uma agricultura de alta precisão.

Nós vamos enfrentar agora, Senador Paulo Paim, os novos desafios relacionados à logística, o que, de certa forma, prejudica muito a competitividade, porque, se nós compararmos os custos de produção não apenas dos Estados Unidos, maior produtor mundial de soja, como também dos nossos concorrentes aqui no Mercosul, como a Argentina, que é grande produtora de soja, veremos que perdemos competitividade, porque os custos de produção no Brasil são muito maiores. A carga tributária, o custo financeiro, a logística deficiente, tudo isso impacta negativamente sobre a produção.

Mas o que me traz aqui hoje, Senador Paim, é um assunto que também é muito caro a V. Ex^a. Vim falar sobre uma camada da população brasileira que cresce a cada ano: os aposentados. Trago este assunto no momento em que o Governo, hoje à tarde, estará discutindo com as centrais sindicais – e o senhor tem participação nisso – o reajuste da tabela do Imposto de Renda. Quero enfatizar que é uma parcela de contribuintes que merece atenção especial do Governo, esses que pagam Imposto de Renda sobre o benefício que recebem da Previdência Social.

Eu tomei a iniciativa de apresentar, Presidente Paulo Paim, ao Senado Federal um Projeto de Lei do Senado que levou o número 76, de 2011, propondo a isenção do Imposto de Renda para pessoa física dos rendimentos provenientes da aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês que o contribuinte, homem ou mulher, completar 60 anos. Esta proposta tem o objetivo de diminuir, Sr. Presidente, as distorções existentes entre a valorização dos benefícios dos aposentados que ganham um salário mínimo e aqueles que ganham mais do que um salário mínimo.

Como o reajuste anual do salário mínimo tem sido sistematicamente bem maior que o reajuste dos benefícios pagos pela Previdência, o valor relativo das aposentadorias e pensões vem sendo achatado ano a ano. Hoje, Senador Paim, o senhor sabe muito bem disto, quase 70% – vou repetir: quase 70% – dos benefícios já estão nivelados pelo piso, ou seja, um salário mínimo. Pessoas que recebiam, quando saíram da atividade para a inatividade, o equivalente a três, quatro, cinco salários mínimos, agora, por essa diferença de reajuste, sofrem o achatamento do que recebem como benefício da Previdência – aliás não é benefício, é um direito, o nome estaria inadequado no meu modo de ver. Trata-se de um direito por terem trabalhado e contribuído para a Previdência Social.

Mantida a tendência, Senador Paim, dessas diferenças de reajuste, em poucos anos, todos os aposentados e pensionistas estarão sendo nivelados pelo salário mínimo, o que é uma injustiça muito grande.

Uma comparação entre os reajustes do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, abrangendo todo o período da estabilidade econômica, que vem de 1994 até este ano de 2011, mostra que, ante uma evolução de 249,84% do INPC, os benefícios foram reajustados em 345,23% – aumento real de 27,27%. Não há o que discutir.

Entretanto, Senador Paim, no mesmo período, o salário mínimo teve reajuste total de 671,43%, ou

seja, aumento real de 120,51%. Aplausos para este reajuste do salário mínimo, que foi merecido e verdadeiro para estimular a própria economia e a melhor distribuição da renda em nosso País, mas é injusto que haja uma distorção tão grande entre o que é recebido como salário mínimo na atividade e o que recebe o aposentado.

Esta situação é injusta para os aposentados que, durante toda a vida economicamente ativa, contribuíram tendo como base o salário mínimo, sendo absolutamente justo agora receberem os benefícios calculados na mesma proporção.

A situação, Senador Paim, se torna ainda mais grave quando acontecem situações como as descritas pelo jornal **O Estado de S.Paulo** ontem, em sua edição, ao analisar a situação. O jornal denuncia, Senador Paim, que o rendimento dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo não estão tendo os reajustes efetivados de acordo com a Lei nº 12.254, de 2010, que prevê que os rendimentos sejam corrigidos com base no INPC.

Ocorre, Senador Paim, que, em janeiro, a Previdência utilizou a previsão do INPC para 2010 para conceder os reajustes. À época, a previsão do INPC para o período era de 6,41%. O INPC real apurado foi de 6,47%, e até agora os benefícios ainda não foram corrigidos. Pode parecer pouco para um benefício apenas, mas estes 0,06 pontos percentuais significam R\$100 milhões injetados na economia, se concedidos aos aposentados.

Mas isso tem um valor também simbólico maior para nós, Senadores, que, há poucos dias, aprovamos aqui a indexação do salário mínimo nos próximos anos. Isso significa, Srs. Senadores, que, mesmo quando o reajuste é indexado, ele ainda está sujeito à disponibilidade dos cofres públicos e aos critérios de políticas econômicas do Governo.

Portanto, peço apoio dos Colegas de Plenário, Senadoras e Senadores, para que discutamos e aprovemos esse projeto de lei, de minha autoria, para que possamos conceder e fazer justiça a mais de oito milhões de aposentados que atualmente ganham mais de um salário mínimo. Isso representaria, para um aposentado, por exemplo, que ganha hoje o equivalente a R\$2 mil, pelo menos acrescentar a seu rendimento R\$100,00, com essa isenção do Imposto de Renda sobre o benefício que ele recebe da Previdência.

Na verdade, como eu disse, Senador Paim, não é um benefício, é um direito dos aposentados e pen-

sionistas, categoria para a qual nós aqui estamos empenhados em ajudar e colaborar para resolver os problemas.

Desejo que a reunião de hoje tenha um resultado positivo, porque a expectativa e a esperança de todos é muito grande em relação a isso e, sobretudo, a sensibilidade social da Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigada, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amelia, a Presidência informa a V. Ex^a que também formula votos de pesar em solidariedade ao povo japonês, assim como também formula voto de pesar e solidariedade principalmente para a cidade de São Lourenço. Há pouco eu falava, por telefone, com o José Daniel Raupp, que me disse estar em exercício no cargo de Prefeito.

Então, de fato, os dados que V. Ex^a descreve aqui, passados por sua Assessoria, são exatos: 50% da parte mais populosa da cidade, conforme o Vice-Prefeito em exercício, José Daniel Raupp, está coberta. Por isso, é mais do que correto não só fazermos o voto de pesar, como também – isto fizemos eu e V. Ex^a – pedir que a Defesa Civil, tanto a do Estado como em âmbito nacional, dê todo o apoio. De fato, é desesperadora a situação na região, e não só em São Lourenço.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, como também pelo conjunto da obra exposta nesta tribuna, ao falar de nossos queridos aposentados.

V. Ex^a, quando jornalista, sempre acompanhou e apoiou os movimentos que fizemos nesta Casa e agora, na tribuna, está sendo coerente com a sua história.

Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paim. Bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido a Senadora a assumir a Presidência dos trabalhos.

Enquanto S. Ex^a se desloca à mesa, passo a ler o seguinte expediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 1, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Geovani Borges, que *dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior, para a qualificação profissional*.

É o seguinte o recurso:

RECURSO Nº 1 , DE 2011

Busca assegurar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2010, que recebeu parecer contrário, no mérito, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nos termos do art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos o presente Recurso, a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2010, que teve parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tenha seguimento em sua tramitação, com sua inclusão na Ordem do Dia, nos termos regimentais.

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2010, que “dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional”, foi incluída na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada no último dia 02 de março de 2011.

A matéria foi relatada pelo Senador Demóstenes Torres, que ofereceu relatório com parecer contrário à proposta, no mérito.

Ocorre, porém, que a PEC merece ser mais discutida, tendo em vista a não existência de consenso, na sociedade, sobre o mérito daquilo que busca introduzir no ordenamento jurídico.

O presente recurso tem, portanto, o objetivo de evitar o arquivamento automático da PEC nº 1, de 2010 e propiciar o seguimento de sua tramitação em Plenário, para que possa ser devidamente discutida e, eventualmente, aprimorada em seu texto. É importante destacar que o parecer aprovado pela CCJ foi contrário à proposição *no mérito*, e não por

inconstitucionalidade ou injuridicidade, pelo que o presente recurso não se enquadra na hipótese do § 1º do art. 101 do Regimento Interno, mas sim, unicamente, naquela prevista em seu art. 254.

Sala das Sessões,

Antonio Carlos Valadares
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

LÍDER DO PSB

2. *[Signature]* ANA AMÉLIA
3. *[Signature]* RICARDO FERRAZ
4. *[Signature]* GUAZZONI
5. *[Signature]* RODRIGO DOLLEMBERG
6. *[Signature]* SILVAM BORGES
7. *[Signature]* WIT HENRIQUEZ
8. *[Signature]* EDUARDO AMORIM
9. *[Signature]* VALDIR RAUPPO
[Signature] MARCO CUBUARO
[Signature] MOZILDO
[Signature] JORGE VIANNA
[Signature] PAULO ROYON
[Signature] WILSON SANTOS
[Signature] WALDIRA ARAÚJO
[Signature] ANÍBAL DINIZ
JOÃO PEPRIO PT/AM - *[Signature]*

[Signature] ANA RITA
ESSARIO

[Signature] WELLINGTON DIAS

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Recurso vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amelia Lemos.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paim.

Por ordem de inscrição, o Senador Paulo Paim está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amelia Lemos, para o nosso querido Estado do Rio Grande do Sul, quero sintetizar também as minhas preocupações. Concordo com tudo o que V. Ex^a expôs aqui – e naturalmente não vamos repetir – sobre a situação das enchentes. Quero dizer que o Vice-Governador Beto Grill está instalado na região, buscando dar conforto às famílias e, dentro do possível, atender o desespero daqueles que ficaram sem teto. Segundo me disse hoje de manhã o Vice-Prefeito José Daniel Raupp, Prefeito em exercício, as águas estão baixando. Portanto, agora é que podemos ver todo o estrago, além da perda de vidas. Inúmeras pessoas ainda se encontram desaparecidas. O Governador Tarso Genro, segundo informação que recebi, hoje vai estar na região.

Quero também concordar com V. Ex^a no que diz respeito à questão das águas, não só aqui no Rio Grande, mas no Brasil, já que outros Estados da Federação também sofrem com as inundações.

Solidarizo-me também com os japoneses pelo terremoto que aconteceu no Japão, que originou ondas de mais de 10 metros. E, segundo as informações que V. Ex^a relatou muito bem, inclusive na América do Sul haverá impacto, infelizmente, ainda no dia de hoje, como também na Califórnia. Em torno de 19 países poderão ser atingidos pelas consequências desses terremotos.

E, como V. Ex^a disse bem – quero destacar o seu pronunciamento –, a nós só resta a solidariedade, sabendo que o mundo todo vai estar se movimentando para dar o conforto possível e o atendimento também, porque agora vem epidemia, vem a falta de medicamentos, vem a falta de alimentos para todo esse povo que foi agredido, eu diria, pelas águas. Mas, de outro lado, merece também de nossa parte aquela eterna reflexão sobre a agressão do homem ao meio ambiente.

E eu diria que a CNBB é muito feliz quando faz um alerta ao mundo com a Campanha da Fraternida-

de deste ano, exatamente sobre a questão do meio ambiente, a defesa do planeta e a defesa da vida. Esse é o eixo da campanha da fraternidade. Nós, na Comissão de Direitos Humanos, além de, no dia 15, aqui no plenário...

Agora vou fazer um aparte, para lembrar que, no dia 15 de março, estou fazendo aniversário e, no dia 20, V. Ex^a e o Senador Simon. Ambos estão convidados para estar em Porto Alegre numa atividade que faremos lá para festejarmos – por que não? – essa data. E ao mesmo tempo, Senadora Ana Amélia, minha Assessoria agora lembrava que está prevista a presença... Para mim, não importa se serão mil ou duas mil pessoas, mas as pessoas vão lá, convidadas a almoçar comigo. Cada um vai pagar o seu ingresso, mas, por iniciativa das entidades que estão ajudando a organizar esse evento, nós vamos pedir que cada cidadão leve um quilo de alimentos. Um quilo de alimentos é simbólico, mas vai para São Lourenço. Normalmente, todos os anos a gente faz essa atividade, e a arrecadação é distribuída nas casas lares, nos asilos e nas creches; mas, este ano, a coordenação do movimento me informou hoje, pela manhã, que o que chegar, seja uma tonelada, duas, três, seja quinhentos quilos de alimentos, enfim, o que chegar será encaminhado para a cidade de São Lourenço como uma pequena ajuda simbólica daqueles que estarão no evento. E permita-me: V. Ex^a já confirmou que estará presente. V. Ex^a sabe que centenas de pessoas que estarão lá estão, naturalmente, ouvindo este pronunciamento, e eu estou comprometendo V. Ex^a em público, um compromisso que V. Ex^a assumiu comigo quando estávamos no plenário.

Mas, Sr^a Presidente, após essa rápida introdução, quero falar um pouco hoje aqui da questão da nossa juventude. Eu, que falo tanto da questão dos idosos, ontem estive com o Ministro Garibaldi numa reunião muito produtiva, uma reunião que se encaminhou não para um discurso somente para a imprensa ou um discurso para receber palmas dos nossos idosos ou aposentados, mas uma reunião de trabalho. Acertamos com o Ministro Garibaldi que vamos construir uma minicomissão e começaremos a fazer uma série de reuniões para discutir a construção de uma alternativa ao fator previdenciário, na visão do Legislativo e, naturalmente, do Executivo.

Estarão lá, nessas reuniões de trabalho, Senadores que tratam desse tema – e já falei com V. Ex^a. Por que não lembrar aqui do ex-Ministro Pimentel, que trata desse tema? Por que não lembrar do Senador Mário Couto, que fala tanto desse tema? Por que não lembrar aqui do Deputado Pepe Vargas, que já tinha

apresentado uma proposta alternativa? Vamo-nos debruçar sobre todas as propostas.

Eu tenho a PEC nº 10. Fiz uma pesquisa pela Internet sobre o que seria uma idade mínima como uma regra de transição: de cada 100 internautas, 99, eu diria, concordaram com essa regra de transição da PEC nº 10, que vai garantir que as pessoas se aposentem por tempo de contribuição. Estou apenas resumindo, mas, para aqueles que entrarem no sistema daqui para frente, teríamos uma idade mínima semelhante à do servidor.

Isso foi feito também para o servidor público, porque eu penso que nós podemos construir uma Previdência universal, igual para todos, do Parlamentar, do Ministro do Supremo Tribunal, dos Ministros e Presidente da República e do Executivo; para os Governadores, para os Deputados Federais, para os Senadores. Enfim, que o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e os trabalhadores da iniciativa privada tenham todos uma mesma Previdência.

Significa o quê? Acabar com o fator previdenciário. Isso está pegando aqueles que a senhora falou aqui, que são os mais pobres. A ampla maioria, 90% ficam no máximo na faixa de até cinco salários mínimos. Eu diria que 70% ficam até um salário mínimo, no máximo dois, para não ficar muito longe dos números reais.

Nós devemos construir uma proposta de direitos iguais para todos, somente isso. Foi feito assim, já, com os servidores. Os servidores públicos que entraram no sistema após 1994 já entraram nesse novo sistema. Antes da aprovação daquela lei, era só pelo tempo de contribuição. Mas existe agora a aposentadoria complementar, que está sendo regulamentada.

O que nós queremos é apenas o princípio da isonomia. Nós não queremos que os servidores públicos tenham prejuízo nenhum na sua legislação. Nós queremos que aqueles que não têm o direito à paridade e à integralidade tenham uma política de valorização de seus benefícios, tenham assegurado também esse direito.

Falei muito sobre isso com o Ministro Garibaldi. Ele disse: "A orientação que temos no Governo é discutir a matéria". E por que o Ministro Garibaldi tem dito que talvez não seja agora em março, abril, maio, junho, julho, agosto? Claro, porque, na verdade, todos nós sabemos que somente a partir de 1º de janeiro é que vai haver novamente reajuste para os aposentados e pensionistas e para o salário mínimo. Não haverá reajuste nenhum nesse período. Por isso que ele foi feliz quando disse – e V. Exª destacou que eles falaram isto: "A discussão que teremos será só a partir de 1º de janeiro". Claro que será a partir de 1º de janeiro, porque a lei será construída nesse período, porque,

em 1º de janeiro, já está assegurado para o salário mínimo o reajuste da inflação mais o PIB, que vai dar mais ou menos 14%. Se nós não construirmos até lá uma política para o aposentado, o aposentado só vai receber a inflação, que deve ficar um pouquinho acima de 6%, enquanto que o reajuste será em torno de 40%. Eles terão um prejuízo de mais do que a metade em relação ao que vai ser dado ao salário mínimo.

Não importa se gregos e troianos se entenderam, o que importa é que a questão do salário mínimo foi aprovada. Existe uma regra permanente, e os números que a Senadora Ana Amélia descreveu são números positivos, que mostraram que o salário mínimo cresceu seiscentos e poucos por cento, enquanto que o benefício dos aposentados, não. Igualmente, este é o debate central que temos: nós queremos assegurar uma política para os aposentados.

Eu repito – V. Exª usou o termo, e eu o tenho usado também quase que diariamente: se nada for feito...

Por isso, o embate aqui daquela noite, uma política para o salário mínimo. Sabíamos que estava aprovado, todos sabíamos, independentemente do voto de cada um. Sou daqueles que respeita o voto de cada homem, de cada mulher, enfim, de cada Senador, de cada Senadora. Todos sabíamos que ia ser aprovada a política salarial e aprovamos, e abrimos uma porta para a discussão de uma política para os aposentados e também para construir uma alternativa ao fator previdenciário.

Apresentei à Mesa, no mesmo dia em que foi votado o salário mínimo, Senadora Ana Amélia, um requerimento para formar uma Comissão de cinco Senadores e cinco Deputados – essa é a intenção – para começarmos a discutir alternativas ao fator e também uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Foi essa a ideia que levei para o Ministro Garibaldi, que se mostrou aberto a essa discussão. Passado o seminário de 16 e 17 sobre a Previdência que queremos, a perspectiva da Previdência no futuro, começaremos as reuniões para construir essas alternativas.

Claro que a expectativa é grande para o dia de hoje, quando a Presidenta Dilma vai receber as centrais sindicais. Pela informação que recebi dela, depois vai receber a Cobap também, onde as centrais legitimamente apresentarão a sua pauta, entre elas, a atualização da tabela do imposto de renda pela inflação, a construção de uma alternativa ao fator previdenciário, uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas – acredito eu, porque não falo pelas centrais sindicais.

Tenho dito que concordo com a visão que o movimento sindical tem, inclusive de mobilizar, de pressionar,

seja o Executivo, seja o Legislativo, seja o Judiciário, em favor das demandas que vêm da sociedade, seja dos trabalhadores, seja dos aposentados, seja dos empresários. É um movimento correto como esse da correção da tabela do Imposto de Renda pela inflação.

Então, eu apenas quero reafirmar que acho muito positivo a Presidenta Dilma, mais uma vez, respondendo àqueles que duvidavam que ela poderia, efetivamente, começar, logo após o carnaval, a abrir a sua agenda para receber o movimento social organizado. Ela já recebe hoje, sexta-feira ainda, na semana do carnaval, disposta, como disse o Ministro Gilberto Carvalho, a discutir todos os temas. A agenda está aberta. Deve entrar, pelas informações que recebi, até a questão da redução da jornada, mas entra também a questão da redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Eu acho que essas duas coisas podem ser combinadas. É possível, sim, olhar para a redução de jornada, mas olhar para a redução dos encargos sobre a folha. Ora, se eu reduzo a jornada e reduzo os encargos sobre a folha, o custo para o empregador vai ser zero. Nesse caminho, se for construído junto, o custo vai ser zero, e nós teremos aí em torno de dois a três milhões de empregos criados.

Claro que – depois vou aqui ainda hoje falar – sei que hoje, no Brasil, a questão é a formação técnica. A formação técnica é que vai assegurar a você que está me assistindo neste momento aqui pela TV Senado um emprego com um salário decente, adequado. Hoje não há falta de emprego. Eu já tinha afirmado isso em alguns lugares e me lembro, Senadora Ana Amélia, de que eu estava na Ulbra, num debate com jovens, e eu disse: “Nós estamos numa situação de pleno emprego, para aqueles que são profissionais”. E o Plenário concordou: “Pleno emprego? Mas estou desempregado!” “Mas, se você tiver um curso, se tiver formação profissional, você com certeza estará empregado.” Há dados que mostram que, se tivéssemos hoje mais 50 mil engenheiros, todos estariam colocados. Chegamos dados que mostram que, se tivéssemos em torno de 100 mil técnicos, todos estariam colocados.

Então, a questão da formação profissional é fundamental. Este tema, naturalmente, entendo que deve entrar hoje também na reunião que as centrais terão com a Presidenta da República e com o Ministro Gilberto Carvalho. Isso é muito bom. Acho que é este o caminho: o diálogo, a negociação, o entendimento.

Falávamos antes com V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que, entre o ideal e o possível, há uma distância. Temos de construir o possível, mas sempre perseguindo o ideal. Ninguém vai tirar de nós o sonho de perseguir aquilo que entendemos como ideal. Se fôssemos

falar em salário mínimo, todos sabemos que o salário mínimo ideal seria de R\$2.200,00. Mas ninguém apresentou essa proposta na Câmara nem no Senado. A diferença foi de quanto seria o passo a ser dado neste ano e o passo a ser dado em 1º de janeiro, quando o salário mínimo deve chegar a um valor em torno de R\$618,00, R\$616,00

Senadora, aproveitei para fazer esta introdução, porque, na sexta-feira, temos esta liberdade de falar um pouco mais na tribuna. Quero me debruçar um pouco exatamente sobre a questão da nossa querida juventude e sobre a formação profissional.

Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia; Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos sabem, tenho pautado minha vida principalmente na discussão das questões sociais. Venho à tribuna quase diariamente para falar sobre a situação dos trabalhadores, dos aposentados, dos empreendedores e, outras vezes, presto aqui minhas preocupações quanto à violência que atinge principalmente nossa juventude, e – por que não dizer? – o maior percentual dos que morrem pela violência são jovens negros.

Venho aqui falar sempre do mercado de trabalho. Venho aqui falar sobre a injustiça que se faz com as mulheres no mercado de trabalho, que exercem a mesma função e, na maioria dos casos, ganham a metade do salário dos homens, conforme estatísticas apresentadas na sociedade.

Enfim, essas questões e tantas outras que nossa sociedade vive estão sempre visitando minha mente e passando sempre como um filme para mim ao longo da minha vida. Fico às vezes pensando como fazer e o que fazer para melhorar essa situação e como eu poderia atuar em outros campos. Assim, acabam nascendo projetos. Por isso, eu diria que tenho tramitando na Casa – alguns agora foram arquivados – aproximadamente mil projetos.

Quero falar hoje de uma camada da população que me tem preocupado muito, que são os nossos jovens. Eles, em especial, têm um mundo de ideais, que gostariam que se tornassem realidade – seus ideais, seus pensamentos, suas ideias. Como eles olham o futuro? É claro que eles sonham em viver e envelhecer com qualidade de vida e – como diria alguém e repito, embora seja uma frase triste, mas é a vida – até em morrer com dignidade.

Todos sonham. Eles desejam a intensidade da vida aqui e agora. Eles sabem que estão apenas no início da trajetória, no início de suas vidas e gostariam de poder abraçar o mundo, se pudessem, numa única vez. Eu fui jovem e era assim que eu olhava o mundo.

A realidade, por outro lado, muitas vezes não acolhe as aspirações que os jovens têm. Não encon-

tram lugar onde repousar toda a sua ousadia, a sua coragem, a sua valentia, que é natural que brotem em nossa juventude. Eles querem que as coisas aconteçam rápido, muito rápido.

Dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indicam que, dos 191 milhões de brasileiros, 21 milhões têm menos de 18 anos, sendo que 38% deles vivem ainda em situação de pobreza. O Unicef alerta que o grupo corre o risco de se tornar invisível em meio às políticas públicas que dão prioridade a outros setores e não à nossa juventude. O relatório do Unicef mostra ainda que as oportunidades vão diminuindo gradativamente na medida em que se considera a renda, a condição pessoal, o local de moradia, o gênero, a raça, a etnia, consequentemente a cor dos jovens.

Um exemplo que podemos citar é o da Amazônia Legal, a nossa querida Amazônia, nós que falamos tanto em meio ambiente, que, todos sabem, possui uma diversidade étnica e social bem acentuada. Lá vivem cerca de dois milhões de adolescentes, com idade entre 15 e 17 anos. No entanto, as oportunidades de emprego voltadas para eles ainda são muito pequenas. É grande o desafio. Estou aqui fazendo a defesa da juventude brasileira, mas dei um destaque à situação dos jovens na Amazônia.

Em documento apresentado pelo Unicef, eles sugerem que os adolescentes recebam o mesmo apoio dado na fase inicial e intermediária da infância e que sejam realizados investimentos principalmente na área da educação, cuidados na área da saúde, proteção e participação desses jovens, principalmente os mais pobres e vulneráveis, avançando na questão do ensino profissional.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na ânsia de viver que os jovens têm, muitas vezes eles escolhem caminhos distorcidos. Aí começam nossas preocupações. Na falta de escolhas ou oportunidades, acabam caindo nas garras da criminalidade, do ócio e das drogas, tema que será palco de debate na Comissão de Direitos Humanos. Eu disse esses dias e repito hoje que esse tema atinge todas as famílias do Brasil. E por que digo todas? Não é que você, que está me ouvindo, tem na sua família alguém que enveredou pelo caminho das drogas, mas duvido que não tenha um amigo, um parente, conheça alguém que viu os filhos perderem toda a sua expectativa positiva de vida porque enveredaram pelo caminho das drogas.

Dou aqui um exemplo, citando estatística do Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas, que é vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de

São Paulo, mostram que 40% dos adolescentes e 16% dos adultos que procuram tratamento para se livrar do vício experimentaram, primeiro, bebidas alcoólicas antes de 11 anos de idade. Vejam bem, 40% daqueles que enveredaram pelas drogas, antes dos 11 anos de idade, já haviam bebido, enfim, já haviam enveredado pelo caminho do álcool.

Para chegar a esses dados, o Catrod se utiliza de duas análises: uma, de 684 pacientes adultos, e outra, de 138 adolescentes que procuraram o Catrod nos últimos dois anos.

Um ponto chamou muita atenção dos pesquisadores: o fato de os jovens terem começado a beber ainda criança, geralmente em casa, na presença dos familiares, como que dizendo: “Olha, esse é macho; essa é mulher mesmo! Viu? Bebeu um copo de vinho, bebeu um copinho de uísque, ou sei lá o quê, ou até mesmo de cachaça, e ficou firme!”. Grande engano, grande erro! Você está produzindo ali um jovem, hoje uma criança ainda, que poderá enveredar pelo caminho das drogas.

O levantamento demonstrou que, em 39% dos casos, o pai bebia abusivamente; em 19%, a mãe, e, em 11%, o padrasto. Ou seja, quando os pais dão o exemplo da bebida, ou mesmo do fumo – e a tendência é ir depois para a maconha; todo mundo sabe disso –, infelizmente, o filho pode seguir. Graças a Deus, não fumo e não bebo, até porque beber ou fumar ataca-me o fígado. Então, como não sou bobo, sabendo que meu fígado vai ter problemas, por que vou beber, por que vou fumar? Para querer atacar meu pulmão, para querer me sentir mal?

Nesses dias fui à médica, Senadora, e a Dr^a Núbia me perguntou: “Você nunca fumou? Nunca bebeu?”. Disse: “Não, não fumo e não bebo”. “Parabéns, porque, se não fosse isso, com o peso que você está, já estaria fazendo ponte de safena. A sua sorte é que nunca fumou e que não bebe”.

Claro, não quer dizer que eu, em uma janta ou em um almoço – como naquela janta que teremos, eu, V. Ex^a e o Senador Simon, que a esposa do Senador Simon se prontificou a fazer para nos receber – não possa tomar um copo de vinho lá do Rio Grande!

Mas, enfim, Senadora, eu, várias vezes, me peguei pensando na situação dos jovens e, com a reflexão, com o diálogo constante, intenso que mantenho com os movimentos sociais e com a sociedade civil, imagino se não haveria alguma ideia que viesse ajudar na formação da nossa juventude.

Eu só quero dar um destaque, para não ouvir uma crítica amanhã, Senadora, a minha pessoa e a

V. Ex^a, que com a cabeça concordou, que os médicos orientam que, de preferência, não se beba nada, mas também tomar um copinho de vinho um dia ou outro não vai matar ninguém. Só quero destacar isso, não usarei um termo em outro sentido.

Eu ficava me perguntando, Sr^a Presidente, como poderíamos ajudar a nossa juventude na formação profissional. Daí veio a ideia que apresentei, há cinco anos, de criar o Fundo Nacional do Ensino Profissionalizante – Fundep.

Falamos tanto na criação de escolas técnicas. Todo mundo fala: “Vamos criar escolas técnicas em todas as cidades”. Mas, e daí? Como é que você vai manter a escola técnica, como é que vai manter os professores, como vai manter as estruturas se não tivermos um fundo com esse objetivo? Foi por isso que apresentei o Fundep, que visa a garantir um recurso permanente para as escolas técnicas em todo o País.

O Fundep é uma fonte de recurso capaz de manter essas instituições. Ele reúne objetivos muito importantes, como a geração e a manutenção de emprego e renda, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais, à descentralização regional, além da elevação da produtividade e qualificação da competitividade do setor produtivo lá, na região, para que um jovem, por exemplo, de Não-Me-Toque, que V. Ex^a conhece muito bem, não tenha que se deslocar para Porto Alegre para fazer um curso profissional. Se tivermos um curso profissional na região, adaptado à demanda da região, ele vai ajudar o desenvolvimento, enfim, da sua cidade ou da região.

O Fundep pode construir um novo perfil da classe trabalhadora, capaz de contribuir para um inovador projeto de desenvolvimento social, ajudando a fazer do Brasil um País cada vez mais justo, democrático, soberano e que distribua renda, melhorando o salário de todos.

Além disso, a educação profissional reduz custos de adaptação dos novos trabalhadores, aumenta a motivação para o trabalho e leva a fidelidade do profissional para a empresa, onde naturalmente ele vai participar logo após o curso realizado. E, via Fundep também, nós estamos incentivando o curso profissional dentro das próprias empresas. O Fundep, a valores de hoje, geraria em torno de R\$9 bilhões para investimento no ensino técnico, sem nenhum prejuízo para o Sistema “S”.

Eu falo isso com muita satisfação porque sou formado pelo Sistema “S”. A minha formação é do Senai. Então, o que eu quero para mim quero que seja mantido para os outros trabalhadores. E o Fundep – eu já fiz a

discussão com todo o Sistema “S” – vai além, porque ele não interfere em nada nas contribuições para o Sistema “S” e amplia essa verba, via dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que gira hoje em torno de R\$50 bilhões, para que possa ser aplicado na formação profissional.

A PEC nº 24, de 2005, Fundep, foi arquivada depois de ter já passado pela Comissão. E – claro – eu, baseado no Regimento Interno, desarchivei-a, e ela vai continuar tramitando agora aqui, no plenário do Senado, porque já foi aprovada nas Comissões. Como eu dizia, ela destina R\$9 bilhões para o ensino técnico, valorizando o desenvolvimento, o aperfeiçoamento do nosso povo e de toda nossa gente.

Diante de tantas preocupações que eu levantei com os jovens, vocês devem e podem imaginar o tamanho da minha satisfação ao saber que o Governo da Presidenta Dilma lançará agora, em março, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC). A Presidenta Dilma Rousseff aposta no Programa para ampliar o caminho do acesso à educação profissional para o jovem de ensino médio e para os trabalhadores sem formação.

O Pronatec, segundo a Presidenta, será composto por um conjunto de ações voltadas para quem deseja fazer um curso técnico, mas não tem como pagar. Será um programa de bolsas e também de financiamento estudantil. O novo Programa de Financiamento Estudantil (FIES), de acordo com a Presidenta da República, vai fazer parte do Pronatec.

A Presidenta Dilma anunciou também que o novo Programa do Financiamento Estudantil (FIES) terá condições de gerar um financiamento muito mais leve para o nosso estudante. Os juros serão reduzidos e ficarão em torno de 3% ao ano, mais o tempo de carência.

A outra notícia bem positiva é que o Programa, segundo o Governo, vai incluir alunos com renda de até um salário mínimo e meio, de forma que, como era anteriormente, os alunos precisavam arrumar um fiador para ter acesso ao crédito estudantil. Com essa nova opção, para aqueles que têm uma renda de até um salário mínimo e meio, o próprio Governo será o fiador. Ou seja, para os que mais precisam, o fiador será o próprio Governo.

Vejo com bons olhos, Sr^a Presidenta da sessão, essas ações que serão implementadas pela Presidenta Dilma. São avanços importantes para a vida de muitos que estão totalmente sem estímulo a buscar o seu primeiro emprego. Da mesma forma, vejo com alegria o ProJovem Urbano, um programa que repensa a juventude e as suas políticas.

Tive recentemente conversas com a juventude lá do meu Estado, do Rio Grande do Sul, sobre esse tema e recebi da parte deles contribuições para este pronunciamento sobre a questão da juventude. Aqui eu vou descrever, aproveitando esta manhã de sexta-feira, um pouco do que eu recebi da juventude lá do Rio Grande.

Dizem eles:

Historicamente, o debate sobre a necessidade de se executar políticas públicas específicas para a juventude brasileira tem sua importância realçada no momento em que o diagnóstico aponta inúmeros problemas sociais envolvendo a população brasileira, principalmente na faixa etária de 15 a 29 anos.

Atualmente, o Brasil se encontra em uma situação que, para muitos pesquisadores, é considerada como se fosse um boom da juventude. Isso significa que, em decorrência dos altos índices de natalidade no Brasil [informações que me passaram a juventude do Estado], nas décadas de 70, 80 e 90, há hoje um grande contingente de cidadãos brasileiros, compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos. Os jovens que se encontram nessa faixa representam grande parcela da população, e, durante décadas, foram considerados o seu orgulho, pois seriam os “braços fortes” para trabalhar em prol do desenvolvimento econômico e social do nosso País.

A falta de políticas afirmativas previamente preparadas para receber esse contingente de cidadãos se constituiu, com o passar dos anos, num grande abismo no qual muitos e muitos jovens foram empurrados para dentro de uma sociedade sem estruturas previamente organizadas para lhes receber. [Não houve uma estrutura previamente organizada para recebê-los, não houve a estrutura adequada.] Essa situação jogou inúmeros jovens para a chamada condição de vulnerabilidade social, herdando todas as mazelas negativas da sociedade.

É justamente nesse ponto de afirmação e, ao mesmo tempo, de dúvida que o jovem inicia um movimento de transição da sua cidadania, buscando maior autonomia, porém sofrendo as consequências dessa decisão.

É o momento em que ele entende que tem que sair de casa, que tem que se manter, que quer ter seu

dinheirinho, quer ter seu emprego, quer pagar sua faculdade, enfim, quer ter sua autonomia. Ele começa a namorar, já pensa em noivar... Falo isso porque tenho um menino com 18 anos e que já está trabalhando, já está namorando, já fala em noivado. E eu digo: “sim, e aí?” “Não, o trabalho, já estou acertando, já estou trabalhando, já acertei, carteirinha de trabalho assinada.” Muito feliz. Mas nem todos têm essa mesma chance que ele teve, de estudar e fazer a sua universidade – agora, à noite – e já estar trabalhando.

Mas, enfim, algumas situações especiais merecem a nossa atenção., em especial as temáticas, repito, segundo os jovens, da educação, trabalho e segurança pública.

Continuam: “No tema educação, o Brasil passa por uma crise”. Olha que isso que estou comentando aqui foi a contribuição dos jovens que eu recebi do Rio Grande. Concordo com essas palavras que estão expressando; não estou fugindo de dizer. O que eu lendo aqui foram eles que disseram. Não, eles mandaram, eu li, gostei e estou aqui apresentando como discurso meu, na tribuna do Senado.

O que dizem os jovens?

No tema educação, o Brasil ainda passa por uma crise. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2009, cerca de 15% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. E, para agravar a situação, pouco mais da metade dos que frequentavam a escola estavam no nível adequado a sua idade – desta que é chamada de escolarização líquida (50,9%).

Esses dados apenas refletem a realidade encontrada nas escolas brasileiras. [Ou seja, dessa juventude toda, somente a metade estava no ano correspondente àquilo que deveria ser, pela sua idade.]

Esses dados apenas refletem a realidade encontrada nas escolas brasileiras. Devemos reconhecer que há um problema a ser enfrentado: diminuir e resgatar os estudantes que evadem das escolas brasileiras.

Não adianta dizer que está tudo bem. Temos problema na educação? Temos. Temos problema na saúde? Temos. E temos que enfrentar o problema. Temos problema na Previdência? Temos. Então, vamos enfrentar o problema.

Dizem eles:

Esse percalço gera, além de um óbvio atraso educacional, um problema social para

todos, pois parte desses jovens que não estão estudando, ou que pararam, não voltam a estudar.

Essa crise na educação traz consequências a longo prazo [para o País que todos nós sonhamos], porque, sem uma educação com um pensamento estratégico do País, muitos desses jovens tornam-se cidadãos acríticos, acomodados, que poderiam ser estimulados e assistidos por algumas políticas públicas e, assim, contribuir muito mais com a sociedade.

Eu gostei deste termo “acríticos e acomodados”. Tem que ser crítico, não tem que se acomodar. Tem que se mobilizar e ter a coragem de protestar quando entende que o Estado – seja o Município, seja o Governo do Estado, seja a União – não corresponde à expectativa da nossa juventude.

Dizem eles:

Quando entramos no tema mundo do trabalho, é justamente a juventude a categoria social mais atingida [é a história da busca do primeiro emprego], com índices de desemprego que vêm gradativamente aumentando.

Veja bem, estou me referindo à juventude, ao primeiro emprego. Eu falava antes, e não há contradição no meu discurso com aquilo que eles me encaminham, quanto à questão do primeiro emprego, quando você tem formação profissional. Aqui, eles estão dizendo que tem, sim, desde que haja o curso e tenha sido assegurado a ele o direito de fazer essa formação.

E aí dizem eles: “Conforme o IPEA, na faixa etária de 16 a 20 anos de idade, que seria a faixa da entrada no mercado de trabalho, em 1987, os índices de desemprego estavam em 7% e passaram, no ano de 2007, para 20%. Já na faixa de 21 a 29 anos, os índices saltaram de 5% em 1987 para 11% em 2007, pela falta de preparo profissional” – eles destacam aqui.

É justamente a juventude que se submete às piores atividades de trabalho e abre mão de buscar uma elevação de escolaridade. Infelizmente, é comum a gente ouvir nas famílias mais pobres – e todos nós temos contato com elas: “Deixei de estudar porque tenho que ajudar o meu pai e minha mãe e agora estou a trabalhar”, quando o correto seria... E eu não nego a minha origem, trabalhava de dia e estudava de noite. E agradeço a Deus e aos meus pais, já falecidos, que me disseram: “Tu tens que tocar a vida, tens que ter coragem de enfrentar a vida. Perde teus medos,

enfrenta o trabalho e vás estudar.” Felizmente, segui esse conselho e não me arrependo.

Sr^a Presidente, como eles dizem, é justamente a juventude que se submete às piores atividades de trabalho e abre mão de buscar uma elevação de escolaridade. Segundo o Diretor de Políticas e Estudos Sociais do Ipea, Jorge Abrahão de Castro, “quanto mais cedo se começa a trabalhar, menores são as oportunidades pela frente”. Não adianta botar as crianças para trabalhar. Temos que trabalhar de acordo com a idade que manda a própria Constituição. No serviço público é 18 anos, e no Regime Geral da Previdência, celetista, é 16 anos, está na nossa Constituição.

Ora, claro que o ideal seria um jovem de 17 anos só estar estudando, como meu filho pôde fazer. Só começou a trabalhar com 18 anos, e aí foi para uma universidade à noite. Mas nós sabemos que não é o mundo real. Ora, o jovem com 16 anos, das famílias pobres, tem que trabalhar, não tem alternativa. Esse é o mundo real. O mundo real é que ele tem de trabalhar para ajudar a família. Aí é que vem a importância do ensino profissional.

Enfim, dizem eles, a falta de perspectivas futuras coloca muitos desses jovens em situação de marginalidade, levando alguns a cometer infrações contra as leis brasileiras. Calcula-se que, atualmente, dois terços da população brasileira carcerária é composta por jovens. Esse é um dado que estou lendo agora, porque eles me mandaram. Dei uma lida rápida, agora estou aprofundando aqui e dividindo com os senhores e as senhoras este pronunciamento. Dois terços da população carcerária são compostos por jovens.

O ProJovem urbano vem justamente nessa perspectiva de resgate, ou, como o tema diz, para gerar oportunidade e conhecimento. Ele é voltado para aqueles jovens brasileiros que tiveram o seu processo de elevação de escolaridade interrompido, mas que, ao longo da vida, conseguiram acumular conhecimentos e vivência na faculdade da vida. Se voltarem a estudar, com certeza, terão uma vida muito, muito melhor do que eles podem imaginar.

A proposta do PJU associa ações afirmativas por parte do Poder Público, a fim de propiciar uma nova oportunidade a esses brasileiros, trabalhando, assim, de forma transversal, as temáticas da educação, com o objetivo de elevar a escolaridade, oferecer cursos de qualificação profissional, que é um dos eixos deste meu pronunciamento, que, mesmo sendo básico, inicia e desperta o interesse dos jovens. O ProJovem cumpre, assim, o seu papel.

Ainda nessa perspectiva, oferece a participação cidadã como disciplina que estimula o protagonismo do jovem em ações diretas na sua realidade de comunidade. E não menos importante é a bolsa recebida no valor de R\$100,00, que está diretamente vinculada à frequência mínima de 75% em sala de aula, que também serve como forma de distribuição de renda e ainda incentiva a presença dos alunos em sala de aula e melhora sua qualidade de vida.

Isso aqui, por incrível que pareça, é fundamental. Casualmente, a senhora falou em R\$100,00, hoje, como uma forma de ajudar os idosos, e esse programa, desde que se efetivamente vá fazer um curso técnico, que se aprenda uma profissão, se tem uma ajuda de R\$100,00. Talvez, aqui dentro, neste momento, na tribuna, muitos Senadores passaram por isso que também passei, mas só eu sei o quanto foi importante para mim, lembro até hoje: lá em Caxias do Sul, a Vinícola Riograndense me dava meio salário mínimo – era uma bolsa de meio salário mínimo – para fazer o curso no Senai e, na época de férias, eu ia para a vinícola naturalmente para trabalhar. Foi muito importante! Logo que me formei no Senai, passei a trabalhar, ganhando mais de um salário mínimo. Quando eu deixei de ser metalúrgico, eu ganhava em torno de dez salários mínimos, no Grupo Tramontina. Tenho a carteirinha assinada até hoje, com muito orgulho, pela Forjasul Canoas, Grupo Tramontina. Estou apenas licenciado, porque estou no Parlamento há 25 anos e estive cinco anos como sindicalista afastado.

Mas só eu sei como foi importante para mim aquele salariozinho que eu ganhava todo mês. Com ele, eu comprava meu tamanco – tamanco, na época –, comprava meu chinelo de dedo, comprava o tênis, a minha chuteira, para jogar meu futebolzinho lá no campo do Cruzeiro e, à noite, eu ia para a boate Calhambeque, porque ninguém é de ferro. Eu me lembro da juventude. Não sei se existe ainda, em Caxias, o clube chamado Calhambeque. Lembro com muita alegria, porque diziam que negro não entrava lá, mas nunca fui barrado no Calhambeque. Se o Calhambeque existe ainda, são as melhores recordações. Nunca fui barrado no Calhambeque. Sempre entrei, dancei, brinquei e ainda jogava no time. O Cruzeiro é um time ligado a esse salão chamado Boate Calhambeque.

Enfim, Sr^a Presidente, falo um pouco da minha vida, mas quero voltar ao tema e estou indo para o final.

Há urgência na avaliação de todas as políticas públicas que atingem direta ou indiretamente a juventude do Brasil, desde os processos educacionais, pas-

sando pela qualificação profissional até os programas específicos, como o ProJovem Urbano. Esse debate avaliativo e propositivo deve partir da compreensão de que as políticas atuais, isoladamente, não estão mais dando conta de uma necessidade premente da juventude brasileira.

Debater melhoria nas atuais políticas é um ótimo exercício. Ninguém tem de entender – e estou entendendo aqui a posição desses jovens – que querer debater políticas públicas e aperfeiçoar para melhorar a qualidade do atendimento à nossa juventude é ser contra alguém. Não! Não é ser contra ninguém. É ser a favor do povo brasileiro. Eles dizem: “É um exercício de arrancada para um debate que atinja toda a sociedade. Pensar o jovem atual como um cidadão do futuro é um erro grave.” O jovem atual é um cidadão do presente. Ele quer ser considerado e valorizado já, agora, para que possa – aí sim – no futuro olhar para os jovens que estão chegando e dar o mesmo apoio que receberam.

Por isso, eles dizem: “Pensar o jovem atual como um cidadão do futuro é um erro grave e de consequências nocivas para a sociedade. Por isso, precisamos debater e tentar mutuamente construir e aprimorar todas as políticas públicas para a juventude, tirando os jovens da invisibilidade do sistema”.

É claro que ele será um grande cidadão no futuro, mas, se você não dirigir políticas públicas para ele hoje, agora, no presente, não existirá esse futuro.

“Um grande abraço” – eles me dizem.

Agradeço ao Eduardo e a todos os jovens que construíram parte desse pronunciamento que aqui destaquei. Fico feliz por tudo o que aqui eles relataram, porque isso mostra, para mim, que grande parte da nossa juventude está nessa peleia em favor de um mundo melhor para todos: para a criança, para o jovem e para os nossos idosos.

Sr^a Presidente, ainda volto aqui para falar do Unicef, que pede também que os adolescentes brasileiros sejam ouvidos. Por isso, usei grande parte deste meu pronunciamento falando por aqueles que não têm palco, porque eles não estão na tribuna. E grande parte deste pronunciamento foi feito por eles. É importante que eles sejam ouvidos na tomada de decisão. Isso, com certeza, vai ajudar muito todo o povo brasileiro.

O que eles querem dizer aqui? Claro que entendo e todos que assistem a este meu pronunciamento entendem. Não fiquem só fazendo políticas para a juventude. Ouçam a juventude, para fazer política para a juventude. É isso que eles mostram, com muita

competência, em grande parte deste pronunciamento que aqui relatei.

O que posso dizer aqui, neste momento, para os jovens é que eles sejam inteiros em tudo, que saibam que tudo que eles fizerem vai ter consequência, positiva ou negativa. Eu acredito muito, muito na energia da vida. Quem faz o mal, a energia da vida vai cobrar hoje ou amanhã; e quem faz o bem, a energia da vida vai abrir o céu, vai abrir os horizontes, vai mostrar que a vida é bela.

Por isso, mais uma vez, digo a todos: dê o melhor de si à sociedade, à família, aos seus amigos, procure não ter inimigos. E se alguém o agredir, lembre que a melhor coisa é não enfrentar nem ir para o caminho da ignorância, da burrice, da bobagem, que é a agressão. Um dia, recebi uma agressão de um político, e foi uma agressão de graça. Sabe o que eu disse? Que Deus lhe dê em dobro tudo o que você está me desejando. Virei as costas e saí. E se Deus deu em dobro para ele tudo que ele desejou para mim, ele vai ter problema no caminho. Essa é a melhor resposta. E tchau. Virei as costas e saí. Não aceitei a provocação, porque poderia descambar para uma situação de agressão física.

Enfim, dê o melhor de si para os seus amigos, no trabalho, nos estudos, para a pessoa que você gosta. Nunca se esqueça da importância do teu pai, da tua mãe, do teu avô, do teu bisavô – e se não estiver mais com eles aqui nesse planeta, sempre olhe para o céu. Que as energias do universo contribuam para que todos – os que estão aqui e os que estiverem em outro espaço – tenham uma vida cheia de alegria e de satisfação.

Não vou entrar aqui no mérito, respeito as divergências da concepção de cada um acerca deste mundo e do outro mundo. Eu acredito na energia do Universo e, por isso, digo que ele acolhe todos, abraça todos. Eu me sinto acolhido pelo Universo quando estou num momento como este, em que fiz este longo pronunciamento e que V. Ex^a, pacientemente, ficou a escutar.

Tenho um outro registro, que não farei hoje, em que falo um pouco desta semana em que assumi a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, que se reuniu na quarta-feira da semana passada até esta sexta-feira. Relato um pouco do que foi aquele movimento das bicicletas – recebi uma caravana de desportistas nessa área –, que fazia um protesto em relação ao que aconteceu em Porto Alegre, quando dezesseis ciclistas foram atropelados. Aqui em Brasília, praticamente um ciclista é assassinado, por dia, no trânsito.

Nesse registro, falo também sobre a questão do jornalista Netto, que participamos disso e, graças a Deus, deu certo, juntamente com o Executivo, nosso Embaixador na Líbia, o próprio Embaixador da Líbia no Brasil, este Plenário, a Comissão de Direitos Humanos. O jornalista Netto, lá de Ijuí e de Erechim, que trabalhava em Paris e foi deslocado, pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, para a Líbia, estava no exercício da sua profissão, quando ficou oito dias preso. Felizmente, ontem ele foi posto em liberdade.

Falo também sobre um programa que teremos na nossa Comissão de Direitos Humanos, quando vamos tratar de todos os temas que interessam ao povo brasileiro: educação, saúde, juventude, discriminação, drogas, idoso, exploração de crianças e adolescentes, meio ambiente.

Enfim, eu faço um resumo aqui, em 12 páginas, do que foi a atividade, nesta primeira semana, lá da nossa Comissão.

E só vou terminar, porque tenho que me dirigir a V. Ex^a. Alguém disse... Olhe aqui, olhe como é rápido. A senhora tem que ouvir esta ligação:

Senador, diga da tribuna para a Senadora Ana Amelia que eu, D. Ivete Simon, confirmo o jantar na quarta-feira próxima. Pode informar que ambos estão convidados para a próxima quarta-feira.

E por que é importante? Eu sei, já conversamos com V. Ex^a. Nós vamos os três Senadores, sendo recebidos mais uma vez, como foi na época com o Senador Zambiasi, pela dona Ivete Simon, que faz um excelente jantar. Ela e duas pessoas que a auxiliam, mas ela é que faz mesmo, ela que vai para a cozinha. O Pedrinho vai estar lá, com certeza absoluta. Nesse jantar, nós vamos falar muito – já falamos sobre isso – sobre o que os três Senadores farão para, cada vez mais, defender os interesses do Rio Grande e, naturalmente, de todo o povo brasileiro.

Senadora, muito obrigado! A tolerância de V. Ex^a me deixou até encabulado, porque V. Ex^a...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Não, meu querido amigo, Senador Paulo Paim, que abordou temas da maior relevância.

Começo pelo final, mesmo contrariando alguns dispositivos regimentais. Mas, como o senhor disse bem, numa sexta-feira, em sessão não deliberativa, essa flexibilidade faz justiça à atenção que os nossos telespectadores merecem, porque estamos tratando de temas que dizem respeito diretamente às pessoas. E, no caso particular, Senador Paulo Paim, da questão

relacionada aos jovens e ao ensino profissionalizante, me associo à importância desse projeto que visa criar um fundo especial para o ensino técnico.

Gostaria de informar-lhe que estou encaminhando à Comissão de Educação, da qual sou membro titular, uma proposta de audiência pública para discutir o ensino profissionalizante, trazendo representantes do Sistema S, dos governos estaduais, do Governo Federal por meio da Secretaria Nacional do Ensino Profissionalizante, dos governos municipais, que têm que estar envolvidos nesse debate e, graças a essa carta do Eduardo, gostaria de incluir a audiência de um representante dos jovens, seja da UNE, seja do Rio Grande do Sul, o nosso Estado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem sabe o próprio Eduardo que foi quem formulou.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O próprio Eduardo que fez uma bela avaliação da situação dos jovens porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Relatarei a ele o seu convite.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...porque a importância, Senador Paim, é exatamente por estamos equivocados quando discutimos uma política pública sem ouvir a parte afetada por ela, que é o jovem. Às vezes, as demandas e as necessidades desses jovens não são as mesmas que nós estamos imaginando que sejam positivas para eles.

Então, quero lhe dizer que tomei essa iniciativa ouvindo todos esses especialistas, inclusive com a participação ampliada com os jovens. Também no âmbito da juventude, em relação aos dados alarmantes sobre a criminalidade, impactam a falta de oportunidade ao jovem, seja escola, seja trabalho.

No Município de São Leopoldo, comandando por Ary Vanazzi, do seu Partido, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É de lá o jovem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Veja, nesse Município, ouvi do Prefeito quando estive lá, durante a campanha eleitoral, que oito mil jovens em idade de frequentar o ensino médio não o fazem porque o Estado não propiciou a escola pública para esse jovem. O ensino médio é de responsabilidade e competência do Estado. Para quem paga impostos, Senador Paim, não importa que seja o Município, o Estado ou a União, o que importa é que tenha a escola.

Então, estou propondo, no âmbito da CAS, Comissão de Assuntos Sociais, da qual o senhor é membro titular, a criação de uma subcomissão permanente para o exame da questão do combate ao *crack*.

O *crack* deixou de ser uma questão de polícia, uma questão de criminalidade, para ser uma questão de saúde pública. Então, eu penso que nós podemos ter, nessa questão relacionada aos jovens, uma atenção especial à questão do *crack* para discutirmos isso com as autoridades de saúde pública, com os próprios jovens, com as autoridades estaduais e municipais em relação a esse problema.

Senador Paulo Paim – anotei aqui –, o senhor fez referência aos ganhos da Previdência Social. Veja só: enquanto no período da estabilidade, de 1994 a este ano, o crescimento da renda real do salário mínimo – e é um ponto extremamente positivo; vamos considerar nesse período o Governo de Fernando Henrique, o Governo de Lula e, agora, o Governo de Dilma – foi de mais de 120%, enquanto o crescimento real do aposentado foi de 27%. Então, essa é a diferença que o senhor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi o dado que V. Ex^a comentou.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – ... e eu estamos aqui tratando e vamos continuar tratando desse tema, conversando com a sociedade para encontrarmos as soluções.

Queria confirmar a presença no jantar que, gentilmente, o nosso veterano e experiente Senador Pedro Simon nos faz; é mais do que um convite, é uma convocação para quarta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Quero confirmar também, Senador Paim, com muita alegria, a minha presença, no dia 20, no encontro que os seus amigos, os seus eleitores, os seus correligionários, farão pela comemoração do seu aniversário, que é dia 15 de março, mas será comemorado no dia 20 de março.

Estarei também colaborando com essa campanha importante que é a campanha solidária, contribuindo com alimentos não perecíveis para as vítimas de São Lourenço do Sul, no nosso Estado, que vai, de certa forma, amenizar um pouco a dor daquelas famílias que perderam tudo. Oito vítimas fatais confirmadas, seis das quais já identificadas, faltando duas para identificação.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Vamos trabalhar juntos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amelia, só para dizer – esqueci-me de dizer no ar que dei o recado – que o Senador Simon, a exemplo de V. Ex^a, confirmou também que fará o possível e o

impossível para estar lá, no dia 20, que será uma forma também de nós mostrarmos ao Rio Grande que esses três Senadores caminham no mesmo sentido: na defesa do interesse de toda a nossa gente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Como o fizeram até à saída do nosso querido Sérgio Zambiasi, meu colega comunicador. Queremos seguir o exemplo também dessa unidade, porque é a forma que os nossos eleitores – os seus, os do Senador Simon, os meus – aguardam de nós. É uma responsabilidade e um compromisso.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Eu convido, para fazer uso da palavra, o Senador Crivella, por ordem de inscrição na sessão de hoje.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senador Paim, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores presentes, meninas da Taquigrafia, nossos funcionários da Mesa Diretora, são tristes e dolorosas as notícias que continuam chegando sobre o Japão, momentos dramáticos vividos por aquela ilha, atingida por um **tsunami**, essa onda gigante, provocado por um abalo sísmico a 300 Km de Tóquio e a 100 Km, se não me engano, de Hokkaido.

Nós estamos assistindo, cada vez mais e mais, em intervalos menores, notícias de fenômenos da natureza que têm provocado grande expectativa sobre a humanidade. Aliás, isso já foi previsto, inclusive, nos Evangelhos. Para aqueles que estudam as palavras de Cristo, Ele falava, Ele falava sobre o aumento da ciência. A ciência nunca se desenvolveu tanto. Nos quatro mil anos da História do homem, da Humanidade, sem contar a Pré-História, da civilização egípcia até nós, até 1950, a ciência caminhou de maneira pausada. De 50 para cá, nós caminhamos cientificamente mais do que da civilização egípcia até 1950. Portanto, a ciência se acelera de maneira vertiginosa.

Ele também alertava sobre o pecado, o esfriamento do amor, a dissolução da família, a degeneração social, o amor ao dinheiro, a corrupção em escala global e também o ataque à natureza. No ritmo avassalador do progresso e do consumo, o homem tem pecado contra a natureza. As queimadas, a poluição dos rios, a contaminação dos solos, sobretudo a queima incessante de combustíveis fósseis, têm trazido o degelo dos nossos polos, o aquecimento das águas, na linha do Equador, o fenômeno do El Niño, e, conse-

quentemente, abalos sísmicos que nunca prevíamos, não imaginávamos.

Srs. telespectadores, Srª Presidenta Ana Amelia, os continentes estão apoiados em placas de rocha maciça, placas tectônicas com 250 km de espessura. Essas placas se encaixam umas nas outras compondo este esféróide chamado Terra e quando se encontram ou deslizam, uma em relação a outra, causam abalos tremendos que se manifestam não só como terremotos, quando ocorrem nos encontros das placas nos continentes, mas também como ondas gigantescas, **tsunamis**, quando essas placas se encontram no oceano.

É o caso do Brasil. O Brasil está apoiado numa grande placa, numa placa sulamericana que tem o seu limite direito com a placa africana, no centro da distância entre Brasil e África, no Oceano Atlântico. Temos, no fundo do mar, uma verdadeira Cordilheira dos Andes. A Ilha de Fernando de Noronha, tão apreciada pelos turistas brasileiros, umas das belezas naturais do norte do País é o pico dessa cordilheira, dessas montanhas imensas submersas no Oceano Atlântico entre Brasil e África.

Temos a Cordilheira dos Andes real e natural, fruto da placa, do limite esquerdo da nossa placa, que se encontra no Oceano Pacífico. E nós temos visto como sofrem as populações desses países que estão localizados a oeste do Chile! Mas, na outra borda da placa, no Triângulo do Fogo, na Indonésia, nas Filipinas, no Japão, essa placa em que se apóia o Oceano Pacífico, que faz o limite atlântico oeste do México, dos Estados Unidos e da Califórnia, é uma placa imensa, cujos movimentos causam pavor, terror e destruição em massa.

Mais do que nunca precisamos conscientizar os homens sobre a defesa da natureza. Há poucos dias, li um editorial do Dom Dimas exatamente tratando deste assunto, o pecado contra a natureza, o pecado contra Deus.

Nesse momento, nós precisamos parar, Presidenta Ana Amelia, para raciocinar.

Recentemente, um estudo da Unesco trouxe dados curiosíssimos. Eles consideraram, em termos de energia, como se acelera o tempo vertiginosamente. Pegaram três arquétipos, o primeiro deles seria o agricultor moderno, um europeu do século XV, de 1400. Compararam a ele o homem industrial, que seria um inglês de 1850, da revolução industrial. E o terceiro homem seria um americano tecnológico de 1950.

Na decomposição pelo consumo de energia **per capita** feito pela Unesco, se nós arbitrarmos um valor de 100 para o homem industrial, para o inglês de

1850, o agricultor moderno, o homem que vivia na Europa no século XV, em torno de 1400, consumiria 20 de energia e o homem tecnológico, o americano de 1950, consumiria 350 de energia, quase 400. Mas o fato mais curioso é que se nós decomposermos esse consumo de energia no item transporte, pois bem, o homem tecnológico, em transporte, em 1950, nos Estados Unidos, consumiria o índice de energia 100, que era toda a energia que o homem industrial consumia no século XIX, um inglês típico vivendo em Londres, naquela ocasião.

Então nós vemos como, em termos de consumo de energia, o tempo se acelera drasticamente, porque para sairmos de um consumo de 20 para 100 se passaram quatro séculos; mas para passar de 100 para 400 o fizemos em cem anos! E, se medirmos hoje não o homem tecnológico, mas o homem digital, o homem que está sempre ligado ao celular, ao seu computador, à televisão a cabo, às comunicações globais, ao avião, ao automóvel, ao ar condicionado, certamente veremos que o consumo acelera o tempo de maneira brutal. É preciso uma revisão de valores. É preciso nos conscientizarmos em favor das futuras gerações, para que eles não paguem com a vida pelo nosso descaso.

Nesse aspecto, eu gostaria de parabenizar o Brasil pelo Plano Nacional de Exploração de Minérios, que está sendo lançado com objetivos até o ano de 2022, ou até 2020. Perdão, para 2022 são os planos, as metas dos 200 anos da Independência que o Presidente Lula traçou com o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Nesse Plano Nacional de Exploração de Minérios há uma preocupação com as nossas jazidas, há uma preocupação com o nosso urânio, com o nosso petróleo – e o Pré-sal foi uma lei que votamos aqui – exatamente o próprio minério de ferro, o carvão e todos os metais da tabela periódica dos elementos, os 180 metais. O Brasil tem quase todos eles. Esgotaram-se algumas reservas como o ouro – ainda há determinadas quantidades de ouro que não são viáveis de se explorarem agora por questões financeiras, mas um dia o serão, porque o ouro vai subir de valor – e também de diamantes, e gás. Mas o fato é que é preciso, mais do que nunca, que nós no Brasil tenhamos absoluta consciência de que a humanidade necessita rumar na direção da energia renovável.

Mais do que nunca é preciso que nós implementemos... Eu tenho muito orgulho de ser o autor da proposta para que o projeto “Minha casa minha vida” obrigatoriamente adotasse a energia solar para aquecimento de água. Eu sei que há uma indústria de

chuveiro elétrico e que já vendeu mais de 70 milhões de chuveiros hoje instalados no Brasil e que, portanto, emprega muita gente e move um grande volume de recursos. Mas a energia solar não atrapalha; a energia solar vai aquecer a água, e o chuveiro elétrico continuará a ser utilizado, porque no dia em que água não for aquecida pelo sol, o será pelo chuveiro elétrico. E mais, o chuveiro elétrico, pela sua forma mecânica de aquecer a água, ele também faz com que o consumo da água seja menor, porque a água precisa passar lentamente pela espiral incandescente, e isso faz com que as pessoas consumam menos água. Assim, também poderemos cuidar melhor da energia, sobretudo aqueles que demoram muito tempo tomando banho.

Então, a energia solar não vai trazer problemas para a indústria do chuveiro elétrico. E tenho muita alegria de ter sido autor dessa proposta. Houve uma reunião memorável em que o Presidente Lula reuniu os Presidentes de Partidos e alguns Ministros. Na ocasião, lembro-me que o Ministro Guido Mantega – na época, do Planejamento, hoje, da Fazenda – contrargumentou a minha proposta dizendo: “Lula, não há viabilidade econômica”. É verdade, não havia viabilidade econômica porque o chuveiro elétrico é mais barato que o aquecimento solar; mas não havia viabilidade econômica também porque não havia demanda! Para uma demanda prevista de dois milhões de residências no programa Minha Casa Minha Vida, então, dois milhões de equipamentos de energia solar tem, sim, viabilidade econômica e se impõem diante dessas grandes tragédias que apavoram a humanidade. E a agressão ao meio ambiente é uma delas.

Mais do que nunca, o Brasil, que é um País que tem hidroeletricidade, que tem ventos constantes soprando pela sua costa, e que tem uma energia solar abundante, deve caminhar para o uso de recursos naturais e renováveis.

Está aí, o Japão, eu gostaria de pedir à Presidente que, se ainda não foi feito, pudesse fazer constar na Ata desta nossa sessão que estou apresentando um voto de pesar ao povo japonês, em nome do Senado Federal, por essas notícias tão tristes que continuam chegando.

Eu vi as imagens na CNN e fiquei impressionado com aquela onda gigantesca, com a força do mar – aí há muita energia também e, graças a Deus, o Brasil também tem marés de onde pode retirar energia renovável. Pois bem, aquelas ondas levavam barcos – o Japão vive muito da pesca –, levavam também automóveis, lançavam-se sobre as cidades, sobre pontes, sobre ruas, derrubando prédios, incendiando instala-

ções e apavorando a nós todos, ainda que estejamos do outro lado do mundo.

Sr^a Presidenta, eram essas as minhas considerações, as minhas preocupações nesta sexta-feira em que terminamos a semana do Carnaval, em que há muita festa. Semana que vem retornamos ao Senado Federal, mas com essa consciência mais aguda do que nunca, mais lúcida e mais prevenida do que nunca.

Hoje eu estava lendo um exemplar chamado “**Primeira Página – 90 anos de Folha de S.Paulo**” – as mais importantes primeiras páginas da **Folha de S.Paulo**. Ali eu li uma notícia de 1930 que dava conta de que, numa cidadezinha de Pernambuco chamada Bom Jardim, o rio havia transbordado e destruído as casas, havia levado as pontes e as precárias estradas. E o diretor de obras da ocasião estava indo lá fazer inspeções para ver como é que se reconstruiria aquela cidade.

Pois é, este é o nosso dilema. Nós vivemos num país onde os rios transbordam, onde há enchentes no verão, onde nossas encostas desabam, sobretudo as mais arenosas. Isso ocorre já há muito tempo, mas nós não nos prevenimos porque desenvolvemos, ao longo do tempo, essa capacidade pública de esquecer as nossas tragédias. Na hora em que elas ocorrem, lá vamos nós em comitiva com a Presidenta da República, com os Ministros, com os Senadores e com os Deputados prestar solidariedade, mas acabamos não fazendo as obras de prevenção que deveríamos fazer.

Fazemos, depois, só as de construção, tentando enxugar gelo – algo que, a esta altura da nossa calamidade, nem conseguimos, porque o gelo está derretendo mais rápido do que podemos enxugar.

Ah, o Senado Federal está fazendo uma comissão externa para cuidar desse assunto e verificar definitivamente, num levantamento cuidadoso, onde estão nossas vulnerabilidades para ali fazermos as obras que temos de fazer e, assim, nos redimir de tanto descaso do passado...

Sr^a Presidenta, muito obrigado pela generosidade de me conceder este tempo para falar. Espero que a senhora tenha um bom fim de semana e que, na segunda-feira, já possamos estar de volta para a sessão que vai celebrar, no Senado Federal, os 90 anos da **Folha de S. Paulo**, uma história muito bonita de liberdade de imprensa, Senador Paulo Paim.

Aliás, é o único veículo do País que tem uma crítica própria. E não poderia ser outra folha: não poderia ser de São Tomé, de São Mateus, de São João nem de São Lucas, tinha de ser de São Paulo, porque São Paulo, Paim, foi aquele que fez uma autocrítica. Ele

perseguiu os cristãos, ele matava os cristãos. A caminho de Damasco, ele viu uma nuvem, uma luz forte, ficou cego e caiu do cavalo. Naquele momento, quando ele caiu do cavalo e ficou cego, por mais paradoxal que pareça, ele encontrou a verdade e passou a ser o mais devotado, aquele que mais renunciou, que mais sofreu, que mais foi preso.

Na vigília do mar, passou muitas noites, foi açoiado, viveu no deserto em perigo entre os irmãos como ele diz, em perigo entre os judeus, entre os gregos, entre os romanos. Ele foi o grande Paulo, que, mesmo morto há séculos, ainda fala alto à consciência dos homens de boa vontade. Esse apóstolo Paulo fez uma autocrítica, mudou de posição e, de perseguidor, passou a perseguido.

Não é à toa que a **Folha de S.Paulo** leva esse nome: tem lá seu **ombudsman**, paga um profissional para criticar pública e asperamente seus erros. Isso nos traz um alento, porque não serve para a constituição das nossas instituições a imprensa boçal e soberana, a imprensa do ódio e da perseguição, neurótica, aquela que acha ser dona da verdade, quando todos sabemos, Senador Paulo Paim, que a verdade, só Deus a tem.

Ouçó V. Ex^a com muita atenção e carinho se a Presidenta permitir.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Crivella, neste aparte rápido, quero dizer que concordo com V. Ex^a, inclusive com sua última frase. Eu sempre digo que quem entra num debate, numa conversa ou quem fala para a sociedade achando ser o dono da verdade já entra perdendo. Quem acha que só a própria verdade vale já entra perdendo. Mostra grandeza quem faz um debate fraternal, equilibrado, no mais alto nível, ouvindo o contraditório, informando a sua opinião e tomando a sua posição. Alguns acham – V. Ex^a tem razão – que são donos da verdade. O que é dito já é como se fosse um julgamento em última instância, e a pessoa, seja homem ou mulher, está liquidada. Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que fiquei feliz com a referência a São Paulo – sou Paulo também!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E traz na índole, na vocação, vincando a sua alma ...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Essa posição de saber ...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Essa posição.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... que nem sempre a gente acerta, a gente erra e tem de reconhecer quando errou e procurar acertar. Por fim, quero fazer uma homenagem a V. Ex^a. Eu estive no Rio – V. Ex^a

comentou aqui também a minha ida ao Rio de Janeiro – e percebi o enorme carinho que aquela população tem por V. Ex^a, não só os aposentados e os trabalhadores. Como eu caminhei quase um dia pelo Rio, ouvi muito a pergunta: “O Crivella não veio?” Eu explicava que, até em sinal de respeito, como a homenagem era para o Senador Paim, V. Ex^a havia dito: “Paim, fale por nós lá”. Eu quero fazer este registro: muita, muita gente perguntou por V. Ex^a e eu justifiquei que V. Ex^a tinha falado comigo que era uma homenagem a mim, que eu brincasse, me divertisse e falasse por V. Ex^a, que falasse também pelo Lindbergh – foram palavras de V. Ex^a. O povo do Rio de Janeiro tem um carinho muito grande por V. Ex^a, e V. Ex^a merece. Dou esse testemunho em função de todas as suas posições aqui nesta Casa. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Paim, V. Ex^a sabe que este obscuro e anônimo Senador nunca lhe faltou nos momentos dramáticos da nossa luta em favor dos aposentados, seja na vigília, seja nas nossas idas ao Palácio, seja nas nossas discussões. Dentro da nossa base partidária, muitas vezes ficamos até isolados, e as pessoas nos cobravam isso, mas nunca votamos contra o trabalhador.

Sr^a Presidenta, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Senador Marcelo Crivella, eu lhe agradeço e quero lhe dizer que endosso e cumprimento, como jornalista, a sua iniciativa de ter requerido a sessão comemorativa aos 90 anos do jornal **Folha de S. Paulo** na segunda-feira às 11 horas.

Informo também que, na mesma segunda-feira, às 14 horas, haverá uma sessão para celebrar a Batalha do Jenipapo, requerida pelo nosso colega Wellington Dias para lembrar a história de seu Estado, do qual foi Governador, a história do Piauí.

Também quero registrar, Senador Marcelo Crivella, a minha satisfação por ter ouvido a aula de geologia dada por V. Ex^a. Numa visão ecumênica, ao registrar a campanha da CNBB, o senhor, um respeitado pastor da Igreja Universal, chama a atenção para a humanidade.

Nós, brasileiros, fomos abençoados com essa dádiva – para quem acredita que a natureza é uma dádiva de Deus – em recursos hídricos. Hoje no meu Estado, na cidade de Bagé, lá na fronteira oeste, está havendo um racionamento de água por treze horas. Enquanto isso, em outras cidades, vemos as pessoas usando água tratada para lavar suas calçadas, para varrer como se fosse uma vassoura.

Somos perdulários da natureza, Senador Crivella. Nunca é demais chamar a atenção para a responsabilidade que temos todos, principalmente o cidadão comum, que, com um gesto pequeno, abre a torneira para lavar os dentes e deixa correr a água desnecessariamente, ou pessoas que, como já disse, lavam a calçada com água tratada, quando falta água em outras cidades ou no Nordeste, tão sofrido com as permanentes secas. É responsabilidade nossa, de todos, preservar esse patrimônio que temos, que é a natureza.

Agradeço muito por esse chamamento e aproveito para dizer que também já havia feito um requerimento de pesar e solidariedade às vítimas – em nome do Partido Progressista, liderado pelo seu colega Francisco Dornelles – desse terremoto e **tsunami** no Japão, que deixaram enlutado o mundo inteiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Gostaria de assinar com a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Vamos fazer isso juntos, Senador.

De novo chamamos a atenção para a necessidade de haver prevenção. O seu Estado, o Rio de Janeiro, recentemente viveu o drama da tragédia na região serrana. Precisamos agora cuidar da prevenção e não apenas agir com a Defesa Civil na hora da calamidade.

Agradeço-lhe muito essas referências e esse ecumenismo no trato de um problema que é de todos nós que vivemos nesta Terra.

Muito obrigada, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu é que lhe agradeço, Presidenta: muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz, do Partido dos Trabalhadores do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr. Senador Paulo Paim, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, é uma honra poder voltar a este plenário para tratar de assuntos que dizem respeito ao Brasil e que são da máxima importância para o povo brasileiro.

Senador Paim, muito bom poder encontrar contigo nesta sessão porque trago aqui um assunto que diz respeito diretamente a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Quero informá-lo de que estive reunido, na última quarta-feira, com o Presidente da Associação dos Juizes Federais e conversamos demoradamente sobre a situação dos juizes federais no Brasil. Na oportunidade, refletimos sobre algumas injustiças que estão acontecendo com as

peessoas que compõem essa categoria de magistrados, pessoas que exercem a mais relevante das carreiras jurídicas, porque são os juízes da República, os juízes do Brasil, que atuam nos mais diferentes pontos do nosso País e que são vítimas de algumas injustiças. E compete a nós mediar essa situação para uma busca de solução.

Então, Senador Paim, eu me comprometi com eles, em seu nome, no sentido de fazermos uma reunião com os juízes da Associação dos Juizes Federais para que a gente possa pontuar cada uma das questões que eles levantaram e para que nós, na medida do possível, como Senado da República Federativa do Brasil, como a Câmara Alta que tem a responsabilidade de mediar as situações conflituosas, possamos buscar uma solução.

Entre os vários assuntos que tratamos, Senador Paim e cidadãos que nos acompanham, entre os vários assuntos, o primeiro deles, o mais elementar, foi a equiparação salarial.

Veja que um juiz federal exerce uma função de ponderação permanente, porque ao juiz federal cabe a última resposta na solução dos conflitos, mas eis que o juiz federal tem uma remuneração inferior a um procurador da República. Mesmo sendo de carreira jurídica correlata, mesmo sendo ambos aprovados por um concurso público e mesmo sendo ambos obrigados a conhecer profundamente as leis e a trabalhar na solução dos conflitos a partir da interpretação da lei, eis que um procurador da República tem uma remuneração muito maior que a dos juízes federais, além de ter uma série de vantagens que os juízes federais não têm.

Então, temos a obrigação de nos reunirmos com eles, de acompanharmos de perto o que está tramitando aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional em relação à questão da remuneração dos juízes federais, para que a gente possa mediar essa situação e tentar encontrar um meio para que haja uma equiparação salarial entre juízes e procuradores da República.

Ao mesmo tempo, Senador Paim, eles levantaram, ainda sobre essa questão da remuneração, que o Conselho Nacional da Magistratura já reconheceu a necessidade dessa equiparação, dessa isonomia salarial, mas a Advocacia Geral da União considerou que há uma inconstitucionalidade nessa equiparação. Acho que é um conflito de constitucionalidade que devemos mediar e para a qual vamos ter que encontrar uma saída, porque, se são carreiras jurídicas correlatas, é natural e é justo que haja equiparação salarial, e nós vamos, sim, intervir e temos certeza de que, com

a ajuda do Senador Paim e da Comissão dos Direitos Humanos, da Comissão de Constituição e Justiça e dos Senadores que a integram, vamos conseguir, sim, essa equiparação salarial para os juízes federais em relação aos procuradores da República e demais segmentos da carreira jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal, permita-me, só para responder já a V. Ex^a, dizer que estou inteiramente à disposição. V. Ex^a pode dar o retorno. Se quiser ir segunda, é segunda; se é terça, é terça; se é quarta, quarta; se é quinta-feira... Escolha o dia e a hora, que eu os receberei, com a presença de V. Ex^a, naturalmente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Maravilha, Senador Paim. Tenho certeza de que o Presidente da Associação dos Juizes Federais, Juiz Gabriel Wedy, vai ficar muito feliz com essa resposta e tenho certeza de que ele vai ficar muito agradecido com sua disposição para tratar desse assunto.

O outro aspecto que eles levantaram, Senador Paim, diz respeito aos crimes dos direitos humanos. Crimes relacionados a direitos humanos são tratados por qualquer instância do Judiciário brasileiro. Eles sugerem – acredito que haja um fundo de constitucionalidade nisso e que podemos também encampar com eles essa defesa a partir de uma conversa aprofundada – que os crimes relacionados a direitos humanos, que os crimes contra os direitos humanos devam ser tratados especificamente por juízes federais. E por se tratar de questões relacionadas diretamente a assuntos da Constituição, é perfeito que tratemos com eles desse assunto. E acredito que temos possibilidade de ajudá-los.

Outro assunto que eles trouxeram – aí, sim, vai entrar na questão da reforma política; e todos devemos participar atentamente nesse sentido – é que os Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados são compostos por apenas um integrante da magistratura federal. Apenas um juiz federal num colegiado de sete, isto nos menores Estados, pois em um colegiado maior pode haver mais desembargadores.

Eles estão defendendo que tentemos encontrar um caminho para ampliar a participação da magistratura federal nos Tribunais Regionais Eleitorais de forma que haja mais imparcialidade. Por quê? Porque é comum nos depararmos com situações em que alguns magistrados regionais acabam sendo muito influenciados pelo fervor das disputas paroquiais, das disputas regionalizadas, de tal maneira que, muitas vezes, a aplicação da lei fica num segundo plano.

Acontece que eles se deixam envolver muito fortemente pelo fervor, pela emoção, pelas disputas regionais. Assim, se a gente pudesse ampliar de um para três a participação dos juízes federais nos Tribunais Regionais Eleitorais, a gente estaria contribuindo para assegurar uma maior imparcialidade nas decisões e também estaria assegurando decisões mais técnicas, mais pautadas pelo que diz a letra da lei, pelo que diz a Constituição, pelo que dizem as resoluções alusivas aos processos eleitorais, de maneira que a gente teria muito mais segurança, porque, infelizmente, a gente tem deparado com processos eleitorais eivados de erros de interpretação e de aplicação da lei.

Por exemplo, na última eleição no Acre, nós tivemos situações vexatórias. Nós tivemos, por exemplo, a invasão de um gabinete do Senador Tião Viana, Senador da República, sem sequer uma ordem judicial, sem sequer um processo que garantisse essa tomada de atitude. Ou seja, uma atitude absolutamente contrária à Constituição, passando por cima do direito, passando por cima da lei. Isto porque não houve uma ponderação; porque, num determinado momento da disputa, as coisas vão acontecendo e não há um ponto de equilíbrio a partir daqueles que fazem a verdadeira mediação.

A gente acredita que pode contribuir para melhorar ainda mais. Para garantir o equilíbrio das eleições, a gente pode aumentar a representação dos juízes federais nos Tribunais Regionais Eleitorais, passando de um para pelo menos três. Dessa maneira, a gente vai assegurar um pouco mais o equilíbrio e a imparcialidade nos julgamentos.

E, fundamentalmente, o que a gente quer também é que os julgamentos aconteçam com base no que estabelece a lei, sem preferências, sem paixões, sem proximidade com “a” ou com “b”. Que a voz da decisão seja a voz do equilíbrio, a voz da lei, a voz do que estabelece a Constituição.

E a gente acredita que pode contribuir com isso, sim, se, nesta reforma política que está sendo discutida, a gente propuser para a Comissão que a Comissão leve em conta e estude a possibilidade de aumentar a representação dos juízes federais nos Tribunais Regionais Eleitorais.

Um outro assunto que trago, que diz respeito aos juízes federais, Senador Paim, é a notícia que a revista *Veja* trouxe, uma semana atrás, sobre a quantidade de ameaças que juízes federais estão sofrendo por conta do combate que eles têm feito ao crime organizado, nos mais diferentes pontos do Brasil. E a gente sabe que eles são muito expostos, e, juntamente com eles,

juízes e juízas, são expostas suas famílias. E, neste sentido, eles pedem e precisam da nossa solidariedade. E a gente pode, sim, como Senado da República, como representação maior do Parlamento brasileiro, externar aqui solidariedade a esses juízes, pois tantos deles têm sofrido com esse tipo de ameaça.

Foram entrevistados o Presidente da Associação dos Juízes Federais, o juiz federal Gabriel Wedy, e os juízes federais expoentes no combate ao crime organizado – Odilon de Oliveira, de Campo Grande; Lisa Taubemblatt, de Ponta Porã; Raquel Corniglion, de Campo Grande, e o juiz Pedro Francisco da Silva, que atua ora em Cuiabá.

Sobre esse juiz, Pedro Francisco da Silva, eu posso trazer aqui o meu testemunho, porque o conheci e sei o quanto ele atuou com bravura no combate ao crime organizado no Acre. Se nós no Estado do Acre conseguimos nos ver livres do crime organizado, a partir do Governo de Jorge Viana, a partir de 1999, foi porque contamos com a coragem, a bravura e a determinação de um juiz da qualidade do juiz Pedro Francisco da Silva.

Então, são pessoas que se entregam completamente ao exercício e ao cumprimento da lei e fazem todos os esforços possíveis para que a lei seja cumprida e para que a ordem no nosso Brasil permaneça sempre intacta.

E essas pessoas, com total bravura e com total desprendimento, que são profundas conhecedoras da lei, aplicam a lei com absoluta imparcialidade e procuram pautar a sua vida pela imparcialidade. Essas pessoas merecem o nosso total respeito e solidariedade, seja neste momento em que elas sofrem ameaça, seja na busca de equiparação salarial com as demais carreiras correlatas da magistratura.

Nesse sentido, Senador Paim, fico muito feliz com a sua manifestação de apoio a este pleito. E já posso externar para a Associação dos Juízes Federais que teremos a nossa reunião. Vou ligar para eles e vou tentar agendar uma data. E já sei que posso contar com V. Ex^a, e a gente vai ter essa conversa, sim, acredito que nesta próxima semana.

E, no que depender de apresentação de proposição, de projeto de lei, eu já me coloco à disposição. A nossa assessoria já está trabalhando nesse sentido. E, nos próximos dias, a gente vai ter proposição aqui no sentido de positivar, no sentido de apresentar proposta de regulamentação mesmo da situação, a fim de que eles possam se sentir mais seguros para continuar contribuindo com o nosso Brasil, com a democracia brasileira e com o Estado republicano, que é um

Estado para todos, com direitos iguais para todos, que possa ser pautado fundamentalmente pela lei, porque o Estado democrático de direito é regido por lei, e a gente tem que valorizar as pessoas que dão garantia da funcionalidade ao Estado democrático de direito.

Os juízes federais têm uma contribuição importantíssima nesse sentido. E nós estaremos à disposição para apoiá-los em todos os seus pleitos.

Eu gostaria também, Senador Paim, demais Senadoras e Senadores e pessoas que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, de dizer aqui que recebi, esta semana, uma carta muito carinhosa, muito respeitosa do Padre Paolino Baldassari, que é vigário de Sena Madureira, de uma paróquia que abrange os rios Purus, Juruá, Macauã e Caeté, e tem uma área geográfica imensa para dar conta. E esse Padre Paolino, um padre de 85 anos, continua com todo o fervor levando, nas suas desobrigas, uma palavra de conforto para famílias isoladas, para ribeirinhos, para colonos, para seringueiros. Além de levar a sua palavra de conforto, ele também pratica a sua medicina de muitos anos. Ele sempre tem estado presente ajudando na busca de cura a partir das plantas, já escreveu livro sobre a capacidade das plantas, **As Plantas que Curam**. Ele traduz o significado das propriedades medicinais de cada uma das plantas, e, por onde ele passa, está ajudando as famílias no sentido de encontrar caminho para resolver os seus problemas.

E o Padre Paolino faz um agradecimento especial, porque aqui, no meu primeiro pronunciamento, eu fiz uma saudação especial a ele e disse que com ele eu tinha aprendido, quando seminarista, que um bom seminarista tinha que ter lombo de burro, estômago de porco e espírito de anjo. Exatamente para não enjeitar outro serviço, para aceitar todo o tipo de serviço no momento em que ele se apresentar; para se alimentar do que estiver à mesa, sem nunca reclamar, porque a gente deve estar sempre consciente de que, enquanto temos uma mesa farta, há muitos que precisam de um pão diário para sobreviver. Também ele me ensinou que precisamos ter espírito de anjo para poder conciliar sempre, para poder mediar sempre.

E acho que esse é um pouco o espírito que norteia o Senado Federal, que é aquele que está sempre disposto a fazer a mediação, a fazer a ponderação entre os pontos divergentes e encontrar uma saída que seja uma saída consensual e uma saída que contribua para o avanço do Brasil.

Então, o Padre Paolino me escreveu agradecendo pela citação que fiz a ele no meu primeiro pronunciamento e também fez uma crítica ao segundo pronun-

ciamento que fiz aqui, desta tribuna, no que diz respeito ao manejo florestal sustentável.

O Padre Paolino tem uma discordância de fundo com o manejo florestal sustentável. Ele não acredita que o manejo seja uma solução sustentável para o desenvolvimento da Amazônia e, principalmente, para a preservação da floresta e justifica a sua discordância. Ele diz aqui, na sua carta, que não acredita no manejo florestal porque acha que os manejadores não cumprem o que é estabelecido no regulamento do manejo florestal. Ele acha, por exemplo, que os manejadores, principalmente os empresariais, não cumprem o que é estabelecido no plano de manejo, que prevê que as árvores a serem colhidas sejam apenas as maduras, as árvores que já seriam naturalmente descartadas pela natureza.

Então, é como se se comparassem as árvores como árvore filha, árvore mãe e árvore avó. No caso, as árvores que seriam extraídas seriam sempre as árvores avós, de maneira a garantir sempre a perpetuação da espécie e garantir a sustentabilidade e o futuro da floresta para as futuras gerações.

Mas ele, na sua carta, diz que não acredita no projeto porque, por onde tem passado, tem identificado situação em que as pessoas não só colhem as árvores maduras, como também colhem as de meia vida, o que leva ameaça às futuras gerações.

Então, o que eu teria para dizer aqui da tribuna do Senado Federal, com todo respeito ao grande mestre, que é o Padre Paolino Baldassari, este grande defensor da Amazônia, grande defensor da Floresta da Amazônia e grande defensor do Acre, uma pessoa que nasceu na Itália, viveu os dramas da guerra, da II Guerra Mundial, e já tem mais anos de Brasil do que de Itália e tem mais anos de Acre do que de Brasil, portanto, ele é mais acreano hoje do que brasileiro e do que italiano. Então, ele tem toda autoridade do mundo para nos apresentar suas sugestões e tentar aprimorar esse nosso projeto.

Então, o que a gente tem para dizer ao Padre Paolino é que se existem práticas que se sobrepõem àquilo que está regulamentado, então tem de ser combatida a prática. Tem que escolher, tem que identificar aqueles que estão transgredindo a lei, transgredindo aquilo que foi regulamentado e punir com severidade esses que transgridem. Mas não podemos deixar de reconhecer que o manejo florestal é uma concepção absolutamente compatível com o projeto de desenvolvimento sustentável, que estamos levando no Estado do Acre, que começou com o Governador Jorge Viana, que fez todos os passos iniciais, depois teve sequência

com o Governador Binho Marques, que aprofundou muito mais nesse sentido, inclusive, aprovando uma lei na Assembléia Legislativa e criando o sistema de incentivo aos serviços ambientais. Essa lei estabelece remuneração específica para quem trabalha na preservação da floresta e quem contribui para a preservação ambiental. Então, o Acre está muito avançado nesse sentido. Nessa discussão globalizada, hoje, e superatualizada de mercado de carbono, o Acre está superatualizado. Ele apresentou sua lei e saiu na frente dos demais Estados da Amazônia. Ele saiu na frente inclusive em relação ao Brasil, e já tem hoje acordo firmado com o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, com o estado de Chiapas, no México, já foi assinado um termo de compromisso para a remuneração por serviços ambientais. Então, o que a gente tem a dizer? É que os passos que estão sendo dados, a legislação que está sendo construída, a construção que veio desde o zoneamento ecológico e econômico, passando por todos os passos da legislação, do arcabouço legal construído pelo Governo do Estado do Acre, não podem ser – digamos – jogados no lixo. A gente não pode recuar nesses avanços conseguidos.

E a gente quer dizer, neste momento, a todas as pessoas que compartilham dessas ideias postas pelo Padre Paolino, que é preciso, sim, combater aqueles que transgridem a lei. Mas a gente não pode recuar naqueles avanços conseguidos.

Então, o manejo florestal é, sim, uma forma segura de garantir às futuras gerações que elas tenham a floresta. A gente não pode ter a floresta apenas como um jardim intocável, porque, se a gente olhar para a floresta como um jardim intocável, não vai dar garantia de vida para as populações que a habitam. A gente precisa garantir emprego, renda, seguridade social e direitos para as famílias que vivem na floresta. Para isso, a gente precisa encontrar meios de elevar seu padrão de renda e melhorar sua qualidade de vida, porque, melhorando a qualidade de vida das pessoas que vivem na floresta, a gente contribuirá, dessa forma, com toda a certeza, para que essas pessoas permaneçam na floresta e nos ajudem a proteger a floresta.

Não existe outro meio de proteger a floresta se a gente não proteger e garantir as condições de vida das pessoas que vivem na floresta. Essas pessoas vão nos legar uma floresta saudável para as futuras gerações, porque esse pacto de gerações que a gente defende nesse modelo de sustentabilidade é o que tem de nortear nossa conduta. Temos de tomar cada atitude e cada passo na atualidade pensando nas gerações

futuras, porque, se o ambiente hoje, no mundo, está ameaçado, se estamos vivendo uma situação de desequilíbrio, de efeito estufa, de mudanças climáticas, que ameaçam a sobrevivência da humanidade no futuro, temos de saber que a floresta é nosso maior patrimônio e a nossa porta de entrada para essa discussão, de cabeça erguida, no mundo globalizado.

Então, a gente pode, sim, com um projeto de desenvolvimento sustentável como esse, exemplar no Estado do Acre, se apresentar para o debate em plano global e dizer: É possível, sim, gerar condições de vida e de trabalho, melhorar a vida das pessoas que vivem na floresta, melhorar a renda, garantir condições de vida saudável para a atual geração e garantir a floresta, sim, intacta para as futuras gerações. E o manejo florestal sustentável pode ser, sim, eficiente nesse sentido, desde que seja feito e praticado com rígida obediência ao que é estabelecido no seu plano.

E a gente acredita, sim, que o Governo do Acre é um governo absolutamente preocupado com isso, assim como o Instituto do Meio Ambiente. A gente também acredita na função do Ibama, que precisa aprimorar, cada vez mais, as suas técnicas de fiscalização, para que o que for estabelecido em lei, para o que for estabelecido no plano de manejo, aquilo que estiver aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto do Meio Ambiente do Acre seja cumprido exatamente como foi acordado, e para aqueles que transgridem a lei terão que responder, de acordo com a lei, as penalidades que a lei estabelece.

Nesse sentido, eu termino aqui, Senador Paim, passando a minha saudação ao Padre Paolino, agradecendo por sua contribuição, agradecendo por sua discordância, porque democracia é isso, é a gente poder dialogar sobre os temas de maneira transparente e externando as posições favoráveis, as posições contrárias, para a gente encontrar o melhor caminho para o Brasil, porque o Brasil precisa da opinião de todos para encontrar uma posição ponderada, e avançar no sentido de ser um protagonista nessa discussão ambiental em plano mundial.

Muito obrigado.

Agradeço a sua atenção e agradeço a atenção de todos que nos acompanharam pela TV Senado e pela Rádio Senado, em todo o Brasil.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

AJUFE encaminha mensagem ao Senado Federal acerca do impasse remuneratório

O Presidente Gabriel Wedy encaminhou mensagem aos Senadores Aníbal Diniz (PT/AC) e Inácio Arruda (PCdoB/CE), com quem a AJUFE reuniu-se ontem, acerca do impasse remuneratório vivido pela magistratura federal. O objetivo é alertar o Senado Federal para a possibilidade de paralisação da magistratura federal e tentar abrir um canal alternativo de interlocução entre os Poderes. Leia a íntegra da mensagem:

Brasília, 2 de março de 2011.

Exmo. Sr. Senador da República,

Está em curso de apreciação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 7.749/2010, que reajusta os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 48, inc. XV, da Constituição da República, e que não foi, até o momento, apreciado pelo Congresso Nacional.

Os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal foram fixados pela Lei 11.143, de 26 de julho de 2005, em R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) a partir de 1.º.01.2006, com a intenção de moralizar o teto constitucional e contou com amplo apoio da AJUFE. Os chamados “super salários” puderam, então, ser limitados a esse valor.

Um dos requisitos essenciais para assegurar a funcionalidade do teto constitucional, todavia, é o cumprimento do comando constitucional (art. 37, inc. X, da CR) que determina o seu reajustamento anual, o que não vem sendo feito.

Desde 2006 o subsídio dos Ministros do STF sofreu apenas um reajuste, dividido em duas parcelas: (a) uma, de 5,0% (cinco por cento), a partir de 1.º de setembro de 2009; e (b) outra de 3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento), a partir de 1.º de fevereiro de 2010. Atualmente, o subsídio de Ministro do STF é de R\$ 26.723,13 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e três reais e treze centavos). Enquanto isso, o IPCA de jan/2006 a dez/2010 acumula uma alta de 26,04%. O INPC acumula alta de 28,31% (vinte e oito vírgula trinta e um por cento) no mesmo período e ao salário-mínio foi concedido aumento da ordem de 81,67% (oitenta e um vírgula sessenta e sete por cento) no mesmo período. Temos, assim, o seguinte quadro comparativo:

Subsídios dos Juízes Federais	9,07%
IPCA	26,04%
INPC	28,31%
Salário mínimo	81,67%

Os Juízes Federais do Brasil dependem do reajustamento do subsídio dos Ministros do STF para terem reajustados seus próprios subsídios. Atualmente, o subsídio do Juiz Federal é de R\$ 22.714,66 (vinte e dois mil, setecentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos). Depois de descontado o imposto de renda, a contribuição previdenciária, o plano de saúde e as contribuições associativas, o valor líquido recebido é de aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Além disso, o Juiz Federal não recebe qualquer outra verba ou parcela remuneratória, seja pela cumulação de funções, substituições, exercício de Direção do Foro, plantão, etc.

Enquanto isso, categorias similares, como o Ministério Público Federal, os Juízes de Direito de muitos Estados da Federação, os Procuradores de vários Estados e Municípios da Federação, recebem verbas que, por lei, estão ou podem ser excluídas do teto constitucional, tais quais auxílio-alimentação, auxílio-moradia, gratificação por exercício de Direção do Foro, gratificação por substituição e cumulação de funções, licença-prêmio etc. Está sendo descumprido, pois, o comando constitucional que coloca a magistratura como ápice e padrão de referência do sistema remuneratório estatal.

Há aproximadamente 8 (oito) meses, o Conselho Nacional de Justiça decidiu que os Juízes Federais fazem jus aos mesmos direitos e vantagens assegurados aos membros do Ministério Público Federal, tais quais auxílio-alimentação, gratificação por exercício da função em localidade de difícil provimento, licença-prêmio etc. Nenhuma dessas verbas ou quaisquer outras do gênero são pagas aos Juízes Federais. Até agora, contudo, a decisão do CNJ não foi implementada, em grande parte por resistência do Advogado-Geral da União que ameaça questionar a decisão do CNJ no Supremo Tribunal Federal.

Esse estado de coisas, somado à grande carga de trabalho, ao alto custo de vida nas grandes cidades e às recorrentes ameaças que têm sofrido os juízes federais, têm gerado um clima de descontentamento crescente na categoria, o que motivou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária - AGE com indicativo de 1 (um) dia de paralisação no próximo dia 27 de abril, além de medidas futuras que serão decididas em nova AGE, a ser marcada no prazo de 90 (noventa) dias.

A AJUFE, como já firmado em contato pessoal, confia que o compromisso de V. Exa. com as grandes questões de interesse nacional e vosso elevação espírito público podem em muito contribuir para alertar a sociedade brasileira e o Poder Executivo acerca do impasse vivido pela magistratura federal, de modo que se possa estabelecer uma interlocução profícua entre o Supremo Tribunal Federal e os Juízes Federais, o Congresso Nacional e o Poder Executivo.

Atenciosamente,

Gabriel Wedy
Presidente da AJUFE

Nagibe de Melo Jorge Neto
Vice-Presidente da AJUFE na 5.ª Região

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: Parlamentar Ajufe [assessoriaparlamentar@ajufe.org.br]
Enviado em: quinta-feira, 10 de março de 2011 17:35
Para: Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho
Assunto: ENC: Revista Veja publica drama de juizes ameaçados e propostas da Ajufe

Edisio

Conforme conversamos envio comunicado da Ajufe em que faz menção a reportagem da Revista Veja. Acho que são motivos suficientes para votarmos o projeto dos Juizes (PLC 03/10).

O senador Anibal Diniz esteve na AJUFE e se mostrou realmente preocupado com a situação de ameaça vivida pelos Juizes.

Estou trabalhando junto a outros Senadores para ver se conseguimos apoio para dar entrada em um pedido de urgência de Líderes para o projeto ser pautado no Plenário. Contamos com o apoio do Senador

Abs

Francisco de Assis Cabral da Costa (Chicão)
Assessor Parlamentar
Associação dos Juizes Federais do Brasil
(61) 8118-1938 / (61) 3321-8482
assessoriaparlamentar@ajufe.org.br

De: Comunicados [mailto:comunicados@ajufe.org.br]
Enviada em: quarta-feira, 9 de março de 2011 17:08
Para: assessoriaparlamentar@ajufe.org.br
Assunto: Revista Veja publica drama de juizes ameaçados e propostas da Ajufe



Revista Veja publica drama de juizes ameaçados e propostas da Ajufe

Prezados associados,

A Revista Veja desta semana (ed. 2.207) publicou reportagem sobre as ameaças que os juizes federais criminais (e suas famílias) vêm sofrendo.

Foram entrevistados o Presidente da AJUFE, juiz federal Gabriel Wedy e os juizes federais, expoentes no combate ao crime organizado, Odilon de Oliveira (Campo Grande/MS), Lisa Taubemblatt (Ponta Porã/MS), Raquel Corniglion (Campo Grande/MS), Pedro Francisco da Silva (antes em Rio Branco/AC, hoje em Cuiabá/MT), Ademar Aires Pimenta da Silva (Palmas/TO) e Ana Paula Vieira de Carvalho (Rio de Janeiro/RJ). Leia a seguir a matéria:

Reféns do Crime

Juizes que atuam contra o crime organizado, principalmente no interior do Brasil, se dizem intimidados pelas constantes ameaças de morte e sequestro. Com medo, pedem a criação de uma polícia exclusivamente para protegê-los

Na última quarta-feira, Odilon de Oliveira, 62 anos, deixou o prédio da Justiça Federal de Campo Grande, por volta de 6 horas da tarde, cercado por três homens armados com metralhadora, que o conduziram a um carro blindado contra tiros de fuzil. A cena poderia ilustrar o transporte de um perigoso criminoso, mas é parte da rotina de um juiz federal que há treze anos não pode andar sozinho pelas ruas da capital sul-mato-grossense. Na magistratura faz 24 anos, Odilon foi responsável pela prisão de mais de uma centena de criminosos ligados ao tráfico internacional de drogas. Somente nos últimos cinco anos, determinou o sequestro de 260 imóveis usados pelas quadrilhas. Sua cabeça está a prêmio. Em 1998, quando sofreu a primeira ameaça de morte, ela valia uma fazenda no Paraguai. Hoje, a recompensa gira em torno de 300000 dólares. Nos últimos anos, a Polícia Federal descobriu oito planos para executá-lo, que variavam de rudimentares tentativas de invasão a sua casa a surpreendentes formas de envenenamento. O caso do juiz Odilon não é único e, o mais grave, está se tornando cada vez mais recorrente.

Tentativas de intimidação da Justiça, em que o perigo ultrapassa a simples ameaça e se materializa em atentados, sempre foram frequentes em regiões fronteiriças e nos grotões do país, onde a criminalidade se aproveita da débil presença do estado para atuar com mais desenvoltura. Por isso, a magistratura longe dos grandes centros já é uma atividade de extremo risco. "A vida de um juiz que aplica a lei com rigor acaba de uma forma ou de outra. Ou os bandidos te matam, ou você se transforma em um refém do próprio medo", diz Odilon de Oliveira. Desde 1998, o juiz de Campo Grande é acompanhado por pelo menos três policiais federais. Ele só sai de casa para trabalhar. "Não tenho mais vida social, conto nos dedos de uma das mãos os amigos que ainda preservo e não me lembro da última vez que fui ao cinema", lamenta. Mesmo em casa, a presença de homens armados é uma constante. O primeiro dos três pavimentos da residência foi transformado em alojamento para os seguranças. Apesar disso, Odilon nunca cogitou a hipótese de abandonar sua área de atuação. Mas seu sentimento de vulnerabilidade é tamanho que faz uma advertência preocupante: "Não me arrependo, mas também não aconselho os jovens juizes a seguir o meu caminho".

"Nunca mais terei uma vida normal. Acredito que a magistratura não pode se ajoelhar diante dos criminosos, mas não aconselho um juiz jovem a fazer o mesmo que eu. Você perde sua vida, de um jeito ou de outro." ODILON DE OLIVEIRA que atua há 24 anos no combate ao crime organizado próximo a fronteira com a Bolívia, e vive há quase treze anos com escolta 24 horas por dia

O Brasil tem 2000 juizes federais, 500 deles atuam na esfera criminal responsável pelos crimes mais graves e, naturalmente, por julgar os criminosos mais perigosos. A situação das comarcas afastadas dos grandes centros é a mais precária. No município de Ponta Porã, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a juíza Lisa Taubemblatt aguarda há um mês resposta a um pedido de proteção. A solicitação foi feita depois que se descobriu que um traficante condenado por Taubemblatt orquestrava um plano para executá-la. Os agentes interceptaram telefonemas e mensagens realizados de dentro do cárcere, ordenando que "apagassem aquela juíza". Até que a Polícia Federal providencie um destacamento para garantir sua segurança a juíza está sendo escoltada por um grupo de cinco agentes pagos pelo Tribunal Regional Federal. "Nós somos alvos fáceis", afirma ela. Um detalhe importante para entender a dimensão do problema: o tal traficante não é uma personalidade no mundo do crime.

A juíza Raquel Corniglian sabe o que o nome e a ficha de um criminoso podem significar na hora de tomar uma decisão. Ela atuou na área de execução penal do presídio de segurança máxima de Campo Grande entre 2007 e 2009, quando a cadeia tinha como tento ilustre o traficante Fernandinho Beira-Mar. Em 2008, Raquel teve de decidir sobre um pedido de transferência de Beira-Mar para o Rio de Janeiro. Durante o andamento do processo, a polícia descobriu que o bandido mais perigoso do país planejou raptar os filhos da juíza para forçar uma decisão a seu favor. Mesmo diante do perigo, Raquel teve de se virar sozinha. "Passei quinze dias dormindo em locais diferentes todas as noites. Meu filho mais novo, de 3 anos, me acompanhava até o fórum. O mais velho teve de

passar um mês com um casal de amigos dos meus pais que eu mal conhecia. Foi horrível", comenta. E desabafa: "Se eles tivessem conseguido pegar meus filhos, qual seria minha decisão? Hoje a juíza mora no interior de Mato Grosso do Sul, mas não divulga o nome da cidade, e ainda se considera refém dos criminosos.

A situação preocupa tanto que a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) defende a criação de uma força de segurança que se dedicaria exclusivamente à proteção dos magistrados. "Não podemos depender da disponibilidade da PF. Em regiões críticas, como as fronteiras, o efetivo é pequeno e há problemas logísticos imensos", afirma o presidente da entidade, Gabriel Wedy. A classe defende também mudanças na lei para acabar com a personalização dos processos. Hoje, é comum que o mesmo magistrado - principalmente em comarcas menores conduza um caso da fase inicial até a condenação do réu. Isso poderia ser feito por um colegiado de juizes. A intenção é diluir a participação pessoal dos juizes no processo, o que dificulta a perseguição aos responsáveis pela investigação. Tal medida foi adotada na Itália nos anos 90, durante a Operação Mãos Limpas, ofensiva do governo contra a atuação da máfia, que resultou na abertura de mais de 1 200 processos e 600 condenações.

O crime organizado sempre teve a intimidação às autoridades como estratégia para o sucesso de suas empreitadas ilícitas. O papel do estado deveria ser justamente impedir esse tipo de sabotagem. Mas o que se percebe hoje é que já existe um considerável desequilíbrio de forças. Diz o jurista Luiz Flávio Gomes: "Nosso sistema de proteção é rudimentar. Muitos juizes não aceitam trabalhar em determinadas regiões por temer investidas de criminosos". O juiz Pedro Francisco da Silva é um exemplo. Em treze anos de atuação no Acre, ele mandou para a cadeia mais de cinquenta traficantes e criminosos de colarinho branco, além do ex-deputado Hildebrando Pascoal, o homem que trucidava suas vítimas com uma motosserra. Os tentáculos das organizações que combateu avançaram sobre sua família. Há seis anos, ele convive com o medo. Em 2005, a polícia prendeu um grupo de pistoleiros contratados para matá-lo. "Acabei me tornando um prisioneiro. Sempre que queria sair com minha esposa, tinha de comunicar à equipe de escolta com antecedência. Acabou minha privacidade", comenta. Em 2008, o perigo chegou bem perto. Quatro homens armados invadiram sua casa. "Só não morri porque mudava minha rotina diariamente. Naquele dia, saí de casa quinze minutos antes do usual", lembra.

"A PF descobriu um plano para sequestrar meus filhos e me obrigar a aceitar a transferência do Fernandinho Beira-Mar para o Rio de Janeiro. Fiquei uma semana dormindo em locais diferentes todas as noites, linha de levar meu caçula, de 3 anos, para o fórum comigo. Se tivessem conseguido sequestrar meus filhos, como seria minha decisão?" Juíza RAQUEL CORNIGLION

O juiz Adelmar Aires Pimenta da Silva, do Tocantins, trocou a Vara Criminal pelo Juizado de Pequenas Causas depois que seus filhos se tornaram alvo de criminosos. Em 2009, Pimenta da Silva ordenou a prisão de uma quadrilha que utilizava aviões, fazendas e se valia de proteção policial para distribuir drogas. Logo depois das condenações, foi descoberto um plano para sequestrar o filho de 4 anos do magistrado, que deveria ser trocado pela libertação de um dos integrantes da quadrilha. Assustado, Pimenta da Silva solicitou transferência da vara criminal em setembro do ano passado, quando descobriu que um dos réus, que havia saído da cadeia, era seu vizinho. "Esse bandido morava a 100 metros da minha casa. Não podia ficar tão exposto. Mesmo com a mudança ainda convivo com o medo de fazerem algo contra meu filho", diz.

"Vivi como um prisioneiro, sempre acompanhado por policiais. Mesmo assim, quatro bandidos armados ainda entraram na minha casa para me matar. Fui obrigado a deixar o Acre para proteger minha família. PEDRO FRANCISCO DA SILVA responsável pela condenação do ex-deputado Hildebrando Pascoal e de mais de 100 pessoas ligadas ao crime organizado.

Até em capitais onde o estado se faz presente e a visibilidade serve de escudo para o

magistrado, os mesmos expedientes de intimidação são utilizados para constranger a toga. No Rio de Janeiro, a juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, conhecida pela rigorosa condução de casos polêmicos, como o do ex-banqueiro Salvatore Cacciola e da máfia de jogos ilegais, vive sob ameaça. Em 2009, ela recebeu um DVD com imagens de homens portando malas de dinheiro. O áudio da gravação garantia que os personagens eram policiais recebendo propina para executá-la. "É horrível ter medo de andar na rua. Pior ainda é saber que meu caso talvez nem se compare ao de colegas que atuam em áreas onde o estado não é tão forte", comenta. A juíza reforçou os cuidados com a segurança e dirige um carro blindado.

O enfraquecimento da magistratura é um mal comum a democracias pouco desenvolvidas e, mesmo nestas, em situações-limite, como a que a Itália enfrentou nos anos 90 quando decidiu dar um basta ao poder da máfia. Para Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o estado brasileiro não está dotado de recursos para proteger seus juizes como seria desejável. "É preciso evitar que a atual realidade seja o embrião de um processo muito mais grave de enfraquecimento das instituições republicanas", afirma Mendes. Resume o jurista Paulo Brossard: "Em um país onde o juiz tem medo, ninguém pode ficar tranquilo".

SHS-Quadra 6 - Bloco C - Conjunto A - Salas 0305 e 0306 - Edifício Brasil 20

CEP 70322-906 - Brasília/DF

Tel: (61) 3321-0432

Fax: (61) 3224-7350

Site: www.stf.br

juizes que atuam contra o crime organizado, principalmente no interior do Brasil, se dizem intimidados pelas constantes ameaças de morte e sequestro. Com medo, pedem a criação de uma polícia exclusivamente para protegê-los

Na última quarta-feira, Odilon de Oliveira, 62 anos, deixou o prédio da Justiça Federal de Campo Grande, por volta de 6 horas da tarde, cercado por três homens armados com metralhadora, que o conduziram a um carro blindado contra tiros de fuzil. A cena poderia ilustrar o transporte de um perigoso criminoso, mas é parte da rotina de um juiz federal que há treze anos não pode andar sozinho pelas ruas da capital sul-mato-grossense. Na magistratura faz 24 anos, Odilon foi responsável pela prisão de mais de uma centena de criminosos ligados ao tráfico internacional de drogas. Somente nos últimos cinco anos, determinou o sequestro de 260 imóveis usados pelas quadrilhas. Sua cabeça está a prêmio. Em 1998, quando sofreu a primeira ameaça de morte, ela valia uma fazenda no Paraguai. Hoje, a recompensa gira em torno de 300000 dólares. Nos últimos anos, a Polícia Federal descobriu oito planos para executá-lo, que variavam de rudimentares tentativas de invasão a sua casa a surpreendentes formas de envenenamento. O caso do juiz Odilon não é único e, o mais grave, está se tornando cada vez mais recorrente.

Tentativas de intimidação da Justiça, em que o perigo ultrapassa a simples ameaça e se materializa em atentados, sempre foram frequentes em regiões fronteiriças e nos grotões do país, onde a criminalidade se aproveita da débil presença do estado para atuar com mais desenvoltura. Por isso, a magistratura longe dos grandes centros já é uma atividade de extremo risco. "A vida de um juiz que aplica a lei com rigor acaba de uma forma ou de outra. Ou os bandidos te matam, ou você se transforma em um refém do próprio medo", diz Odilon de Oliveira. Desde 1998, o juiz de Campo Grande é acompanhado por pelo menos três policiais federais. Ele só sai de casa para trabalhar. "Não tenho mais vida social, conto nos dedos de uma das mãos os amigos que ainda preservo e não me lembro da última vez que fui ao cinema", lamenta. Mesmo em casa, a presença de homens armados é uma constante. O primeiro dos três pavimentos da residência foi transformado em alojamento para os seguranças. Apesar disso, Odilon nunca cogitou a hipótese de abandonar sua área de atuação. Mas seu sentimento de vulnerabilidade é tamanho que faz uma advertência preocupante: "Não me arrependo, mas também não aconselho os jovens juizes a seguir o meu caminho".

"Nunca mais terei uma vida normal. Acredito que a magistratura não pode se ajoelhar diante dos criminosos, mas não aconselho um juiz jovem a fazer o mesmo que eu. Você perde sua vida, de um jeito ou de outro."

ODILON DE OLIVEIRA que atua há 24 anos no combate ao crime organizado próximo a fronteira com a Bolívia, e vive há quase treze anos com escolta 24 horas por dia

O Brasil tem 2000 juízes federais, 500 deles atuam na esfera criminal responsável pelos crimes mais graves e, naturalmente, por julgar os criminosos mais perigosos. A situação das comarcas afastadas dos grandes centros é a mais precária. No município de Ponta Porã, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a juíza Lisa Taubemblatt aguarda há um mês resposta a um pedido de proteção. A solicitação foi feita depois que se descobriu que um traficante condenado por Taubemblatt orquestrava um plano para executá-la. Os agentes interceptaram telefonemas e mensagens realizados de dentro do cárcere, ordenando que "apagassem aquela juíza". Até que a Polícia Federal providencie um destacamento para garantir sua segurança a juíza está sendo escoltada por um grupo de cinco agentes pagos pelo Tribunal Regional Federal. "Nós somos alvos fáceis", afirma ela. Um detalhe importante para entender a dimensão do problema: o tal traficante não é uma personalidade no mundo do crime.

A juíza Raquel Corniglioni sabe o que o nome e a ficha de um criminoso podem significar na hora de tomar uma decisão. Ela atuou na área de execução penal do presídio de segurança máxima de Campo Grande entre 2007 e 2009, quando a cadeia tinha como tento ilustre o traficante Fernandinho Beira-Mar. Em 2008, Raquel teve de decidir sobre um pedido de transferência de Beira-Mar para o Rio de Janeiro. Durante o andamento do processo, a polícia descobriu que o bandido mais perigoso do país planejou raptar os filhos da juíza para forçar uma decisão a seu favor. Mesmo diante do perigo, Raquel teve de se virar sozinha. "Passei quinze dias dormindo em locais diferentes todas as noites. Meu filho mais novo, de 3 anos, me acompanhava até o fórum. O mais velho teve de passar um mês com um casal de amigos dos meus pais que eu mal conhecia. Foi horrível", comenta. E desabafa: "Se eles tivessem conseguido pegar meus filhos, qual seria minha decisão? Hoje a juíza mora no interior de Mato Grosso do Sul, mas não divulga o nome da cidade, e ainda se considera refém dos criminosos.

A situação preocupa tanto que a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) defende a criação de uma força de segurança que se dedicaria exclusivamente à proteção dos magistrados. "Não podemos depender da disponibilidade da PF. Em regiões críticas, como as fronteiras, o efetivo é pequeno e há problemas logísticos imensos", afirma o presidente da entidade, Gabriel Wedy. A classe defende também mudanças na lei para acabar com a personalização dos processos. Hoje, é comum que o mesmo magistrado - principalmente em comarcas menores conduza um caso da fase inicial até a condenação do réu. Isso poderia ser feito por um colegiado de juízes. A intenção é diluir a participação pessoal dos juízes no processo, o que dificulta a perseguição aos responsáveis pela investigação. Tal medida foi adotada na Itália nos anos 90, durante a Operação Mãos Limpas, ofensiva do governo contra a atuação da máfia, que resultou na abertura de mais de 1 200 processos e 600 condenações.

O crime organizado sempre teve a intimidação às autoridades como estratégia para o sucesso de suas empreitadas ilícitas. O papel do estado deveria ser justamente impedir esse tipo de sabotagem. Mas o que se percebe hoje é que já existe um considerável desequilíbrio de forças. Diz o jurista Luiz Flávio Gomes: "Nosso sistema de proteção é rudimentar. Muitos juízes não aceitam trabalhar em determinadas regiões por temer investidas de criminosos". O juiz Pedro Francisco da Silva é um exemplo. Em treze anos de atuação no Acre, ele mandou para a cadeia mais de cinquenta traficantes e criminosos de colarinho branco, além do ex deputado Hildebrando Pascoal, o homem que trucidava suas vítimas com uma motosserra. Os tentáculos das organizações que combateu avançaram sobre sua família. Há seis anos, ele convive com o medo. Em 2005, a polícia prendeu um grupo de pistolheiros contratados para matá-lo. "Acabei me tornando um prisioneiro. Sempre que queria sair com minha esposa, tinha de comunicar à equipe de escolta com antecedência. Acabou minha privacidade", comenta. Em 2008, o perigo chegou bem perto. Quatro homens armados invadiram sua casa. "Só não morri porque mudava minha rotina diariamente. Naquele dia, saí de casa quinze minutos antes do usual", lembra.

"A PF descobriu um plano para sequestrar meus filhos e me obrigar a aceitar a transferência do Fernandinho Beira-Mar para o Rio de Janeiro. Fiquei uma semana dormindo em locais diferentes todas as noites, tinha de levar meu caçula, de 3 anos, para o fórum comigo. Se tivessem conseguido sequestrar meus filhos, como seria minha decisão?" Juíza RAQUEL CORNIGLIONI

O juiz Adelmar Aires Pimenta da Silva, do Tocantins, trocou a Vara Criminal pelo Juizado de Pequenas Causas depois que seus filhos se tornaram alvo de criminosos. Em 2009, Pimenta da Silva ordenou a prisão de uma quadrilha que utilizava aviões, fazendas e se valia de proteção policial para distribuir drogas. Logo depois das condenações, foi descoberto um plano para sequestrar o filho de 4 anos do magistrado, que deveria ser trocado pela libertação de um dos integrantes da quadrilha. Assustado, Pimenta da Silva solicitou transferência da vara criminal em setembro do ano passado, quando descobriu que um dos réus, que havia saído da cadeia, era seu vizinho. "Esse bandido morava a 100 metros da minha casa. Não podia ficar tão exposto. Mesmo com a mudança ainda convivo com o medo de fazerem algo contra meu filho". diz.

"Vivi como um prisioneiro, sempre acompanhado por policiais. Mesmo assim, quatro bandidos armados ainda entraram na minha casa para me matar. Fui obrigado a deixar o Acre para proteger minha família. PEDRO FRANCISCO DA SILVA responsável pela condenação do ex-deputado Hidelbrando Pascoal e de mais de 100 pessoas ligadas ao crime organizado

Até em capitais onde o estado se faz presente e a visibilidade serve de escudo para o magistrado, os mesmos expedientes de intimidação são utilizados para constranger a toga. No Rio de Janeiro, a juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, conhecida pela rigorosa condução de casos polêmicos, como o do ex-banqueiro Salvatore Cacciola e da máfia de jogos ilegais, vive sob ameaça. Em 2009, ela recebeu um DVD com imagens de homens portando malas de dinheiro. O áudio da gravação garantia que os personagens eram policiais recebendo propina para executá-la. "É horrível ter medo de andar na rua. Pior ainda é saber que meu caso talvez nem se compare ao de colegas que atuam em áreas onde o estado não é tão forte", comenta. A juíza reforçou os cuidados com a segurança e dirige um carro blindado.

O enfraquecimento da magistratura é um mal comum a democracias pouco desenvolvidas e, mesmo nestas, em situações-limite, como a que a Itália enfrentou nos anos 90 quando decidiu dar um basta ao poder da máfia. Para Gilmar Mendes, **ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)**, o estado brasileiro não está dotado de recursos para proteger seus juizes como seria desejável. "É preciso evitar que a atual realidade seja o embrião de um processo muito mais grave de enfraquecimento das instituições republicanas", afirma Mendes. Resume o jurista Paulo Brossard: "Em um país onde o juiz tem medo, ninguém pode ficar tranquilo".

Sena Madureira, 26 de fevereiro de 2011

EX.mo e Caríssimo Senador Anibal Dinis,

Saudações cordiais.

Ontem mesmo abrindo a televisão encontrei o mais jovem senador da República. falando. Certamente é um momento de emoção, um momento que vai ficar gravado a vida toda. Sei que já falou da outra vez lembrando o meu nome, assim me falaram, porque eu mesmo não escutei, mas da lembrança da minha pessoa agradeço de coração e te considero amigo e como amigo vou falar-te com sinceridade. Escutei o teu discurso com extrema atenção, mas discordo completamente sobre a primeira parte e ti digo, que dois dias antes tinha escrito a Presidenta Dilma sobre a minha preocupação sobre o desmatamento e falei claramente que sou contra o manejo sustentável que em teoria pode até parecer justo e um modo de salvar a economia do Acre, mas na pratica é o maior desastre ecológico dos nossos tempos em modo especial se usarem do manejo nas grandes reservas florestais. Na minha vida de andanças nos rios e nas matas, ultimamente visitei por vários dias o rio Macauã, posso dizer com sinceridade que o manejo não presta. Tu falavas que iam retirar árvores velhas que caíam por si mesmas, no manejo que vi, vi que cortam qualquer árvore e não tem limites. Assim sendo vão desaparecer os bichos que se alimentam das frutas; da anta. ao jabuti

As grandes copas das árvores centenárias são aquelas que nos dão a água, porque conservam nas grandes cops a chuva que irá cair lentamente e renovar as fontes subterrâneas e conservam a umidade que subindo encontra uma corrente fria e teremos as fortes chuvas

o manejo destrói a riqueza imensa da mais rica biodiversidade do planeta.. O manejo recorta com infinito caminho a floresta, as matas, as árvores grandes que cai arrasta no chão dezenas de outras arvores e da bonita mata equatorial e tropical sobra uma grande cacaiada e num verão, tocando fogo acabara tudo e ficará o triste deserto, se fala: vamos reflorestar, na terra dura e bruta não cresce mais nada. Vejo quando uma terra é velha e ressequida, não produz mais nada. É triste pensar a tudo isto, mas é a triste realidade.

Perto de Sena Madureira dum certo Virgolino, foi o primeiro projeto de manejo sustentável. Teve a licença do Ibama e do Imac e para mais iludir os dois órgãos, fizeram um viveiro e semearam semente de aguana, de cedro de cerejeira e os viveiros estavam bonitos, tiraram toda a madeira que tinha grande e pequena te foram embora e deixaram os viveiros que se acabaram. Cadê que plantaram o que prometeram? Assim é o manejo sustentável. É duro ir contra a vossa opinião, mas é necessário que alguém tenha coragem de dar o alarme antes que o desastre ecológico se realize,

Aqui no Acre o que dá dinheiro é o gado que precisa sempre mais de campo e que precisa destruir sempre mais a floresta e a madeira que é o fim da picada.

Não adianta querer teimar nesta idéia, porque na pratica não funciona, As pequenas serrarias encontram grande dificuldades e as grandes legalmente e tranquilamente destroem a mata toda.

Anibal, falo isto não pelo gosto de dar contra, porque para mim é muito duro dizer a verdade, especialmente com amigo que estimo, mas a verdade deve ser falada sempre. A segunda parte do discurso que fala das terras degredadas que são já muitas até demais no nosso Acre. É preciso investir nestas terras para tirar o sustento de tantas famílias.

Não adianta só denunciar, mas precisa também dar pista, cada associação ter o trator tombar a terra e o modo de enriquecer a terra,

Na Alemanha tem um trator que colocado capoeira vai esbagaçando toda aquela capoeira e deixa um estrato de terra com dez centímetros de mata triturada. Passa, em cima e arrasta a terra. aquele mato triturado se torna realmente um adubo maravilhoso debaixo da terra.

Eu trabalhei muito com índios, era fácil roçar na mata bruta, mas na capoeira cheia de taboca não tinha quem agüenta-se e ninguém se sujeita a trabalhar de terçado, precisa mecanizar e tirar () sustento das terras sdegredadosj sem derrubar mais. Também nas terras já nas terras fracas e que o braquiara e o brejentão começaram a definhando, por falta de alimento semear a mucuna. O gado come a vontade e depois passa o arado e a mucuna rica de nitrogênio enriquece a terra. fraca e dura que não permite mais a chuva penetrar.

Tendo terra, a tecnologia moderna, bem usada da pra tirar colheita maravilhosa nas terras degradadas, mas isto deve ser acessível ao grande que tem recursos e também ao pequeno ou a pequenas associações,

Escrevi tudo isto, porque senti o dever de falar. As vezes se fazem grandes projetos que faltam de sentido prático, tem que estar com pé no chão.

Anibal, tu vieste ao Acre como pobre vivendo na roça com teu pai talvez também, como todo sulista pensar que o único progresso era derrubar a mata e fazer as queimadas para plantar. Herói era quem derrubava mais mata, mas agora não é assim, o fenômeno estufa nos fala. Como é prejudicial derrubar a mata e fazer as grandes queimadas, agora precisa mudar de mentalidade, a ganância, seja no grande quanto no pequeno, dar lugar a um sentido de preservação da vida no nosso planeta, por isto que a igreja católica continua a insistir que devemos preservar, que é a floresta amazônica que purifica a atmosfera, absorvendo como alimento anidrido carbônico, cansado da fumaças das grandes fabricas e das grandes queimadas e nos devolve ondas imensas de oxigênio necessário a vida de todos os seres da terra, vida vegetal e animal. Não quero continuar com minha longa carta, Te peço desculpar~me se fui em parte contra a tua exposição mas era meu dever de amigo que te quer bem, mas quer bem também a mata e quer preservá-la custe o que custar.

Te desejo tudo de bem, tanta paz, tanto sucesso na tua caminhada de Senador e tanta saúde.

Peço ao Divino Espírito Santo iluminar os teus passos e possa sempre ver onde esta a verdade e lutar em favor de verdade.

Um grande abraço,

Pe. Paolino M. Baldassari

Durante o discurso do Sr. Aníbal Diniz a Sra. Ana Amelia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, deixe-me cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, como disse a um outro Senador, pelo conjunto da obra.

V. Ex^a traz para este Senador, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, uma provocação positiva que vai ajudar muito a Comissão e os juízes.

Nunca nos lembramos de chamar os juízes. V. Ex^a fala não só da questão salarial, mas da ameaça de morte que estão recebendo, pois estão sendo ameaçados. Cumprimento V. Ex^a por fazer esse chamamento. A Comissão de Direitos Humanos vai ouvi-los, com enorme satisfação, falar das ameaças que vêm recebendo, do pleito deles e quer ouvir as propostas que podem nos apresentar, inclusive relativas à reforma política.

Cumprimento V. Ex^a também por falar aqui do Governo Jorge Viana, nosso querido Senador, que está conosco aqui fazendo um belo trabalho e, ao mesmo tempo, falou do nosso ex-Senador, amigo, colega com quem tive o prazer de dividir a Vice-Presidência no período em que aqui ficou, que é o nobre Senador Tião Viana.

Cumprimento V. Ex^a também pela defesa que fez da floresta, do meio ambiente nesse momento em que o mundo todo está solidário com o povo japonês pelos terremotos, pelas vidas perdidas há pouco. Hoje mesmo esta Presidência encaminhou voto de pesar ao povo japonês em solidariedade. A Senadora Ana Amelia fez o mesmo. Apresentamos também um voto de pesar ao povo de São Lourenço, no Rio Grande do Sul, onde o rio subiu três ou quatro metros e ocupou 50% da cidade.

V. Ex^a traz esse debate da defesa do meio ambiente e das florestas. Gostei da frase que disse e aqui a repito: “Não olhem a floresta somente como um jardim, olhem, sim, como ela é”. É preciso olhar também aqueles que vivem na floresta: os homens, os animais, os insetos, enfim, o conjunto da obra. V. Ex^a está de parabéns inclusive pelas leis. O Acre, como destacou, sai na frente em relação a outros Estados. Só posso cumprimentá-lo. Fiquei muito feliz de estar na Presidência e pela forma como V. Ex^a me convocou. Eu acho que é uma convocação que V. Ex^a fez, e eu aceitei de pronto, colocando-me à disposição dos

juízes federais para recebê-los lá na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

Eu faço justiça, aqui, Senador Paim, primeiro, agradecendo por sua deferência e, depois, dizendo que, na reunião em que estive com os juízes federais, na Associação dos Juízes Federais, o Senador Jorge Viana também se fez presente e também compartilhou conosco dessa opinião de que iríamos ter que procurar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, porque nós sabíamos que podíamos contar com V. Ex^a para encaminharmos juntos essa pauta de reivindicações justíssima da Associação dos Juízes Federais.

E também gostaria de reforçar, Senador Paim, que os documentos todos que foram apresentados pela Associação dos Juízes Federais, vou deixá-los para que constem dos Anais do Senado Federal, porque é importante que a gente carregue essa memória e, na medida em que a gente trabalhe sempre consultando as memórias desta Casa, a gente vai legislar sobre aquilo que precisa ser legislado. E, naquilo que a gente já tem legislação específica, a gente só vai recorrer no sentido de cobrar para o cumprimento daquilo que já existe, que já está positivado na Constituição ou nas leis complementares da nossa Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Anibal Diniz.

E, por fim, eu informo a todos que a Casa já vai encaminhar os votos de solidariedade e pesar à Prefeitura de São Lourenço pelas oito pessoas que faleceram, infelizmente, até o momento, mas existem inúmeros desaparecidos.

E a Mesa também vai encaminhar os dois votos de pesar à Embaixada do Japão aqui em Brasília, tanto aquele assinado por mim, como aquele assinado pela Senadora Ana Amelia e depois assinado pelos Senadores presentes, tenho certeza, o Senador Crivella, o Senador Anibal e também o Deputado Edson Silva, do PSB do Ceará, que está aqui conosco e que fez uma provocação positiva – e muito positiva – e prazerosa para mim: eu acabo de dar entrada também num voto de pesar, de solidariedade e de saudade para a família do nosso inesquecível ex-Senador, ex-Governador Mário Covas. Esta semana, lembramos os dez anos da sua morte.

Faço isso com uma enorme satisfação do dever cumprido. Deputado Federal Edson Silva, V. Ex^a é do PSB do Ceará, eu sou do PT, e estamos falando aqui do Mário Covas, por lembrança que V. Ex^a me trouxe nesse momento. Eu tive a alegria de conviver com Mário Covas. Mário Covas, eu posso dizer, na Constituinte, foi o nosso líder.

Eu já disse em outros momentos nesta Casa que o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte ficava em pleno silêncio quando Mário Covas falava por um lado e Jarbas Passarinho falava pelo outro lado. Havia um respeito do Plenário por ambos, independente das suas posições.

Mário Covas faleceu, e hoje lembramos os dez anos da sua morte, e o faço aqui com muito carinho. Ele foi um homem que nem sempre foi entendido, mas para mim estava sempre à frente do seu tempo. Os seus discursos, lembro-me, não eram só emocionantes, mas recheados de conhecimento, de dados que convenciam a todos no plenário.

Lembro-me que, na Constituinte – e com isso vou terminar – estávamos querendo inserir na Constituição o direito de greve e tínhamos um problema. Daí conversamos com o Senador Mário Covas. Lembro-me de que eu, o à época Deputado Federal Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e João Paulo Vasconcelos fomos falar com o Senador Mário Covas, e ele disse: “Olha, eu defendo, não há problema nenhum, porque eu concordo, naturalmente, com o texto, mas eu aconselho vocês a também falarem com Jarbas Passarinho para que ele também defenda”. Nesse momento, havia ali duas posições nítidas no Plenário. E nós fomos, ouvindo o conselho dele, falar com o Senador Jarbas Passarinho – que encontrei esses

dias, inclusive, num consultório médico, e está muito bem de saúde. E o Senador Jarbas Passarinho leu o texto: “E daí, Paim, qual o problema?”. Eu disse: “Olha, nós estamos com esse texto, conseguimos construí-lo ouvindo o movimento social, falamos com o Senador Mário Covas, que disse que vai defendê-lo tranquilamente, mas sugeriu: ‘vejam se o Jarbas também o defende e acredito que ele o defenderá’”. Sabe o que respondeu o Senador Jarbas Passarinho? Leu o texto. “Covas concordou?”. “Concordou.” “Então deixem, que eu também o defenderei em Plenário”. Para alegria nossa, ambos defenderam aquele texto, que foi aprovado por unanimidade.

Então, quando me lembro de Mário Covas, eu me lembro de um dos maiores líderes que este País já teve, sem nenhum problema. Para mim, não é a questão desse ou daquele partido. Mário Covas foi uma grande figura. Lembro-me com carinho de Mário Covas. Lembro-me com carinho de Leonel Brizola. Lembro-me com carinho de Ulysses Guimarães. Enfim, não vou aqui me lembrar, agora, neste momento, de tantos homens que marcaram a nossa história.

Com essa homenagem a Mário Covas e a solidariedade a seus familiares, nós encerramos esta sessão, dizendo que este é o requerimento em homenagem e solidariedade à família de Mário Covas, assinado por mim e também pelo Deputado Federal Edson Silva, do PSB, que veio aqui me fazer essa proposta, a qual acatei de coração aberto e com a alma muito alegre. Estamos somente fazendo justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 56 minutos.)

Emendas

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 526**, ADOTADA EM 04 DE MARÇO DE 2011 E PUBLICADA NO DIA 04 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CONSTITUI FONTE DE RECURSOS ADICIONAL AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE EXIGÊNCIAS DE REGULARIDADE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Senador Aécio Neves-PSDB	06, 14
Deputado Alfredo Kaefer-PSDB	03, 15, 17, 20
Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto- DEM	01, 04, 08, 09, 13, 16
Deputado Arthur Maia-PMDB	12, 18
Deputado Otavio Leite-PSDB	05, 11
Deputado Rubens Bueno-PPS	02, 07, 10, 19, 21

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 021

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

Data 10/03/2011	proposição Medida Provisória nº 526/11
--------------------	---

autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA	Nº do proponente
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutiva parcial
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	---

TEXTO JUSTIFICACAO

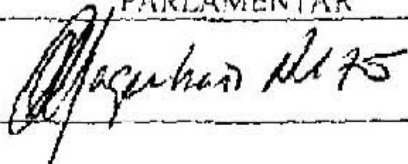
O caput do art. 1º da MP nº 523, de 2011, com a redação dada pelo art. 4º da MP nº 526, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a partir da publicação desta Medida Provisória, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de empresas, micro empreendedores individuais, produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, localizados em municípios atingidos por desastres naturais e que tiverem decretado estado de emergência ou de calamidade pública." (NR)

JUSTIFICATIVA

Sabemos que não foram apenas municípios do Estado do Rio de Janeiro que tiveram empresas e produtores rurais prejudicados por desastres naturais. Dessa forma, entendemos que a prerrogativa do art. 1º deve ser estendida a empresas e produtores rurais localizados em municípios de outros estados que também têm enfrentado sérios problemas associados aos mais diversos desastres naturais.

PARLAMENTAR



MPV-526**EMENDA****00002****Medida Provisória nº 526, de 2011.**

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.

Fica acrescido o seguinte §5º ao art. 1º da Medida Provisória nº 526, de 2011:

“Art 1º.....

§5º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES deverá elaborar, divulgar e enviar ao Congresso Nacional relatório trimestral sobre as operações de que trata o caput, contemplando, entre outros, valores concedidos, empresas beneficiadas, além do valor associado à equalização da taxas de juro referida no § 2º do art. 1º da Lei 12.096, de 2009.”

JUSTIFICATIVA

A transparência é uma das armas fundamentais que a sociedade tem para a fiscalização da aplicação correta dos recursos públicos. De outra parte, cabe aos agentes públicos agir com transparência. Tal necessidade se faz mais presente quando se encontram envolvidos montantes significativos de recursos públicos. Diante disso, sugerimos que o BNDES elabore relatório trimestral com as principais informações sobre suas operações com esses recursos, divulgando-o à sociedade e enviando-o ao Congresso Nacional.

Sala da Sessão, em 10 de março de 2011.


Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00003

Data	Proposição
	Emenda à Medida Provisória nº 526 (2011)

Autor	Nº do prontuário
ALFREDO KAEFER	451

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 1º da MP 526, de 4 de março de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011:

I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinadas à aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, ao setor agropecuário, projetos de engenharia e à inovação tecnológica; e

II - à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP destinadas exclusivamente para a modalidade de inovação tecnológica.

§ 1º O valor total dos financiamentos subvencionados pela União fica limitado ao montante:

I - de até R\$ 208.000.000.000,00 (duzentos e oito bilhões de reais) em relação ao BNDES; e

II - de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) em relação à FINEP.

§ 2º A equalização de juros de que trata o caput corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da FINEP.

§ 3º O pagamento da equalização de que trata o caput fica condicionado à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e a apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES ou pela FINEP, para fins de liquidação da despesa.

§ 8º O prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Sustentação do Investimento trata de concessão de financiamentos destinadas à aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, projetos de engenharia e à inovação tecnológica, como forma de sustentação das atividades econômicas após a crise de 2008.

Sabemos que hoje o setor agropecuário bate recordes na produção de alimentos e nas exportações. E, ainda, em 2010, as exportações do agronegócio cresceram 18% em relação ao ano de 2009 tendo alcançado US\$76,4 bilhões e que representou cerca de 37,9% do total das exportações brasileiras. Mais uma vez o superávit da balança comercial do país foi garantido pelo superávit de US\$63,95 bilhões da balança comercial do agronegócio.

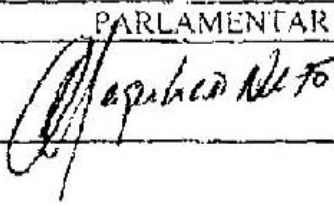
O setor agrícola vem trazendo progresso e crescimento para a nossa economia, o que nos faz acreditar que a sua inclusão direta como beneficiário de recursos do BNDES para financiamento de bens de capital agropecuários assegurará mais uma garantia para os produtores rurais e para o agronegócio em geral.

Neste sentido, sugerimos nova redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, modificado pelo art. 1º da presente MP, incluindo o setor agropecuário, como beneficiário da concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011.

PARLAMENTAR

Data: 20/03/2011	Parlamentar	Assinatura
Dep. Alfredo Kafer		PSDB/PR

MPV-526**00004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 10/03/2011	proposição Medida Provisória nº 526/11			
autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA	Nº do protocolo			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				
Suprima-se o § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da MP nº 526, de 2011.				
JUSTIFICATIVA				
Dado o elevado montante envolvido, R\$ 209 bilhões, e os pesados subsídios a serem arcados pela população, entendemos que qualquer alteração no programa de financiamentos de que trata o art. 1º deve novamente passar por cuidadosa análise do Parlamento.				
PARLAMENTAR				
				

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

Data 10/03/2011	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N.º 526, DE 04/03/2011
---------------------------	---

Autor Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)	N.º do prontuário 316
---	---------------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
---	---	---	--	--

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alinea
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

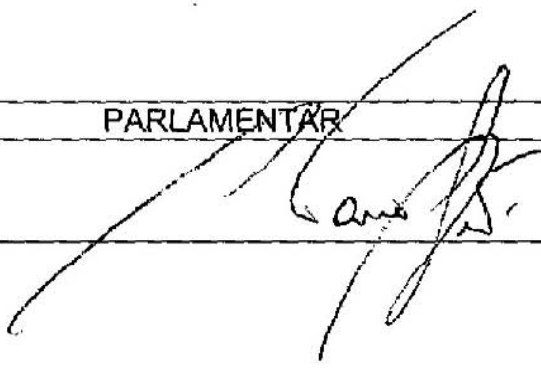
Suprima-se do texto da Medida Provisória n.º 526, de 04 de março de 2010, o § 8.º do artigo 1º.

JUSTIFICATIVA

A prorrogação do prazo dos contratos financeiros, que tratam o artigo 1º da medida provisória, não deve ficar sob responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, por meio de Ato Normativo como determina no § 8º do referido artigo.

Com o objetivo de evitar tal situação apresento a presente emenda para que o Congresso Nacional possa ser consultado caso haja necessidade de prorrogação do prazo dos contratos financeiros.

PARLAMENTAR



MPV-526

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/03/2011	Medida Provisória nº 526, de 2011
--------------------	-----------------------------------

Autor Senador Aécio Neves <i>PS, B</i>	Nº do Prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

Dê-se ao §8º do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24/11/2009 (art. 1º da Medida Provisória) a seguinte redação:

"8º O prazo a que se refere o *caput* somente poderá ser prorrogado por Lei."
(NR)

Justificação

O Poder Executivo, ao propor a inclusão do dispositivo acima mencionado, o fez com a seguinte redação: "O prazo a que se refere o *caput* poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo". É mais uma tentativa de se excluir o Congresso Nacional do debate político e da avaliação técnica de um tema de suma importância para o Brasil, qual seja, o seu crescimento econômico.

Razão pela qual, é de fundamental importância, até mesmo por força da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, que os diplomas legais ou regulamentares devam empregar palavras claras e precisas, a apresentação e aprovação desta emenda, cuja finalidade recíproca é fixar que o ato do Poder Executivo a que se refere o presente dispositivo é a lei (oriunda de medida provisória ou de projeto de lei) e não um ato normativo inferior como o decreto ou outro instrumento, cuja competência seja exclusiva do Poder Executivo.



Senador Aécio Neves

EMENDA**MPV-526****Medida Provisória nº 526, de 2011. 00007**

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.

Modifica-se, da seguinte maneira, o §8º do art. 1º da Medida Provisória nº 526, de 2011:


“Art. 1º.....

§8º O prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado até 180 (cento e oitenta) dias, a critério do Poder Executivo, por meio de decreto do Presidente da República, respeitadas as condições estabelecidas neste artigo, especialmente o limite para os financiamentos previsto no § 1º.”
(NR)-

JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória vêm ampliar os parâmetros de subvenção econômica ofertados ao BNDES na Medida Provisória nº 501. de 2010. Ambas alteram a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. A Lei estabelecia que o Poder Executivo, caso necessário, poderia prorrogar, por mais 180 dias, o prazo para a União conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento. A presente medida provisória estabelece, em seu § 8º, que o Poder Executivo poderá prorrogar tal prazo. Acreditamos que seria salutar que uma limitação temporal fosse imposta tendo em vista que subvenção econômica não deve ser a regra que norteia a concessão de recursos públicos para investimentos privados. Não devemos tratar um momento especial como regra a ser seguida pelo Poder Executivo.

Sala da Sessão, em 10 de março de 2011.


Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

Data
10/03/2011Proposição
Medida Provisória nº 526/11autor
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA

Nº da emenda

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da MP 526, de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

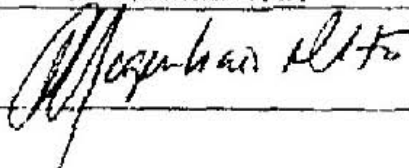
"Art. 1º.....

§ 9º Nas operações de financiamento de que trata o inciso I deste artigo terão preferência os projetos mais intensivos em mão de obra, sem prejuízo da análise de viabilidade econômico-financeira dos mesmos." (NR)

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de programa de financiamentos de R\$ 208 bilhões, com forte subsídio por parte da União, julga-se procedente adotar critério que leve em consideração a geração/manutenção de empregos. Entre os projetos considerados viáveis, devem ter prioridade aqueles mais intensivos em mão de obra, haja vista que o aspecto social faz inclusive parte do nome da instituição BNDES.

PARLAMENTAR



MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

Data 10/03/2011	proposição Medida Provisória nº 526/11
--------------------	---

autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – DEM/BA	Nº da proposição
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICATIVA

O art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da MP 526, de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

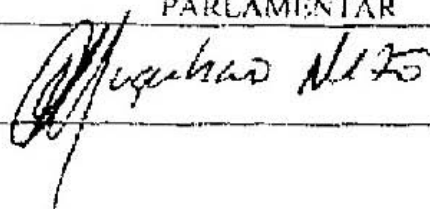
“Art. 1º.....

§ 9º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP deverão produzir e divulgar relatório trimestral sobre as operações de que trata este artigo, contemplando, entre outros, montantes concedidos, setor e porte das empresas beneficiadas, além do valor associado à equalização de taxa de juros referida no caput.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de programa que envolve subvenções bilionárias por parte da União, a serem arcadas pelo contribuinte brasileiro, entendemos ser fundamental a produção e divulgação de relatórios trimestrais, de forma a privilegiar a transparência e possibilitar que qualquer cidadão fiscalize e controle o uso de recursos públicos.

PARLAMENTAR



MPV-526**EMENDA****00010****Medida Provisória nº 526, de 2011.**

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.

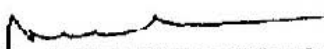
Inclua-se o seguinte §9º no art. 1º da Medida Provisória nº 526, de 2011:

“§ 9º A subvenção econômica a que se refere o caput será concedida prioritariamente ao financiamento de projetos intensivos em mão de obra, observado o disposto no art. 1º da Lei n.º 12.096, de 24 de novembro de 2009, no que concerne à inovação tecnológica.”

JUSTIFICATIVA

Diante do montante de recursos envolvidos acreditamos ser necessário que a quantidade de empregos gerados pelos projetos seja um critério prioritário para a escolha dos mesmos. Ou seja, diante de projetos financeiramente viáveis devem ter preferência aqueles que utilizem mão de obra mais intensiva, levando-se em conta o papel social que se espera do BNDES e no trato de recursos públicos.

Sala da Sessão, em 10 de março de 2011


Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

Data 10/03/2011	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N: 526, DE 04/03/2011
---------------------------	--

Autor Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)	N.º do prontuário 316
---	---------------------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva	5. Substitutivo global
------------------	--------------------	--------------------	---	---------------------------

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA


Acrescente-se o § 9º no artigo 1º da presente Medida Provisória, como se segue:

§ 9º - Os benefícios de fomento à exportação estabelecidos no Inciso I do artigo 1º ficam estendidos aos agentes econômicos do turismo receptivo brasileiro, tais como agências de turismo, operadores turísticos, hotéis, cias aéreas, organizadores de feiras, congressos e similares, bem como a outros reconhecidos como tal pelo Ministério do Turismo.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo aplicar ao turismo receptivo brasileiro todo o tratamento fiscal, tributário e de fomento público que hoje se destina aos agentes econômicos exportadores. Trata-se de respeitar o princípio constitucional da isonomia, pois ambos trazem divisas para o País.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-526
00012

DATA 10/03/2011	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 526/2011			
AUTOR Deputado ARTHUR MAIA - PMDB			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao caput do art. 2º e ao art. 3º da Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011 as seguintes redações:

"Art. 2º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de reais), pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 3º A União e o BNDES poderão renegociar, pelo prazo máximo de 5(cinco) anos, a operação de crédito de que trata o art. 2º, situação na qual será mantida a equivalência econômica com o valor do saldo da operação de crédito renegociada, e submetida à aprovação do Ministro de Estado da Fazenda."

Justificação

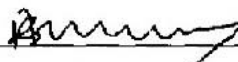
O relevante montante de R\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de reais) de que trata a medida provisória em tela, concedido a título de crédito pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por si só suscita a necessidade de aprofundar a discussão acerca do papel que esta instituição vem desempenhando como instrumento de fomento ao desenvolvimento nacional, bem como, projetar as perspectivas futuras que se pretende cumprir.

A realidade brasileira no que diz respeito às possibilidades de obtenção de crédito por parte das empresas privadas tem evoluído sensivelmente, seja pela estabilidade econômica que o país vive desde 1994 que tem proporcionado aos bancos privados o interesse pelas operações de crédito de longo prazo: seja pela evolução do mercado de capitais no Brasil, notadamente a bolsa de valores mobiliários.

Diante desta realidade, mesmo considerando que esta Casa deve proceder um debate mais amplo e profundo acerca do papel do BNDES, apresentamos a presente emenda com o fulcro de limitar o tempo de retorno dos valores transferidos pelo tesouro nacional, buscando dessa forma o aproveitamento destes recursos em outras atividades que estejam mais sintonizadas com o papel do estado social brasileiro.

ASSINATURA

10/03/2011



emenda nº 00012/2011

MPV-526**00013****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 10/03/2011	proposição Medida Provisória nº 526/11
--------------------	---

autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA	Nº da proposição
--	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Autêntica	<input type="checkbox"/> Substitutiva global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

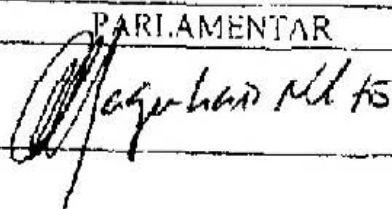
TEXO JUSTIFICACAO

Inclua-se o seguinte art. 2º à Medida Provisória nº 526, de 2011, renumerando-se os demais:

"Art. 2º Do montante adicional de financiamentos subvencionados a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, resultante da aplicação do art. 1º desta Medida Provisória, no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverá ser repassado às micro, pequenas e médias empresas."

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que o foco do BNDES são as grandes empresas, justamente aquelas que têm acesso irrestrito ao mercado de capitais, no País e fora. Pouco necessitam, portanto, do auxílio financeiro do BNDES, podendo buscar recursos em mercado, seja o de dívida ou acionário. O mesmo não ocorre com as micro, pequenas e médias empresas. Essas têm pouco e caro acesso ao mercado financeiro e de capitais e são as grandes empregadoras de nosso País.

PARLAMENTAR

MPV-526

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/03/2011	Medida Provisória nº 526, de 2011			
Autor Senador Aécio Neves <i>PSDB</i>	Nº do Prontuário			
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda

Acrescente-se o art. 2º e renumerem-se os demais.

Art.2º - Os subsídios fiscais decorrentes desta lei serão a cargo do orçamento federal.

Parágrafo único - O Ministro de Estado da Fazenda divulgará, em até trinta dias da publicação desta lei, os valores previstos para os subsídios fiscais, para efeitos do caput.

Justificação

Até 31 de março de 2011, a TJLP terá a cotação de 6% ao ano, segundo o Conselho Monetário Nacional. A taxa básica de financiamento do Tesouro Nacional está, neste mês de março de 2011, em 11,75% ao ano. Há, portanto, uma diferença de 5,42 pontos de percentagem em ônus para o Tesouro nacional, para cada real emprestado ao BNDES, segundo o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Medida Provisória nº 526. Neste sentido, é necessário trazer para o orçamento federal este custo fiscal que, de outra forma, seguirá implícito, nesta operação. Por fim, de se destacar que o Tesouro Nacional já emprestou ao BNDES, desde 2008, um total de R\$ 230 bilhões, a serem acrescidos dos presentes R\$ 55 bilhões. Trata-se um volume de despesa fiscal - *grossa modo* estimado em R\$ 15,4 bilhões - que se encontra absolutamente fora do controle orçamentário.



Senador Aécio Neves

MPV-526

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
	Emenda à Medida Provisória nº 526 /2011

Author	Nº do prontuário
ALFREDO KAEFER	451

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O § 1º do art. 2º da MP 526, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

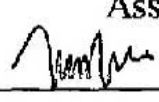
“ Art. 2º

§ 1º Para cobertura do crédito de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, até o valor total de R\$ 15 bilhões, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no caput”, sendo que o valor restante deverá ser coberto por outras fontes de receita, que não impliquem na elevação da Dívida Pública Mobiliária Federal bruta.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente Emenda é limitar em R\$ 15 bilhões a parcela do valor do novo empréstimo ao BNDES que poderá ser concretizado por intermédio da emissão de dívida pública federal, obrigando implicitamente que o Governo Federal se esforce para cobrir a parcela restante com fontes genuínas de poupança pública, inclusive via redução de despesas não essenciais. Desde 2009, a União já contraiu dívida em valor bem superior a R\$ 200 bilhões para realizar aportes ao Banco, com um custo implícito para o Tesouro excessivamente elevado, já que a captação é feita com taxas muito superiores do que as cobradas do Banco, além do valor das próprias subvenções concedidas. Inclusive em função dessa forma de fazer empréstimos ao Banco, a dívida mobiliária federal bruta já alcança quase R\$ 1,8 trilhão, sendo importante, pelo menos na margem, limitar a sua expansão, com pretende fazer a Emenda que apresentamos.

PARLAMENTAR

Data: 20/03/2011	Parlamentar	Assinatura
Dep. Alfredo Kafer		PSDB/PR

MPV-526

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/03/2011	proposição Medida Provisória nº 526/11
--------------------	---

autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – DEM/BA	Nº do parecer
--	---------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substituição	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da MP nº 526, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

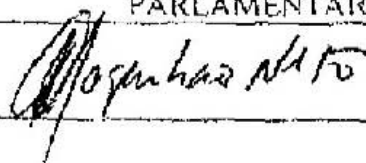
"Art. 2º

§ 2º O Tesouro Nacional ~~será remunerado de acordo com a sua taxa de captação interna em reais.~~ (NR)

JUSTIFICATIVA

Os sucessivos créditos da União ao BNDES embutem subsídios bilionários que sequer são debatidos com a sociedade. A cada ano, a população tem arcado com mais de R\$ 10 bilhões em subsídios associados às operações de empréstimo do BNDES. Os critérios para tais financiamentos não são de conhecimento da sociedade e o aumento do peso do BNDES no montante total de crédito diminui a eficácia da política monetária. Dessa forma, sugerimos que o BNDES remunere o Tesouro de acordo com o custo de captação deste, uma vez que qualquer possibilidade de subsídio deveria ser melhor discutida com o Congresso, o que não ocorre de maneira apropriada quando o instrumento escolhido é uma MP.

PARLAMENTAR



MPV-526

00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Emenda à Medida Provisória nº 526 /2011
------	--

Autor ALFREDO KAEFER	Nº do prontuário 451
--------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos arts. 2º e 3º da MP 526, de 4 de março de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de reais) em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda e aprovada por Resolução do Senado Federal.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda e aprovada por Resolução do Senado Federal, respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no caput.

§ 2º O Tesouro Nacional fará jus à remuneração com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Art. 3º Em caso de renegociação entre a União e o BNDES da operação de crédito de que trata o art. 2º, deverá ser mantida a equivalência econômica com o valor do saldo da operação de crédito renegociada, e mediante aprovação do Ministro de Estado da Fazenda e aprovada por Resolução do Senado Federal."

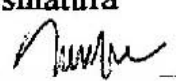
JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no art. 52, estabelece a competência do Senado Federal diversos matérias relativas à dívida pública para: autorizar operações de natureza financeira, fixar limites globais para o montante da dívida consolidada, bem como regular os limites e as condições para operações de créditos dos três níveis de governo e para a concessão de garantia pela União.

A emenda proposta é, portanto, coerente com a norma constitucional do art. 52 e vem ao encontro do bloco de competência outorgadas pelo constituinte à Senado Federal, que atribui à essa Casa o papel regulador da dívida pública, além das atribuições de controle e fiscalização que lhe são inerentes no Estado republicano.

O uso do instrumento normativo da "resolução", por sua vez, é adequado por trata-se de ato legislativo exclusivo do Senado, que não submete-se à deliberação da Câmara dos Deputados, nem à sanção, sendo promulgada e publicada pela própria Casa Legislativa de onde provém.

PARLAMENTAR

Data: 30/03/2011 Parlamentar	Assinatura
Dep. Alfredo Kafer	 PSDB/PR

MPV-526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00018

DATA 10/03/2011	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 526/2011			
AUTOR Deputado ARTHUR MAIA - PMDB	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Acrescente-se ao artigo 2º da Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011, o seguinte § 3º:

"Art. 2º

§ 3º Os recursos de que trata o *caput*, desde que haja demanda, deverão ser alocados em financiamentos a atividades econômicas situadas nas regiões Norte, Nordeste, respeitando a proporcionalidade populacional, em conformidade com o Censo de 2010."

Justificação

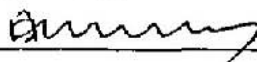
O relevante montante de R\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de reais) de que trata a medida provisória em tela, concedido a título de crédito pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por si só suscita a necessidade de aprofundar a discussão acerca do papel que esta instituição vem desempenhando como instrumento de fomento ao desenvolvimento nacional, bem como, projetar as perspectivas futuras que se pretende cumprir.

A realidade brasileira no que diz respeito às possibilidades de obtenção de crédito por parte das empresas privadas tem evoluído sensivelmente, seja pela estabilidade econômica que o país vive desde 1994 que tem proporcionado aos bancos privados o interesse pelas operações de crédito de longo prazo; seja pela evolução do mercado de capitais no Brasil, notadamente a bolsa de valores mobiliários.

As regiões Norte e Nordeste do Brasil são sem dúvida aquelas que ainda apresentam realidade econômica menos evoluída, sendo justo e plausível que tenham direito de pelo menos garantirem aporte de investimentos do BNDES proporcionais à sua realidade demográfica, como instrumento capaz de proporcionar a justiça social e econômica na forma proposta pela nossa Constituição.

ASSINATURA

10/03/2011



emenda2-MP526[1]

EMENDA**MPV-526**

Medida Provisória nº 526, de 2011.

00019

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.

Modifica-se, da seguinte maneira, o art. 4º da Medida Provisória nº 526, de 2011:

“Art. 4º O **caput** do art. 1º da Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a partir da publicação desta Medida Provisória, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de empresas, micro empreendedores individuais, produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo e Estado de Santa Catarina atingidos por desastres naturais e que tiveram decretado estado de emergência ou de calamidade pública.” (NR)

JUSTIFICATIVA

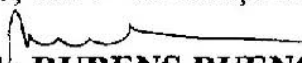
Matéria publicada no jornal Correio Braziliense do dia 30 de janeiro do corrente ano noticiou que as chuvas de janeiro deste ano deixaram mais de 100 mil pessoas sem moradia em todas as regiões do país. Com gravidade maior foram atingidas as regiões Sudeste e Sul, especialmente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Claro está que o estado do Rio de Janeiro enfrentou os mais graves problemas. Foram cerca de 850 mortos, mais de 400 desaparecidos e quase 30 mil pessoas desabrigadas. No entanto, outros estados sofreram tragédias de grande envergadura. Para termos uma idéia, o estado de Santa Catarina teve mais de 26 mil desabrigados, o estado de Minas Gerais cerca de 20 mil e o estado de São Paulo, quase 13 mil pessoas.

Diante disso, apresentamos emenda à Medida Provisória nº 523, de 2011, que, dentre outras coisas, autorizou à União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Nossa emenda ampliava o escopo daquela MP par agraciar os estados de Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo com aqueles benefícios, diante do quadro de dificuldades em que se encontravam por viverem situações semelhantes às vividas pelo estado do Rio de Janeiro.

Pela coerência em que procuramos atuar nesta Casa e diante da necessidade real de diversos municípios dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, apresentamos duas emendas, esta é uma delas, que corrigem tal situação incluindo os supracitados estados no alcance desta MP.

Sala da Sessão, em 10 de março de 2011


Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

MPV-526

00020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição			
	Emenda à Medida Provisória nº 526 /2011			
Autor			Nº do prontuário	
ALFREDO KAEFER			451	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Os arts 4º, 5º e 6º da MP 526, de 4 de março de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a partir da publicação desta Medida Provisória, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de empresas, micro empreendedores individuais, produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, localizados em municípios atingidos por desastres naturais e que tiveram decretado estado de emergência ou de calamidade pública." (NR)

"Art. 5º Ficam suspensas, até 31 de agosto de 2011, as exigências de regularidade fiscal previstas no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, na alínea "c" do inciso IV do art. 1º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, na alínea "b" do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, no art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição, nas contratações de operações de crédito e renegociações de dívidas realizadas com instituições financeiras públicas, que tenham como mutuários os contribuintes a que se refere o art. 6º desta Medida Provisória."

"Art. 6º Os efeitos do art. 5º serão aplicados somente aos contribuintes estabelecidos em logradouro que esteja localizado nos municípios atingidos por desastres naturais e que tiverem a situação de emergência ou de calamidade pública homologada ou declarada por decreto pelo Poder Executivo do Estado onde estiver localizado o respectivo município"

JUSTIFICAÇÃO

A despeito da gravidade da situação no Estado do Rio de Janeiro, não é possível desconhecer que municípios de outros Estados da Federação, como Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, entre outros, também foram e estão sendo atingidos fortemente por desastres naturais. Em função disto, por razões de justiça e necessidade econômica, a presente Emenda tem por objetivo estender a subvenção econômica ao BNDES, prevista na MP 523, de 2011, que está sendo alterada pela presente Medida Provisória, para os financiamentos de capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em todos os municípios brasileiros que tiverem decretado estado de emergência ou calamidade pública.

Além disto, a Emenda também estende a suspensão das exigências de regularidade fiscal para os mutuários de todos os municípios do País que tiverem situação de emergência ou de calamidade pública homologada ou declarada pelos respectivos Executivos estaduais.

PARLAMENTAR

Data: 30/03/2011	Parlamentar	Assinatura
Dep. Alfredo Kaefner		PSDB/PR

MPV-526**EMENDA****00021****Medida Provisória nº 526, de 2011.**

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.

Modifica-se, da seguinte maneira, o art. 6º da Medida Provisória nº 526, de 2011:

“Art. 6º Os efeitos do art. 5º serão aplicados somente aos contribuintes estabelecidos em logradouro que esteja localizado nos Municípios atingidos por desastres naturais e que tiverem a situação de emergência ou de calamidade pública homologada ou declarada por decreto pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de Santa Catarina, do Estado de Minas Gerais e do Estado de São Paulo.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Matéria publicada no jornal Correio Braziliense do dia 30 de janeiro do corrente ano noticiou que as chuvas de janeiro deste ano deixaram mais de 100 mil pessoas sem moradia em todas as regiões do país. Com gravidade maior foram atingidas as regiões Sudeste e Sul, especialmente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Claro está que o estado do Rio de Janeiro enfrentou os mais graves problemas. Foram cerca de 850 mortos, mais de 400 desaparecidos e quase 30 mil pessoas desabrigadas. No entanto, outros estados sofreram tragédias de grande envergadura. Para termos uma idéia, o estado de Santa Catarina

teve mais de 26 mil desabrigados, o estado de Minas Gerais cerca de 20 mil e o estado de São Paulo, quase 13 mil pessoas.

Diante disso, apresentamos emenda à Medida Provisória nº 523, de 2011, que, dentre outras coisas, autorizou a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Nossa emenda ampliava o escopo daquela MP par agraciar os estados de Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo com aqueles benefícios, diante do quadro de dificuldades em que se encontravam por viverem situações semelhantes às vividas pelo estado do Rio de Janeiro.

Pela coerência em que procuramos atuar nesta Casa e diante da necessidade real de diversos municípios dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, solicitamos aos nobres pares que estendamos o alcance desta Medida Provisória para os estados supracitados.

Sala da Sessão, em 10 de março de 2011


Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

SENADO FEDERAL

ATA DA 2ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 10**, de 5 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 1282, no Sumário da Ata,

Onde se lê:

1.2.6 – Comunicações da Presidência

[...]

Arquivamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; e 6, de 2006; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; e 86, de 2006.

Leia-se:

1.2.6 – Comunicações da Presidência

[...]

Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; e 86, de 2006.

Arquivamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; e 6, de 2006; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167, 208 e 56, de 2004; e 315, de 2006.

À página 1312, na 1ª coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno, regulamentado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010, os **Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108, e 133, de 2005; e 6, de 2006; e os**

Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; e 86, de 2006, foram arquivados.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 151, 505 e 531, de 2007, continuam a tramitar em conjunto e vão à Comissão Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno, regulamentado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010, o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000; e os Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; e 86, de 2006, foram arquivados.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 151, 505 e 531, de 2007, continuam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno, regulamentado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010, os Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; e 6, de 2006; e os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167, 208 e 56, de 2004; e 315, de 2006, foram arquivados.

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 103, 99 e 128, de 2007; 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e 48, de 2009; e os Projetos de Lei do Senado nºs 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, continuam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADO FEDERAL

ATA DA 14ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 22, de 23 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 4598, após a publicação dos Requerimentos nºs 107 e 108, de 2011, incluíam-se, por omissão, os seguintes despachos:

O Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que já se encontra instruído pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003, que já se encontra instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retorna ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SENADO FEDERAL

ATA DA 17ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 25, de 26 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 5152, segunda coluna, onde se lê:

OF. Nº 41/11 – GLDEM,

Leia-se:

OF. Nº 4/11 – GLDEM.

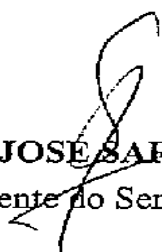
ATO DO PRESIDENTE**Nº 30 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

nomear **PATRICIA VIANA TIMPONI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP06, no Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2011.



JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

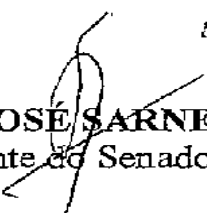
ATO DA PRESIDÊNCIA**Nº 31 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KELEY CRISTINA MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 03 de março de 2011.



JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DA PRESIDÊNCIA
Nº 32 , DE 2011

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULA STEFANI SOUTO LEAL DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de **Assistente Parlamentar**, Símbolo **AP-06**, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 03 de março de 2011.


JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº 33 , de 2011

Designa representantes da Presidência do Senado Federal para as reuniões preparatórias do III Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo.

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o sucesso das duas versões anteriores dos Pactos Republicanos de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, mediante o qual os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal se comprometeram a envidar esforços no sentido de aprimorar a proteção aos direitos humanos, a efetividade da prestação jurisdicional, o acesso à Justiça e também de aperfeiçoar o Estado Democrático de Direito e as instituições do Sistema de Justiça;

CONSIDERANDO a disposição já manifestada pelos representantes máximos dos três poderes do Estado em renovar o compromisso de construção conjunta de uma agenda de reformas inadiáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Designar como representantes da Presidência do Senado Federal nas reuniões preparatórias do III Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo:

- I – o Senador **Ciro Nogueira**;
- II – o Senador **Ricardo Ferraço**;
- III – o Consultor Legislativo **Bruno Dantas**;
- IV – a Analista Legislativa **Adriana Alves Zaban**.

Art. 2º A participação nas reuniões preparatórias de que trata este Ato não será remunerada a nenhum título.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de março de 2011.



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DA PRESIDÊNCIA
Nº 34 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THOMAS CARVALHO CORTES BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de **Assistente Parlamentar**, Símbolo **AP-06**, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 03 de março de 2011.


JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DA PRESIDÊNCIA
Nº 39 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUANA CALIXTO RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de **Assistente Parlamentar**, Símbolo **AP-06**, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação de exercício na Secretaria de Assistência Médica e Social - SAMS.

Senado Federal, em 03 de março de 2011.

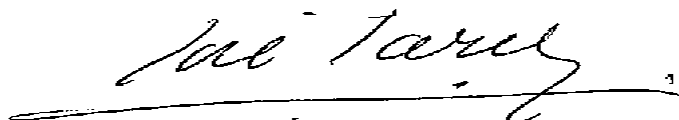

JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº. 40 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010

R E S O L V E nomear **ISABELA MARIA S. CAMPOS M. VILAR**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral nº 3070, de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2011.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



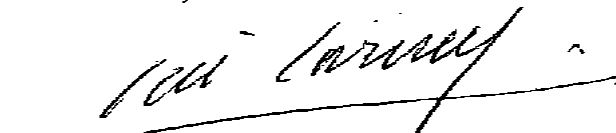
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº. 41 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **FERNANDO MONTEIRO RIBEIRO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011




Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 42 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **ELEONORA STANZIONA VIGGLIANO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



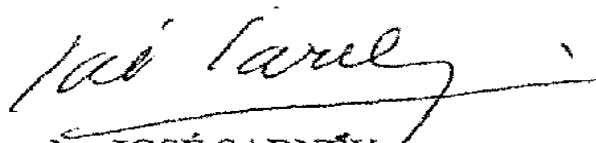
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 43 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **EDGAR BENÍCIO ROSA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



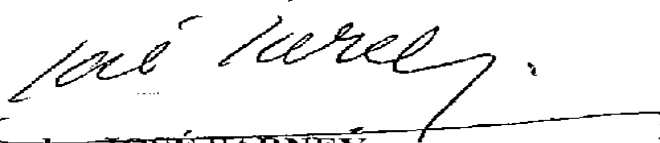
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 44 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **DALTON EIDI HISAYASU**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



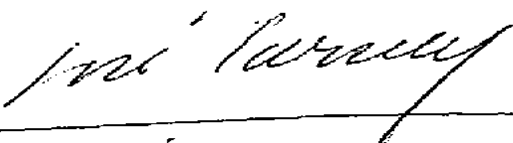
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 45 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010

R E S O L V E nomear **HERIVELTO FERREIRA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 46 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **MARÍLIA DE CAMPOS MOREIRA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Biblioteconomia, Especialidade Biblioteconomia, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 4487, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2009.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



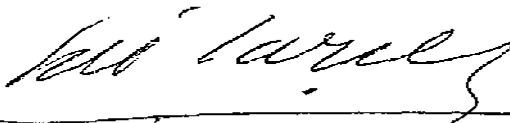
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 47 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **ALESSANDRA MARINHO DA SILVA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Biblioteconomia, Especialidade Biblioteconomia, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral nº 189, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2011.

Senado Federal, em 04 de março de 2011

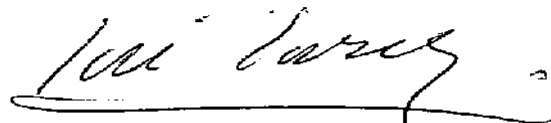

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 48 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal nº 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **PATRÍCIA COELHO F. MENEZES DA SILVA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Biblioteconomia, Especialidade Biblioteconomia, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução nº 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011

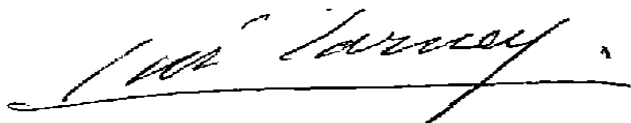

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 49 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **TÂNIA DE SOUZA TRINDADE**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível II, Padrão 21, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



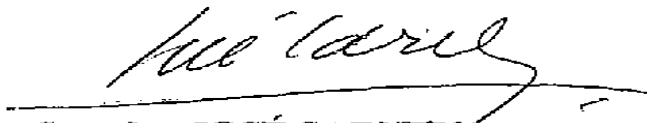
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 50 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010

R E S O L V E nomear **TIAGO MANCINI**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



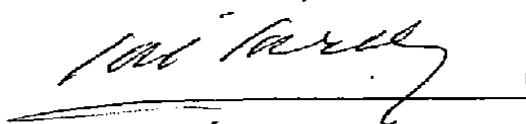
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 51 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010

R E S O L V E nomear **THIAGO RODRIGUES TIBÚRCIO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 52 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010

R E S O L V E nomear **TÉRCIO RIBAS TORRES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011

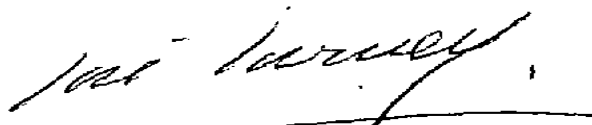

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº. 53 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **MARIA DE JESUS AMORIM FARIAS**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível II, Padrão 21, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº. 54 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o disposto no Anexo I da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010,

R E S O L V E nomear **MARCO ANTÔNIO SILVA DE MENDONÇA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de agosto de 2009, para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente da Resolução do Senado Federal n.º 61, de 2010.

Senado Federal, em 04 de março de 2011




Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 018, DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como no art. 226 da Constituição Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 022985/10-7,

RESOLVE conceder licença para acompanhar cônjuge à servidora desta Casa Legislativa **JULIANA DA SILVA VILLELA BASTOS**, matrícula n.º 53822, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, autorizando seu exercício provisório no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com ônus para o órgão de origem.

Senado Federal, em 02 de março de 2011



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues
Notas:	

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1.

Notas:

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
	1.
PSOL	
	1.

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV
Atualização: 03/02/2011

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV
Atualização: 03/02/2011

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT-RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 184 páginas

OS: 2011/10722